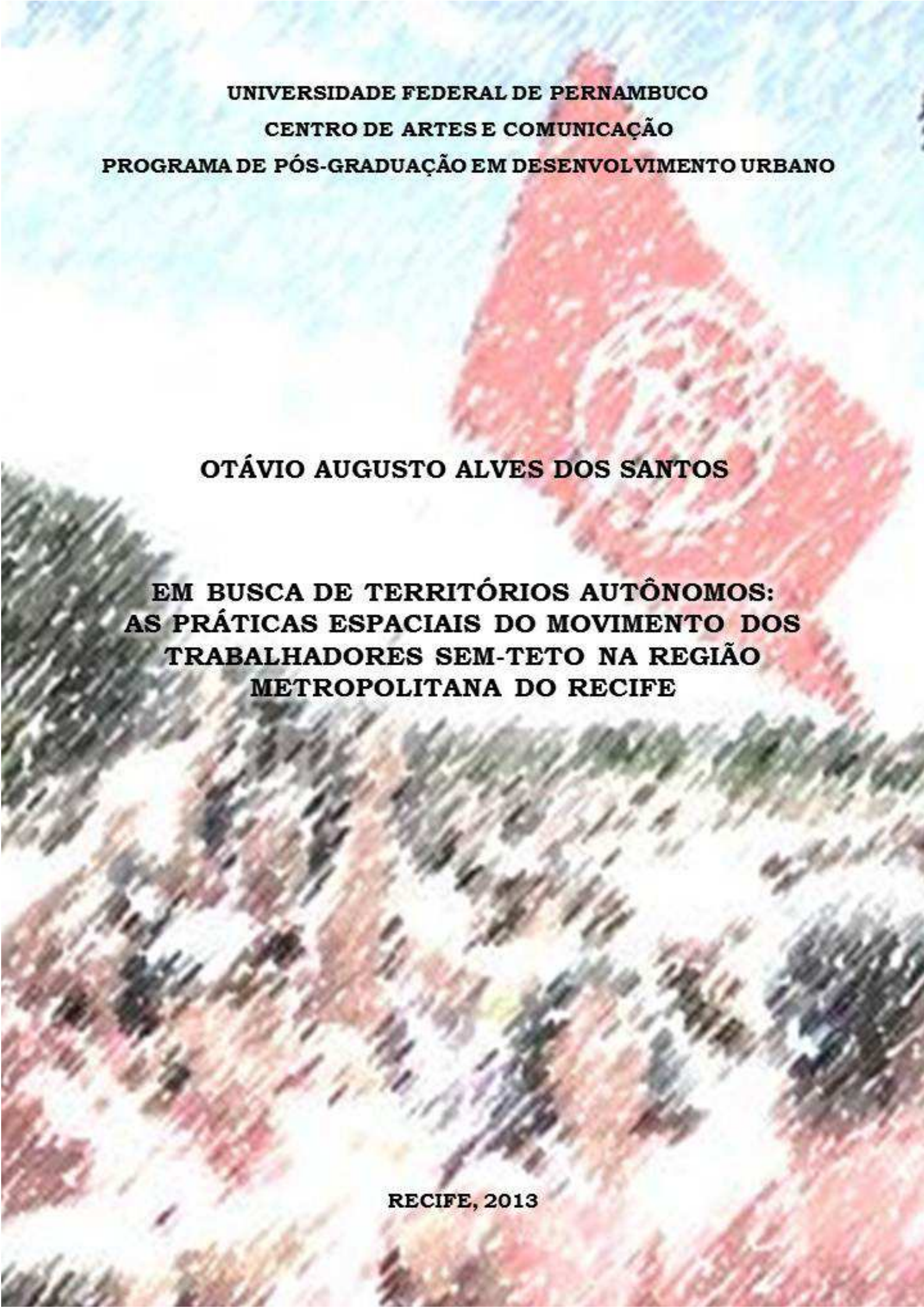




UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

**EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS:
AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM-TETO NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE**

RECIFE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

**EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS:
AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM-TETO NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE**

RECIFE, 2013

OTÁVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS

**EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano, junto ao Programa de Pós-graduação *Strito Sensu* em Desenvolvimento Urbano, área de concentração Dinâmica e Gestão da Cidade.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Angela de Almeida e Souza

RECIFE, 2012

Catlogação na fonte
Andréa Marinho, CRB4-1667

S237e Santos, Otávio Augusto Alves dos

Em busca de territórios autônomos: as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife / Otávio Augusto Alves dos Santos. – Recife: O Autor, 2012.
151 p.: il.: fig. e quadros.

Orientador: Maria Angela de Almeida e Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Desenvolvimento urbano. 2. Movimento Trabalhista. 3. Pessoas Desabrigadas. 4. Planejamento Urbano, 5. Recife, Região Metropolitana do (PE). I. Souza, Maria Angela de Almeida (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2013-09)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano do mestrando Otávio Augusto Alves dos Santos.

Às 10.00 horas do dia 27 de fevereiro de 2013 reuniu-se na sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, a Comissão examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Maria Ângela de Almeida Souza (orientadora), Norma Lacerda Gonçalves (examinadora interna), Rosa Maria Cortês de Lima (examinadora externa), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "Em busca de territórios autônomos: as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Maria Ângela de Almeida Souza, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu rebecca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 27 de fevereiro de 2013.

/ Indicação da Banca para publicação (X)

Maria Ângela de Almeida Souza
Orientadora

Norma Lacerda Gonçalves
Examinadora Interna/PPGMDU /UFPE

Rosa Maria Cortês de Lima
Examinadora Externa/ PPG em
Serviço Social/UFPE

Rebecca Júlia Melo Tavares
Secretaria do PPG/MDU

Otávio Augusto Alves dos Santos
Candidato

A Luísa, minha filhinha!

AGRADECIMENTOS:

Mais uma vez, agradeço ao Deus de todas as cores, raças e crenças, por ser o sentido final das minhas ações, fazendo com que eu perceba que a vida não é outra coisa senão a constante luta contra tudo aquilo que a nega!

Agradeço a meus pais, Vítor e Lídia, e aos meus irmãos, Francisco e Lucas, pelo companheirismo cotidiano! Também a Mayara e a gorducha, Clarinha!

Agradeço a Sofia Mahmood por todo amor e carinho e a Iana que me ensinou a ser pai antes mesmo de Luísa nascer!

Agradeço a Thiago Machado e a Águida Foester pelo carinho!

Agradeço aos meus amigos integrantes do grupo MSEU, Katielle Susane, Clairton Júnior, Hugo Morais, João Gabriel, Kauê Gomes, Tiago Félix, Elba Alves, Signe Dayse e, sobretudo, ao professor Cláudio Castilho, por terem desenvolvido em mim todo o meu idealismo. Graças a eles, eu procurarei fazer de minha prática profissional a minha luta por um mundo mais justo!

Aos colegas integrantes do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, sobretudo à professora Angela Souza, Maria Rejane e Rosa Cortês, pelas orientações e pelo apoio.

Aos funcionários técnico-administrativos e aos professores do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, pela prestatividade e pelo ótimo trabalho.

Agradeço também a todos que compõem e que compuseram o grupo PET Geografia por terem proporcionado as minhas primeiras experiências como cientista social!

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco pelo carinho e pelas informações!

E agradeço a todos que vivenciaram esses mais de seis anos de formação universitária comigo; meus sinceros abraços!

NADA DE IDEAIS AO ALCANCE DA MÃO

Gosto de pássaros
que se enamoram das estrelas
e caem de cansaço
ao voarem
em busca da Luz...

Dom Hélder Câmara

RESUMO

Nesta dissertação, procuramos dialogar com a literatura da transformação social e com as teorias dos movimentos sociais, sobretudo aquelas de vertente crítica, no intuito de encontrar nas práticas de certos movimentos o conjunto de elementos necessários à uma transformação efetiva do espaço urbano. No extenso e diversificado leque de abordagens e perspectivas teóricas presente nos estudos sobre os movimentos sociais, procuramos retomar uma abordagem dialética materialista explicitamente atenta às noções de luta de classe e totalidade. A partir disso objetivamos identificar as diferentes “práticas espaciais” (tomando como pressuposto a ideia de que toda ação social tem seu rebatimento sobre a produção e organização do espaço) orquestradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco em sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Depois disso, tentamos descobrir como e em que sentido essas práticas são capazes de promover mudanças efetivas no espaço urbano. Ao final, vimos que as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE – territorializações, ressignificações do espaço e construção de redes socioespaciais – sempre buscaram, primeiramente, conquistar melhores condições de vida para as famílias sem-teto mediante a construção de sua autonomia. Mas nesse mesmo percurso, essas práticas sempre transcenderam a esfera da reprodução, engendrando uma luta mais radical contra o modo hegemônico de produção do espaço. Dessa forma, o MTST/PE não apenas territorializou certos espaços, nem apenas ressignificou outros espaços, muito menos se limitou a construir redes socioespaciais, mas também promoveu um questionamento profundo da propriedade privada capitalista, dos discursos, regras, normas e instituições burguesas.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Sem-teto; Práticas Espaciais; Região Metropolitana do Recife.

ABSTRACT

In this dissertation, we talk about change social literature and social movements theories, especially those of critical aspects, aiming to find in the practices of certain movements the set of elements necessary to an effective transformation of urban space. In the extensive and diverse list of approaches and theoretical perspectives in the studies about social movements, we seek to recover an explicitly materialist dialectical approach, attentive to notions of class struggle and totality. From this, we aimed to identify the different "spatial practices" (taking for granted the idea that all social action has its repercussion on production and organization of space) orchestrated by the Movement of Homeless Workers of Pernambuco (MTST/PE) in its actuation in the Metropolitan Region of Recife. After that, we tried to discover how and in what way these practices are able to promote effective change in urban space. At the end, we found that the spatial practices performed by MTST/PE - territorializations, reinterpretation of space and construction of socio-spatial networks - have always sought, first, achieve better living conditions for homeless families by building their autonomy. But in that same route, these practices always transcended the reproduction sphere, engendering a more radical fight against the hegemonic mode of space production. Thus, the MTST/PE not only territorialized certain spaces or just re-signified other spaces, much less merely build sociospatial networks, but also promoted a deep questioning of capitalist private property and of bourgeois discourses, rules, norms and institutions.

Keywords: Movement of Homeless Workers; Spatial Practices; Metropolitan Region of Recife

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E MAPAS

LISTA DE FIGURAS

01	Presidente Lula discursando na 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 23/10/2003.....	72
02	Manifestantes do “Ocupe Estelita”, no Cais José Estelita, Recife/PE.....	75
03	Edifício ocupado em Barcelona, próximo ao <i>Parc Güell</i>	95
04	Ocupação Margarida Alves no antigo edifício Trianon, centro do Recife.....	96
05	Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, antigo prédio do INSS, no centro do Recife.....	98
06	Entrada da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como “Favela de Plástico”.....	106
07	Ocupação “Posto 11”, na zona norte do Recife.....	106
08	Esgoto à céu aberto na ocupação Lagoa da Conquista, zona sul do Recife.....	107
09	Ocupação Luís Inácio, no município do Cabo de Santo Agostinho.....	107
10	Esquema com as atuais articulações políticas/técnicas do MTST/PE.....	117
11	Conjunto habitacional Zeferino Agra.....	121
12	Conjunto habitacional do Cordeiro.....	121
13	Aspectos da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como Favela de Plástico, na zona norte do Recife.....	125
14	Aspectos da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como Favela de Plástico	125

LISTA DE QUADROS

01	Quadro-síntese com as principais características das correntes do pensamento e da ação social.....	29
02	Síntese de todo percurso metodológico da presente pesquisa.....	57
03	Ocupações coordenadas pelo MTST/PE até 2013, na RMR.....	99

MAPAS

01	Disposição das áreas de pobreza na Região Metropolitana do Recife.....	80
----	--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS.....	15
1.1. As inquietações que marcam o começo de tudo	16
1.1.1. <i>O turbilhão de pensamentos e idéias que fez surgir o tema, o problema e as hipóteses de pesquisa</i>	16
1.1.2. <i>O que esperar dessa pesquisa?</i>	19
1.2. Breve explanação de uma trajetória de estudos: o complicado percurso para quem estuda os movimentos sociais urbanos e a tentativa de construção de uma abordagem	20
1.2.1. <i>O Ponto de Partida: o marxismo</i>	20
1.2.2. <i>O Meio do Caminho: as abordagens sobre os “novos movimentos sociais”</i>	25
1.2.3. <i>A produção intelectual no âmbito da Geografia</i>	31
1.2.4. <i>O Ponto de Chegada: uma tentativa de construção de um caminho para o estudo</i>	33
1.3. Marcos teóricos e conceituais	39
1.3.1. <i>Espaço geográfico</i>	39
1.3.2. <i>Práticas espaciais</i>	42
1.3.3. <i>O Poder</i>	44
1.3.4. <i>O território</i>	47
1.3.5. <i>Autonomia</i>	51
1.4. Percurso metodológico	54
1.4.1. <i>Base lógica da investigação</i>	55
1.4.2. <i>Técnicas da investigação</i>	56
1.4.3. <i>Instrumentos da investigação</i>	59
1.4.4. <i>Coleta e análise dos dados</i>	59
CAPÍTULO 2 - A REALIDADE METROPOLITANA RECIFENSE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	61
2.1. Algumas considerações sobre os movimentos sociais urbanos e a experiência brasileira	62
2.1.1. <i>A urbanização capitalista e o surgimento dos movimentos sociais urbanos</i>	63
2.1.2. <i>A realidade urbana brasileira e seus conflitos sociais</i>	66
2.1.3. <i>A agenda da Reforma Urbana</i>	69
2.1.4. <i>Os atuais movimentos de ocupação de ruas e espaços públicos</i>	73
2.2. Relações de poder na Região Metropolitana do Recife	75
2.2.1. <i>A Região Metropolitana do Recife e seus conflitos territoriais</i>	76
2.2.2. <i>Avanços e recuos na construção de uma certa “cidadania”</i>	81
2.2.3. <i>O Recife e os ativismos urbanos de hoje</i>	85
CAPÍTULO 3 - AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MTST/PE NA REGIÃO METROPOLITANA RECIFE.....	92
3.1. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco: origem e trajetória	93
3.1.1. <i>Alguma coisa mudou na luta por moradia</i>	93
3.1.2. <i>Quem são os sem-teto e o MTST/PE?</i>	96
3.2. Sobre as territorializações	100
3.2.1. <i>As Ocupações</i>	101

3.2.2. <i>Passeatas e protestos</i>	110
3.2.3. <i>Os territórios individuais</i>	111
3.3. Sobre as demais práticas espaciais	113
3.3.1. <i>Ressignificações dos espaços</i>	113
3.3.2. <i>Redes socioespaciais e processos educativos</i>	115
3.4. Onde reside a transformação nas luta do MTST/PE?	118
3.4.1. <i>A Cidade não é uma mercadoria!</i>	118
3.4.2. <i>O Teto como meio de proletarização</i>	120
3.5. Limites e contradições	122
3.5.1. <i>O imaginário bestializado</i>	123
3.5.2. <i>O mercado informal hiperprecário</i>	124
3.5.3. <i>A relação com o Estado</i>	126
3.6. Potencialidades da luta do MTST/PE	127
3.6.1. <i>A articulação entre particularidades e universalidades</i>	127
3.6.2. <i>Em busca de territórios autônomos</i>	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
ANEXOS.....	140

Introdução

O tom “Estadocentrico”¹ sempre esteve presente nos estudos urbanos, independente das identidades disciplinares e paradigmáticas. Isso porque sempre se esperou do Estado a solução para os problemas urbanos, uma vez que os planejamento e gestão urbanos estatais sempre foram tidos como práticas redentoras da urbanização precária (típica, sobretudo, nas regiões de modernização “periférica”, como no Brasil) e as secretarias e agências de planejamento urbano e regional, por consequência, como os lugares de onde poderiam surgir ações inovadoras, capazes de responder às demandas cidadão-urbanas. Essas crenças sempre foram defendidas tanto por parte dos estudiosos e planejadores urbanos conservadores, como por aqueles que defendem um planejamento regulador de corte crítico/keynesiano. Poucas foram as vezes que se avultaram estudos em que parcelas da população das cidades fossem as verdadeiras protagonistas, tendo elas a centralidade de toda a discussão².

Diante da falência do planejamento urbano em sua acepção moderna, as possibilidades de transformação efetiva da realidade urbana estão quase que inteiramente nas mãos da ação coletiva organizada. Por isso, muitos estudiosos têm se voltado à análise das práticas dos excluídos urbanos, na esperança de que através delas se possa, um dia, vislumbrar um processo sistemático de transformação das cidades, rumo à uma maior justiça social e ambiental.

Situamos-nos enquanto um desses estudiosos que acreditam, acima de tudo, na possibilidade de transformação advinda da ação coletiva organizada engendrada pelos excluídos urbanos. Assim, neste trabalho, buscaremos destacar as possibilidades de transformação inerentes as práticas desses grupos de excluídos, ainda que não descartemos a importância que podem adquirir algumas práticas de planejamento e gestão estatais das cidades na promoção de certos ganhos em termos de cidadania para famílias destituídas de direitos. Mas o debate que pretendemos travar se dará em outra esfera. Procuraremos dialogar com a literatura da transformação social e com as teorias dos movimentos sociais, sobretudo aquelas de vertente crítica, no intuito de encontrar nas práticas de certos movimentos o conjunto de elementos necessários à uma transformação efetiva do espaço urbano.

¹ O termo “Estadocêntrico”, neste caso, busca designar a crença, muitas vezes difundida nos estudos urbanos, de que o Estado possui condições suficientes para garantir, por si só, a segurança humana face à grande diversidade de vulnerabilidades sociais e ecológicas. A atuação do Estado prescinde, segundo essa perspectiva, dos saberes e da participação popular.

² Ressalvas devem ser prestadas a todo o esforço teórico empenhado pelo geógrafo brasileiro Marcelo Lopes de Souza que tem se voltado, nos últimos anos, ao estudo dos movimentos sociais no âmbito dos estudos urbanos, sobretudo no interior de sua disciplina de formação, a Geografia.

Ademais, no extenso e diversificado leque de abordagens e perspectivas teóricas presente nos estudos sobre os movimentos sociais, procuraremos retomar uma abordagem dialética materialista explicitamente atenta às noções de luta de classe e totalidade. Em termos sintéticos, cremos que, quando se objetiva compreender as práticas de um movimento social urbano, é importante não ficar apenas em sua constatação, mas também saber quais são ou podem ser suas repercussões concretas no processo de transformação do espaço urbano.

Portanto, nosso objetivo é identificar as diferentes “práticas espaciais” (tomando como pressuposto a ideia de que toda ação social tem seu rebatimento sobre a produção e organização do espaço) orquestradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco em sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Depois disso, tentar descobrir como e em que sentido essas práticas são capazes de promover mudanças efetivas no espaço urbano. Trata-se, portanto, de um objetivo duplo: primeiro procuramos identificar quais as práticas espaciais empenhadas por esse movimento, para depois descobrir como e em que sentido elas podem se articular a lutas mais transversais no processo contínuo de transformação da realidade citadino-urbana.

A concretização desse objetivo se dará por meio da concretização dos seguintes objetivos específicos:

- i) Desvendar a espacialidade inerente às ações do MTST/PE;
- ii) Historiar a atuação desse movimento na Região Metropolitana do Recife;
- iii) Mapear as ocupações por eles orquestradas, identificando a que ponto anda o atendimento de suas demandas e se as famílias ocupantes já se encontram com perspectivas de adquirirem (via concessão governamental ou aquisição pelo mercado) suas moradias;
- iv) Desvendar de que forma o movimento promove mudanças estruturais na cidade, observando os seguintes critérios: o conteúdo de classe imanente aos discursos e às práticas do movimento; a abertura para processos educativos que visem construção de uma agenda de luta mais totalizante e a similaridade ou diferença em relação com outras lutas na esfera da produção.

No primeiro capítulo procuraremos demarcar quais foram os pressupostos filosóficos, teórico-conceituais e metodológicos de todo o trabalho investigativo. Ele está subdividido em quatro itens, cada um exercendo uma função nesse processo de demarcação. No primeiro, procuraremos demonstrar as inquietações emocionais e científicas que influenciaram na escolha do tema, na definição do objetivo, na formulação das hipóteses e no desenvolvimento da metodologia de pesquisa. No segundo item, procuraremos demonstrar nosso percurso de estudos no que diz respeito as teorias sobre os movimentos sociais, demonstrando as diferentes

abordagens e, através de pontos importantes de cada uma delas, estabelecendo nossa própria abordagem. No terceiro, buscaremos apresentar os conceitos e noções teóricas que viabilizaram a concretização dos objetivos de nossa pesquisa. E, finalmente, no quarto item, procuraremos discriminar quais foram os procedimentos metodológicos adotados em todo o processo investigativo.

O segundo capítulo tem o objetivo de realizar uma contextualização da realidade do nosso objeto de pesquisa, estando subdividida em dois outros capítulos. No primeiro item, abordaremos a forma através da qual a urbanização capitalista se materializa nas cidades, caracterizando seus agentes para, depois, demonstrar as especificidades da urbanização brasileira. Ainda neste item, procuraremos apresentar como se efetivam os diversos conflitos sociais no modelo de urbanização brasileira, caracterizando a forma como foi sendo constituída a agenda da Reforma Urbana no seio das lutas sociais pelo direito à cidade e realizando uma breve reflexão sobre os ativismos urbanos contemporâneos. No segundo item, realizaremos uma incursão sobre a condição urbana metropolitana do Recife, enfatizando seus conflitos sociais/territoriais e descrevendo o tecido social e político sobre o qual o MTST/PE sempre atuou.

O terceiro e último capítulo se reservará a apresentação dos resultados da pesquisa e sua discussão. Apresentaremos quais são, afinal, as práticas espaciais levadas a termo pelo MTST/PE e de que forma elas contribuem para a transformação da realidade urbana. Essa parte, por seu turno, está subdividida em seis capítulos. No primeiro item, procuraremos historiar o surgimento e a trajetória do MTST/PE, enfatizando sua história de lutas na Região Metropolitana do Recife (RMR). No segundo, apresentaremos a principal prática desempenhada pelo movimento, a territorialização, demonstrando suas especificidades e seus rebatimento no espaço urbano recifense. No terceiro, buscaremos apresentar as demais práticas desempenhadas pelo MTST/PE, bem como suas repercussões no permanente processo de produção e reestruturação do espaço urbano. No quarto, procuraremos refletir em que sentido as práticas espaciais então discriminadas contribuem para a efetiva transformação do espaço urbano. No quinto, buscaremos elencar quais são os limites e as contradições presentes na realidade do MTST/PE que, por sua vez, embargam a plena atuação desse movimento. E no sexto e último item, procuraremos elencar uma série de aspectos positivos presentes na luta do MTST/PE, mas que ainda se encontram em estado de latência, podendo ser explorados caso as práticas desempenhadas por esse movimento procurem se dirigir à superação dos limites anteriormente citados e queiram transformar efetivamente a cidade e a realidade social.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A ciência é uma criação do homem. Seu distintivo em relação ao senso comum, como afirma Alves (2006), corresponde à exigência metodológica. Assim, na ciência, somos obrigados a informar os procedimentos mentais e o caminho trilhado pelo pensamento até uma dada conclusão. Entretanto, como também afirma o próprio Alves (2006, p. 9), “a ciência é [apenas] uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos” (acréscimo nosso). Suas regras de funcionamento diferem do senso comum apenas no que diz respeito, como dito, a justeza e a exigência metodológica, sendo o restante bastante semelhante. Portanto, assim como o senso comum, a ciência é uma criação humana, adstrita às paixões e às emoções. É nesse sentido que, neste primeiro capítulo, procuraremos não apenas demarcar as inquietações filosóficas, os aportes teórico-conceituais e o percurso metodológico desta pesquisa, mas também os desassossegos pessoais ou emocionais que impulsionaram o autor nessa empreitada científica.

1.1. As Inquietações que marcam o começo de tudo

Como o que marca a ciência é a explicitação direta do percurso metodológico em sua estrutura argumentativa, no processo de construção do conhecimento é necessário demonstrar abertamente também todos os conjuntos de imperativos não-rationais que estimularam o trabalho investigativo e induziram a adoção de certas perspectivas e concepções teóricas. Em outras palavras, como não há “ciência sem emoção”, é necessário explicitar não apenas o percurso metodológico, como também as motivações emocionais que marcaram a pesquisa.

Além disso, é necessário também demarcar claramente que ideias(s) nortearam(ram) toda a investigação. Afinal, quem produz o conhecimento são os homens, e não uma consciência impessoal que paira sobre todas as outras consciências. É útil, portanto, apontar quem é(são) o(s) sujeito(s) do conhecimento, contextualizando-o(s), pois só assim é que se pode entender efetivamente as conclusões obtidas no decurso do próprio processo investigativo.

Neste capítulo, procuraremos demonstrar as inquietações que marcaram a escolha do tema e do objetivo dessa pesquisa, bem como os desassossegos intelectuais que influenciaram o presente autor na construção do percurso metodológico e de todo o trabalho de investigação.

1.1.1. *O turbilhão de pensamentos e idéias que fez surgir o tema, o problema e as hipóteses de pesquisa*

O tema dos movimentos sociais sempre foi extremamente caro para os cientistas sociais, contudo, a proliferação dos estudos abordados a partir da geografia têm sido relativamente recente. Assim, a escolha e o estudo do tema geral desta pesquisa constituíram em um trabalho bastante árduo, permeado por diversas tentativas de superação dos inúmeros embargos teórico-metodológicos existentes.

O maior deles, por certo, foi a definição da identidade disciplinar da pesquisa. O presente autor, geógrafo de formação, ao participar de um Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional, passou a conviver em um ambiente interdisciplinar, sempre procurando travar um intenso debate com a sociologia (disciplina onde mais se desenvolveu o tema) e com o campo dos estudos urbanos. Não tardou o surgimento de armadilhas teóricas. A interdisciplinaridade, um dos pilares do referido Programa de Pós-graduação, talvez tenha sido a maior de todas essas armadilhas. Como se sabe, se mal cultuada, a interdisciplinaridade pode levar o pesquisador a “erros transdisciplinares” (digo,

decorrente do uso inadequado de certos conceitos e debates referentes a certas disciplinas no interior de outras). Em outras palavras, a noção de interdisciplinaridade pode levar os pesquisadores que desenvolvem estudos com esse conveniente rótulo a fazer uso parcial e indevido de conceitos e categorias analíticas de diferentes disciplinas.

Foi na tentativa de não incorrer nesses erros, portanto, que decidimos identificar cientificamente a presente pesquisa, inscrevendo-a enquanto uma contribuição à Geografia humana. Embora, como de costume, os resultados acabem estendendo sua importância às outras “ciências socioespaciais” (ou seja, a todas aquelas disciplinas ou campos de estudo que procuram lhe dar direta ou indiretamente com a compreensão e/ou intervenção no espaço social - notadamente o Planejamento Urbano e Regional, algumas vertentes da Sociologia, Antropologia e da Economia), a presente pesquisa é, antes demais nada, uma pesquisa em Geografia.

Ademais, o motivo condutor que nos impulsionou nessa empreitada científica, fazendo-nos delinear nosso tema, foi, antes de qualquer coisa, de ordem pessoal. Ou seja, antes mesmo de nos depararmos com os embargos teóricos e políticos presentes nos estudos sobre os movimentos sociais (sobretudo naqueles de vertente pós-moderna, como abordaremos nos subitens 1.2.2 e 1.2.4), ou de nos inquietarmos com as incompletudes e equivocações da produção teórica sobre as ações coletivas, estávamos interessados em solucionar um problema que nos apareceu a partir de uma constatação prévia (ainda sem o devido rigor científico). Tratava-se da percepção de que em nossas cidades os indivíduos sem moradia acabam não gozando de nenhum direito que compõe o ideal “estado de cidadania”. Foi dessa inquietação, no sentido de tentar descobrir em que medida a ação de certos movimentos sem-teto promovem às famílias por eles coordenadas o usufruto do “direito à cidade” (em sua acepção tecnocrata progressista), que surgiram os primeiros trabalhos científicos, sobretudo o trabalho de conclusão de curso do autor.

Leituras realizadas posteriormente inseriram novos elementos e colocaram em xeque as crenças defendidas até então. Particularmente, já havíamos absorvido a teoria marxista durante a graduação através de obras de geógrafos brasileiros críticos de corte estruturalista. Mas com a apropriação das contribuições trazidas por meio do que se pode denominar de maneira bem generalizante enquanto “teorias sociais pós-modernas”, pudemos abrir o horizonte investigativo, sendo impulsionados a percorrer novos caminhos. Alguns grandes autores foram cruciais nesse percurso, como o filósofo francês Michel Foucault e o grego-francês Cornelius Castoriadis. A geografia humanista nos “abriu os olhos” para a viveza da ação humana, que não se enquadra em fatos determinantes, sobretudo em seu aspecto

simbólico. Todavia, outros autores como os ingleses Edward Palmer Thompson e David Harvey, trouxeram-nos de volta ao marxismo, de maneiras distintas, mas mantendo um desassossego renovador. No âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, autores como Marcelo Lopes de Souza nos introduziu no tema dos ativismos socioespaciais urbanos, e Ruy Moreira (o de hoje) nos forneceu importantes bases teóricas para se pensar a construção geográfica das sociedades.

Desse cadinho com substâncias químicas explosivas é que se delineou de maneira mais nítida o nosso verdadeiro “problema” e, conseqüentemente, nosso tema de pesquisa. Percebemos que havíamos pensado de forma equivocada até então. Estávamos tentando descobrir em que medida as ações de certos movimentos sociais são propiciadoras de mudanças profundas na realidade social e percebemos que esse esforço só poderia nos levar ao mais infecundo dilema moderno, o da *reforma x revolução*. Infelizmente, fomos assim embrutecidos sobre nosso objeto, o MTST/PE, e alguns dos resultados dessa empreitada científica foram esdrúxulos. De maneira diferente, a partir de um certo amadurecimento intelectual (o que se deu através de estudos e vivências), fomos percebendo que a questão não deveria incidir na descoberta das repercussões das práticas de certos movimentos sociais no processo de transformação social (e espacial), mas na identificação da pluralidade e das potencialidades intrínsecas a essas práticas, no que há de novo, diverso e potencialmente transformador nelas. Fomos reconhecendo, dessa forma, que a ação política transformadora pode (e deve) decorrer de diferentes particularidades do social, assim como pode direcionar as relações societárias para diferentes conformações.

Eis que surgiu, enfim, nosso problema: *deveríamos identificar primeiramente as ações diversas e potencialmente transformadoras surgidas no interior do movimento social objeto de nossa investigação, mas também, por complemento, deveríamos analisar em que medida seu conteúdo pode se inserir numa luta mais transversal, efetivamente revolucionária*. Nossa hipótese é de que há conexões teóricas e práticas entre as diferentes lutas contemporâneas e que a articulação entre elas se constitui em algo possível e necessário de ser feito à um devido entendimento das lutas sociais e de sua capacidade de transformação.

Assim, portanto, foi delimitado o tema desta pesquisa, indissociavelmente unido ao problema central e às hipóteses a cerca da transformação social. Essa pesquisa versa sobre os movimentos sociais, em especial o MTST/PE e sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Quais são as práticas sociais (espaciais) empenhadas por eles? E em que sentido elas contribuem para a transformação da realidade urbana? É o que tentaremos responder.

1.1.2. *O que esperar dessa pesquisa?*

Como dito, a escolha e o estudo do tema geral desta pesquisa se constituíram em um trabalho bastante árduo. Outro importante desafio que se impôs à concretização do presente projeto diz respeito ao necessário diálogo entre diferentes autores diante de uma formação desencontrada. Poucos pesquisadores possuem efetivamente coragem de admitir os lapsos da formação e a enorme dificuldade que encontrou para fazer dialogar autores de diferentes correntes. Eis um dos desafios presente desde as primeiras leituras que embasaram a presente pesquisa: foi difícil fazer o diálogo entre diferentes autores. Foi difícil, inclusive, o diálogo na própria disciplina de formação do autor. Todavia, o motivo de tais dificuldades não nos interessa por hora, tendo muito mais haver com os problemas relativos à educação e a formação profissional no Brasil.

Assim, o que se pode esperar dessa pesquisa são sucessos e insucessos, possibilidades presentes em qualquer investigação científica, sobretudo quando desenvolvida a partir de um jovem estudante, que reconhece ter ainda muito a aprender. Mas o que pretendemos com a realização desse projeto é tentar juntar alguns elementos para uma nova forma de enxergar os movimentos sociais urbanos: que não se limite ao desvelamento de uma realidade local; nem a generalizações hiperbólicas que procuram demonstrar como andam os ativismos urbanos no mundo, por exemplo.

A maior contribuição que esperamos trazer, entretanto, é eminentemente política. Temos acompanhado o objeto de nossa investigação e esperamos poder contribuir com seu fortalecimento, não com uma nova fórmula de ação política, ou mesmo com uma lista de novos princípios e questões a serem levadas em consideração em sua luta, mas com provocações, críticas e sugestões, visando contribuir com a construção de uma nova forma de se fazer enquanto movimento social.

No próximo capítulo, versaremos sobre o espinhoso e ainda inconcluso percurso de estudos que travamos para subsidiar a compreensão da realidade do MTST/PE. Procuramos abordar de maneira sucinta e não exaustiva as diferentes vertentes de estudos dos movimentos sociais, como base para construção de nossa própria abordagem.

1.2. Breve explanação de uma trajetória de estudos: o complicado percurso para quem estuda os movimentos sociais urbanos e a tentativa de construção de uma abordagem

Em quase todos os aspectos, as teorias sobre os movimentos sociais urbanos seguiram as mesmas trajetórias históricas e paradigmáticas que as próprias teorias sobre os movimentos sociais. Estas, por sua vez, seguiram uma trajetória não muito diferente daquela trilhada pela própria teoria social, ou pelo menos pelas suas vertentes preocupadas em teorizar a transformação social. Neste capítulo, procuraremos demonstrar nosso percurso de estudos no que diz respeito às teorias sobre os movimentos sociais urbanos e sobre os movimentos sociais em geral, demonstrando as diferentes abordagens e, através de pontos importantes de cada uma delas, estabelecendo a perspectiva através da qual será desenvolvida toda a pesquisa. Obviamente, nossa pretensão não é a de esgotar o grande universo de perspectivas e abordagens a cerca dos estudos sobre os movimentos sociais, mas apenas apresentar os pontos mais importantes das principais abordagens.

Além disso, diante do extenso leque de abordagens do qual enfatizaremos apenas dois, procuraremos não escolher apenas uma única para tratar nosso objeto, mas tentaremos construir nossa própria abordagem, num esforço de reconstrução de uma perspectiva crítica e atenta à noção de totalidade.

1.2.1. O Ponto de partida: o marxismo

Do ponto de vista teórico, para quem estuda os movimentos sociais, o marxismo é a perspectiva filosófica que, de maneira inevitável, primeiro se apresenta aos pesquisadores. Mesmo não tendo desenvolvido, em suas trajetórias intelectuais, uma teoria sobre os movimentos sociais, Marx e Engels são os patronos científicos da via socialista³, a maior corrente de pensamento explicitamente revolucionária da história. O marxismo, dessa forma, constitui-se no fundamento das primeiras (e principais) teorias sobre os movimentos sociais.

³ Patronos e não fundadores! Como se sabe, a utopia socialista foi idealizada primeiramente com Graco Babeuf, um dos líderes da Conspiração dos Iguais de 1796, e fundamentada por Louis-Auguste Blanqui, o “encarcerado” (*L'Enfermé*). O movimento socialista ou comunista, por sua vez, já existia teoricamente através do pensamento de Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon e, depois, pelo de Proudhon. E do ponto de vista prático, a luta pelo socialismo já havia encontrado suas primeiras manifestações através do movimento luddista, do cartismo e da série de associativismos operários que estavam insurgindo na Inglaterra e na França no início do século XIX. Marx e Engels, portanto, vivenciaram um mundo onde a luta pelo socialismo já existia e suas contribuições, na verdade, fundamentaram cientificamente essa luta e não a criaram, como muitos supõem.

Os primeiros e mais elementares debates podem ser extraídos ainda a partir das primeiras obras marxianas. Os mais primordiais trabalhos que podemos considerar são, dessa forma, os escritos do “jovem Marx”⁴, ou seja, a série de ensaios e textos pontuais escritos entre 1843 e 1845. O principal deles é, sem dúvidas, *Sobre a Questão Judáica* (*Zur Judenfrage*), de 1843. Essa obra consiste, pois, num documento em resposta ao *Questão Judáica* de Bruno Bauer.

O hegeliano Bauer, em seu livro, argumentou que os judeus só poderiam alcançar sua almejada (na época) emancipação política na Alemanha se renegassem a sua religiosidade, pois, para o autor, a emancipação política requereria uma situação de laicidade por parte de todos, pois os intentos religiosos eram tidos como inconciliáveis aos direitos civis. Marx, por sua vez, aprofundou o debate e afirmou que a laicização da sociedade apenas traria uma emancipação parcial, uma vez que as fortes desigualdades materiais inerentes ao regime monárquico e a insurgente economia burguesa ainda permaneceriam. Em vez da emancipação política, Marx atribuía muito mais importância a “emancipação humana” que, por sua vez, não exigia apenas o fim da religião, mas também o fim das desigualdades materiais entre os homens. Em outras palavras, para Marx, de nada adiantaria vislumbrar um tipo de emancipação que não fizesse frente aos quadros sociais efetivamente opressores, pois o que interessava de fato era aquela emancipação que procurava possibilitar o exercício das liberdades⁵. É a partir dessa distinção, no nosso entender, que se fundou o mais basilar debate presente nas teorias dos movimentos sociais de cunho marxista, a questão da “reforma x revolução”.

O pensamento marxiano, mais adiante, dedicou-se muito mais ao desvelamento da economia política do capitalismo, mas os fundamentos constituídos nos primeiros escritos permaneceram nas suas demais obras, assim como nas de muitos dos seus seguidores: tanto

⁴ Não estamos aqui adotando a separação da obra de Marx (proposta por Althusser) em uma fase eminentemente hegeliana e outra efetivamente materialista. De maneira diferente, acreditamos que a obra de Marx consiste num percurso único que, no início, tinha por especificidade a busca da perspectiva através da qual seria possível a compreensão da sociedade burguesa insurgente. Depois de encontrada, mediante o estudo da economia política, Marx procurou então desvelar a estrutura e a dinâmica material dessa sociedade. Quando falamos do “Jovem Marx”, portanto, não estamos nos referindo ao Marx de 1841 até 1845, tido como hegeliano, mas do Marx jovem, imerso nos conflitos intelectuais de sua época, buscando um caminho para construir sua crítica do mundo burguês.

⁵ Nesta época, Marx ainda não havia tido um contato mais profundo com a economia política e, devido a sua proximidade com a burguesia da cidade de Colônia na produção de críticas à monarquia prussiana (que estava sob as rédeas de Frederico Guilherme IV), através da *Gazeta Renana*, em 1841, ele ainda era, do ponto de vista político, um democrata radical e tinha por perspectiva ideológica a defesa das liberdades, tal como eram defendidas nas revoluções burguesas. Só depois, já em Paris, assistindo os desmandos da burguesia, em contato direto com os conselhos operários e em pleno estudo da economia política, Marx passou a construir sua concepção de mundo, na medida em que foi percebendo que a liberdade plena só poderia ser constituída no seio das lutas da classe trabalhadora.

aqueles que edificaram o “marxismo oficial”, quanto aqueles que deram continuidade a sua obra (no nosso entender: Lukács, Gramsci, alguns integrantes da Escola de Frankfurt etc.). Não foi por acaso, portanto, que o referido debate “reforma x revolução” permaneceu enquanto um dos fundamentos-chefe da abordagem marxista.

Para boa parte desse pensamento, a desigualdade e a pobreza não eram (são) uma disfunção temporária do capitalismo, que poderia ser superada mediante o pleno desenvolvimento econômico, mas sim uma condição inerente ao sistema, uma contrapartida do enriquecimento da burguesia. É neste sentido que, para essa tradição do pensamento e para a luta socialista, não adiantava consolidar alguns direitos civis e políticos, bem como apenas adquirir poder no âmbito dos espaços decisórios do Estado burguês para realizar a transformação social, pois nenhuma ação desencadearia mudanças substanciais se antes não revolucionasse o modo de produção burguês. Portanto, a única solução para a permanente crise social trazida pelo capitalismo consistia na revolução socialista. Essa crença levou muitos a acreditar que a transformação social seria apenas um resultado de mudanças internas ao sistema econômico que, por sua vez, estava na base da estrutura social, determinando todas as demais esferas da sociedade. Assim, ou caminhávamos para o sistema econômico socialista, ou viveríamos a mercê da barbárie proveniente do modo de produção burguês.

O caminho até o socialismo, entretanto, sempre foi motivo de controvérsias. Alguns socialistas afirmavam que seria necessário a tomada das burocracias por meio de ações organizadas a partir de estruturas políticas hierárquicas. Outros defendiam a tomada do poder, mas ao mesmo tempo sua democratização a partir de estruturas políticas horizontais. Sempre houve, assim, no âmbito luta socialista, o embate entre esses dois diferentes modelos de ação política: os que defendiam um modelo de ação política hierarquizada que tinha por pretensão tomar as burocracias para, a partir de então, realizar as transformações político-econômicas necessárias; e os que defendiam um modelo de ação horizontal que também tinha por pretensão tomar as burocracias para implementar as transformações necessárias, porém, de maneira mais democrática (a exemplo dos *Conselhos Operários* da Comuna de Paris e os *Soviets* da Revolução Russa, em sua grande maioria inspirados no *socialismo de conselho*). Esse embate marcou quase toda a literatura marxista no que diz respeito à estratégia socialista, influenciando ainda hoje nas práticas dos movimentos sociais. Entretanto, como se sabe, a vitória dos Bolcheviques na Rússia marcou a hegemonia da forma-partido, bem como sua oficialização enquanto estratégia revolucionária socialista em todo mundo⁶.

⁶ Talvez esse tenha sido o motivo pelo qual a análise marxista sobre os movimentos sociais sempre tenha procurado excluir todo tipo de ação não redutível ao modelo de partido.

Ambas as estratégias, contudo, concordavam em uma coisa: que o sujeito dessa transição seria o “proletariado”, a classe trabalhadora urbana que havia sido espoliada do campo e que se multiplicava nas fábricas. O proletário sempre foi, para a tradição marxista e para a luta socialista de cunho marxista, o verdadeiro sujeito histórico. Essa classe social essencialmente revolucionária teria surgido das próprias contradições do mundo capitalista. Os próprios Marx e Engels, tanto no Manifesto de 1848, quanto em outros escritos posteriores, afirmaram que o operariado era fruto da era burguesa e, neste sentido, a burguesia teria produzido, antes de qualquer outra coisa, “seus próprios coveiros”, uma vez que o seu declínio e a vitória do proletariado seriam igualmente inevitáveis. Logo, esse proletariado seria a classe econômica que, submetida e unificada pelo capital, constituiria a única classe verdadeiramente revolucionária e capaz de, na sua luta, representar a totalidade.

O papel do proletariado seria, então, o da transição do capitalismo para o socialismo por meio da supressão da propriedade burguesa. Apenas depois, no interior da constituição do modo de produção socialista, efetivar-se-iam as transformações culturais. Aos trabalhadores cabiam se unir, fortalecendo a classe para que os líderes do partido realizassem as intervenções despóticas necessárias.

Portanto, as principais características da abordagem marxista a cerca dos movimentos sociais são, grosso modo, as seguintes: centralidade do debate ‘reforma x revolução’, o papel determinante da base econômica (a infraestrutura) sobre as demais esferas da realidade social (superestrutura), a ideia de movimento social atrelada à luta de classes, o operariado enquanto sujeito histórico privilegiado e os conflitos entre centralização e democratização no que diz respeito a estratégia socialista.

Ademais, o século XX viu surgir inúmeras abordagens de cunho marxista que buscavam interpretar os movimentos sociais urbanos a partir das características supracitadas. Foi a partir dessa abordagem que surgiram os primeiros estudos sobre os movimentos operários e sobre os sindicatos urbanos, assim como dos famigerados “excluídos urbanos”. Esta última temática, por sua vez, teve nas primeiras obras de Castells (2009 [1972]), Borja (1975) e Touraine (1994), bem como na de Lojkine (1997) suas mais proeminentes contribuições. Esses quatro autores constituem, portanto, os maiores nomes no que diz respeito aos estudos sobre os movimentos sociais urbanos de cunho marxista. Embora a trajetória intelectual de todos eles transcendam uma única abordagem e que, mesmo no interior de suas obras, haja consideráveis ressalvas aos pressupostos marxistas, esses autores foram importantes precursores dessa abordagem no âmbito dos estudos sobre os movimentos sociais urbanos, pois a partir deles toda uma tradição foi construída, tanto na Europa como na

América Latina. Em quase todos eles, portanto, a questão dos conflitos de classe foi enfatizada, bem como a existência de uma estrutura social portadora de diversos imperativos. Mesmo que ideias como a de sujeito coletivo ou a de identidade fossem também basilares, suas contribuições resguardavam características eminentemente marxistas, como a de dominação, luta de classe, revolução e totalidade.

Contudo, como se sabe, algumas preocupações trazidas pela abordagem marxista sempre foram demasiadamente limitadas e nunca abarcaram a diversidade de possibilidades de lutas latentes no tecido social. Foi percebendo tais limitações que uma série de contestações teóricas emergiu a partir dos anos 1960, no âmbito maior dos estudos sobre os movimentos sociais, procurando dar conta de algumas questões que a abordagem marxista não conseguia responder. É dessa época, como veremos no próximo subitem, que uma outra tradição dos estudos insurgiu, procurando teorizar questões e lutas sociais que nunca ou poucas vezes foram enfatizadas pela abordagem marxista. E essa outra tradição, como também veremos, marcou mais profundamente os estudos sobre os movimentos sociais urbanos, derruindo as contribuições dos supracitados autores marxistas.

Na verdade, qualquer que tenha sido a riqueza da abordagem marxista no que diz respeito ao entendimento das lutas sociais em geral, ela já não convencia mais um mundo que, nos anos 1960, já conhecia o fracasso do Iluminismo e não compreendia no isolamento e no estado de exceção soviéticos um modelo ideal de sociedade. Em nome do marxismo foram realizadas as mais diversas práticas. Entretanto, diante do sentimento generalizado de fracasso das utopias modernas, difundiu-se também a impressão de um devastador fracasso sofrido pelo marxismo e pelas lutas sociais inspiradas nessa perspectiva.

Como afirmou Souza Santos (1997, p. 28) em seu balanço sobre o pensamento marxista:

Pode-se dizer que neste período [, entre 1960 e 1980,] foi a solidez do marxismo que de algum modo se virou contra ele próprio e o desfez no ar. Os sinais de força transmutaram-se em sinais de fraqueza. Um dos factores sociológicos de tal transformação foi, por certo, a crescente discrepância entre o rigor e a sofisticação dos debates intelectuais e a mediocridade real do movimento socialista [...] (acrécimo nosso).

Mais a frente esse autor afirma que, nos anos 1980, houve, no âmbito do pensamento sociológico, uma verdadeira corrida revisionista que pretendia, entre outras coisas, salvaguardar o pensamento marxista alterando aquilo que não convinha mais à interpretação das lutas sociais contemporâneas. Pensadores ainda ligados ao pensamento marxista como Sckopol, Jameson, Elster, Przeworski e Cohen, segundo Souza Santos, buscaram construir

abordagens longe do reducionismo e do determinismo economicista da tradição marxista, apostando na conciliação entre a análise macro e micro estrutural.

No âmago do debate sobre a tensão entre estrutura e ação, o marxismo analítico também procurou trazer algumas soluções, mas logo foi suplantado, no final da década de 1980, por abordagens cada vez mais pós-estruturalistas e anti-essencialistas, tributárias de Foucault e da linguística, da semiótica, da psicanálise e da fenomenologia (SOUZA SANTOS, 1997). Como ainda acrescenta o autor, “a década de oitenta foi, pois, uma década em que o marxismo pareceu desfazer-se definitivamente no ar, uma metáfora que no final da década adquiriu a verossimilhança própria da literalidade na evaporação dos regimes comunistas do Leste europeu” (*Ibidem*, p. 32).

O balanço de Souza Santos é riquíssimo e verídico. Mas, de maneira diferente, é bom ter a clareza de que a tradição marxista a cerca dos estudos sobre os movimentos sociais não pode ser confundida com a obra marxiana. A nosso ver, as limitações da abordagem marxista, aqui sumariadas, dizem muito mais respeito ao marxismo soviético, ou seja, aquele oficialmente adotado pelos partidos comunistas e pela União Soviética e que aos poucos se tornaram numa ideologia de legitimação do aparelho estatal comunista. Não se pode, por isso, fazer tábula rasa da obra de Marx, nem de toda a tradição ocidental que, embora ainda tenham suas limitações, são portadoras de ricas reflexões sobre o mundo capitalista. E é neste sentido que, mais a frente, retomaremos alguns pontos centrais do marxismo, no intuito de construir nossa própria abordagem.

1.2.2. *O Meio do Caminho: as abordagens sobre os “novos movimentos sociais”*

Maria da Glória Gohn (2008), em documento que realiza um resgate das teorias sobre os movimentos sociais, sobretudo no âmbito da sociologia, afirma que há, em síntese, três grandes correntes teóricas: a *histórico-estrutural*, a *culturalista-identitária* e a *institucional/organizacional-comportamentalista*⁷. A primeira é aquela que tem por base o pensamento marxista, em todos os seus matizes. Essa corrente foi hegemônica nos estudos sobre os movimentos sociais até os anos 1960, quando uma crise se instaurou nessa abordagem e uma série de novos ativismos sociais insurgiram no mundo, exigindo novos modelos teórico-explicativos. Eis que a partir de então surgiu a segunda corrente, a

⁷ Daremos ênfase aqui apenas às duas primeiras correntes, pois acreditamos que a terceira elencada por Gohn (2008), a organizacional/comportamentalista, não possuiu grandes repercussões na Europa e na América Latina, tendo sido importante apenas nos Estados Unidos e em parte do mundo Anglo-saxão.

culturalista-identitária, que tinha por base uma infinidade de influências, partindo do idealismo, passando pelas utopias libertárias e pela fenomenologia.

A enorme gama de perspectivas filosóficas e, também, um certo pluralismo teórico-metodológico é o que caracteriza essa segunda corrente. Mas, grosso modo, ela se constituiu num único e extenso processo de contestação do marxismo e, no limite, do próprio pensamento moderno⁸. O primeiro autor a realizar um corte entre a perspectiva marxista até então hegemônica, inaugurando a referida corrente foi, a nosso ver, o Foucault dos anos 1960-70. Na verdade, Foucault foi um dos primeiros pensadores a realizar um combate sistemático, embora supostamente despretensioso, contra o marxismo e os saberes modernos. Em toda a sua trajetória intelectual Foucault criticou a modernidade, sempre se opondo às “grandes narrativas” e a todos os fundacionalismos. Foi nesse sentido que ele propôs que a realidade seria um constructo discursivo, essencialmente contingente, e que o desafio do conhecimento residia em apenas desvendar as condições históricas gerais que propiciavam a criação daquilo que chamamos de realidade. Ao refutar todo e qualquer tipo de “ponto arquimediano”, Foucault erigiu a contingência como princípio de toda a realidade. Nada possuía mais um fundamento ou uma essência que margeasse a história, pois, como advertiu este filósofo, seria um devaneio moderno atribuir um fundamento de ordem “metafísica” para a realidade.

Da proposta filosófica defendida por Foucault é que derivou toda uma tendência da teoria e da ação sociais que mais tarde iriam fundamentar as novas teorias sobre os movimentos sociais e os modelos de ação política pós-modernos. Foi a partir de Foucault, por exemplo, que cresceram o número de abordagens que privilegiavam as particularidades, o múltiplo e a diversidade das lutas sociais, mas negligenciando o que podia torna-las una.

Outros importantes autores na constituição da corrente culturalista, segundo Gohn (2008), foram Bourdieu – que introduziu a importância da dimensão simbólica no processo de dominação e interiorização das estruturas objetivas (por meio do *habitus*) – e Habermas – que, ainda assentado no paradigma marxista, evidenciou a importância da razão instrumental na construção da realidade capitalista e dos processos comunicativos nas ações sociais organizadas. Mas dois outros importantes autores foram cruciais nesse processo, pois definiram de vez essa nova corrente: o Alain Touraine pós anos 1970 e o italiano Alberto Melucci. O primeiro destacou as especificidades das ações sociais na América latina, e o

⁸ Como afirma GALVÃO (2012, p. 232), “as perspectivas teóricas que se constituíram e que se tornaram dominantes no campo [dos movimentos sociais], sobretudo nos anos 1980, foram forjadas em oposição ao marxismo, buscando negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes [...] De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materiais (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados” (acréscimo nosso).

segundo trouxe a questão dos conflitos simbólicos para o centro do debate sobre os movimentos sociais. De acordo com Gohn (2008, p. 29 e 30), esses autores

[...] destacaram a questão da identidade dos movimentos sociais e criticaram as abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; criticaram também os estudos que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes [...] O grande saldo dessa corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social.

Esses autores, enfim, procuraram teorizar as ações dos “novos movimentos sociais”, categoria extremamente ampla, mas que procurava designar o conjunto de lutas sociais que operavam com insatisfações outras que não aquelas diretamente ligadas ao conflito *capital x trabalho*. Essas ações, por sua vez, surgiram de maneira mais explícita a partir dos anos 1960, com os movimentos ambientalistas e altermundistas, os movimentos estudantis de 1968, as lutas contra os regimes ditatoriais nos países latino-americanos, as lutas por melhores serviços de saúde, as lutas feministas, dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos soropositivos etc. Os estudos sobre esses movimentos passaram a dar importância maior aos novos “sujeitos coletivos”, sujeitos esses diferentes daquele tido como único pela tradição marxista. Os novos modelos e as novas temáticas das ações sociais deslocaram a ideia de que haveria apenas um único sujeito histórico, na medida em que revelaram outros personagens, outros sujeitos (grupos étnicos e minorias, organizações da sociedade civil etc.). E esses novos sujeitos, bem como suas novas demandas (“pós-materialistas”, para usar o termo sugerido por Inglehart [1977]), não estavam mais interessados em mudanças estruturais que visassem a construção da igualdade social, mas apenas em reformas culturais e jurídicas pontuais que envolviam, em quase todos os casos, a questão do direito à diferença.

Mas a categoria dos novos movimentos sociais surgiu, sobretudo, devido à nova fonte de estudos surgida nos anos 1970 e 1980 nas periferias das grandes cidades de terceiro mundo, especialmente da América latina. Foram os movimentos dos *pobres urbanos*, ou simplesmente movimentos sociais urbanos que, mais do que quaisquer outros movimentos da época, representaram a insurgência de “novos personagens” na vida pública. Esses sujeitos, por seu turno, foram quem primeiramente passaram a fomentar uma série ativismos sociais que operavam com insatisfações outras que não aquelas presentes na esfera da produção. Eder Sader (1988), em obra que inaugurou uma explícita preocupação com os novos movimentos sociais no Brasil, mostrou-nos a insurgência mais forte desses novos personagens na cena pública a partir da década de 1970. Esse autor chamou a atenção para a capacidade transformadora imanente a esses personagens, ao passo que destacou a necessidade de se

empreender novas formas de pensá-los. Não por acaso, a obra de Sader se inscreve no âmbito do fortalecimento das ações provenientes de grupos socioeconomicamente precarizados pelo modelo hegemônico de urbanização das grandes cidades brasileiras⁹.

Abarcando as lutas dos pobres urbanos, dos ambientalistas, das feministas, dos negros, índios etc., a categoria novos movimentos sociais sempre foi, assim, muitíssimo abrangente e sempre procurou representar todo e qualquer tipo de luta que se realizava no âmbito da esfera da reprodução. Mas outras vertentes ainda somaram-se a esta corrente, como a dos estudos culturais, a dos estudos pós-coloniais e a dos estudos ecológicos. Os estudos culturais (*cultural studies*) surgiram primeiramente na Inglaterra por meio das primeiras movimentações da chamada *Nova Esquerda*, ainda sob forte viés marxista (althusseriano e gramsciano, diga-se de passagem), tendo por pretensão atribuir centralidade à cultura na organização da sociedade e na luta de classes. Tratava-se, na verdade, de estudos revisionistas provenientes de teóricos como Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall.

Capitaneada por autores como Edward Said e Albert Memmi e levadas a termo hoje por autores como Boaventura de Souza Santos e Aníbal Quijano, surgida nos anos 1980, a vertente dos estudos pós-coloniais tem como toda a corrente culturalista uma maior preocupação com as questões culturais-identitárias e, grosso modo, buscam refletir sobre os efeitos da colonização material e imaterial e as possibilidades de emancipação dos colonizados, tanto do ponto de vista concreto, como do ponto de vista científico e ideológico. Já os estudos ecológicos sistemáticos se pautam nas teorias da complexidade e tem sido defendido por pensadores como Morin, Capra, Maturana, Casanova etc. Tais estudos, por fim, procuram aliar as descobertas da física contemporânea, os pressupostos da interdisciplinidade e o conhecimento a cerca dos sistemas complexos adaptativos aos estudos sociológicos.

Portanto, somado aos estudos culturais, pós-coloniais e aos estudos ecológicos ou sistemáticos, tem-se um leque extremamente variegado de vertentes e perspectivas no interior da corrente culturalista, o que a torna extremamente diversa.

Devido a essa diversidade, as lutas sociais e as próprias abordagens teóricas atreladas à essa corrente nunca conseguiram desenvolver uma unidade e, por isso, sempre se realizaram no âmbito de um exacerbado pluralismo teórico e prático, algumas vezes até contraditório. Na verdade, a crítica das grandes narrativas, a renúncia à construção de projetos de sociedade e

⁹ A série de associativismos locais que ocorreram em Recife a partir da década de 1970 ilustra bem essa constatação. É nessa época que, entre outras coisas, insurgiu o *Movimento Terras de Ninguém* nos morros de Casa Amarela (bairro popular do Recife), importante movimento de luta por moradia que envolveu mais de quinze (15) mil famílias. Voltaremos mais detidamente sobre essas questões nos subitens 2.2.1 e 2.2.2, no segundo capítulo.

de emancipação social efetiva (não raro, misturada à melancólica crença no fim das utopias), o vício desconstrutivista, o relativismo cultural e a ênfase na pluralidade dos sujeitos, bem como a consolidação de uma epistemologia anti-essencialista, hegemonizaram-se no âmbito dessa corrente, mergulhando os estudos sobre os movimentos sociais numa espécie de dadaísmo infinito que sempre se preocupou muito mais em rever ou desconstruir a via marxista do que propor um novo caminho. Em função disso, nunca adquiriram uma unidade que lhes conferissem o caráter de um novo paradigma (Quadro 01), sendo muito mais um “tumulto paradigmático”. Consequentemente, sempre houve, do ponto de vista teórico e prático, uma inconsonância e uma pluralidade de práticas e discursos que não conseguem adquirir ordem de direção e, assim, fundamentar uma nova perspectiva de fato.

Quadro 01: **Quadro-síntese com as principais características das correntes do pensamento e da ação social**

ITENS	CORRENTES DE PENSAMENTO	
	MARXISTA	CULTURALISTA
<i>CARACTERÍSTICAS DAS LUTAS SOCIAIS</i>		
Sujeito	Classe operária	Grupos culturais
Modelo de organização	Partido ou conselhos	Organizações civis apartidárias e não-hierárquicas.
Estratégia de ação política	Luta por espaços políticos no intuito de desencadear mudanças estruturais, pelo menos idealmente.	Lutas pelo reconhecimento e consolidação de identidades, bem como pela garantia de direitos civis e políticos.
<i>CARACTERÍSTICAS DAS ABORDAGENS TEÓRICAS</i>		
Ênfase de análise	Estrutura econômica	Identidade
Método de análise	Dialética materialista	Dialética idealista, fenomenologia e hermenêutica.
Objeto de estudo	Partidos, conselhos operários e sindicatos.	Conselhos, grupos étnicos tradicionais e de minorias, Organizações não-governamentais e apartidárias

Elaboração: Otávio Santos, 2012

Assim, os impactos das obras da grande maioria dos pensadores que se propuseram à renovação das teorias sobre os movimentos sociais apenas desencadearam em fragmentações nos modelos explicativos e nas linhas discursiva de outrora, mas não trouxeram possibilidades de construção de uma abordagem mais transversal. Tal fato, por sua vez, repercutiu também sobre a ação política inspirada nessa corrente, fazendo-a negligenciar, algumas vezes, a totalidade dos modos de produzir e contra-produzir a sociedade. É neste sentido que Wood (1996, p. 122) afirma haver

[...] um paradoxo particularmente notável [na teoria e na ação pós-moderna]. Por um lado, a negação da história na qual ela se baseia é associada a uma espécie de

pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis de análise causal, não podemos chegar às raízes dos muitos poderes que nos oprimem; e certamente não podemos aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo de contestação geral do capitalismo, do tipo em que os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um conjunto de resistências particulares e separadas. Por outro lado, esse pessimismo político parece ter suas origens numa visão bastante otimista da prosperidade e das possibilidades capitalistas. Os pós-modernos de hoje (sobreviventes típicos da "geração dos 60" e de seus alunos) parecem ter uma visão do mundo ainda calcada na "Era de Ouro" do capitalismo, cujo traço dominante é o "consumismo", a multiplicidade de padrões de consumo e a proliferação de "estilos de vida". Aqui também eles revelam seu a-historicismo fundamental, uma vez que as crises estruturais do capitalismo desde aquele momento "dourado" parecem ter passado à sua margem, ou, pelo menos, parecem não ter deixado neles nenhuma impressão teórica significativa (acréscimo nosso).

Em outros termos, poderíamos dizer que os ataques aos *fundacionalismos imperialistas do Iluminismo ocidental*, para usar o termo apregoado por Laclau (1997), significaram tanto uma proposta de valorização de um pluralismo cultural mais democrático, quanto o enfraquecimento do pensamento radical e o surgimento de agendas políticas desconexas, onde referenciais mais universais como “classe” não são mais defendidos. Pior, como nos adverte Harvey (2009, p. 56), com o surgimento desse pluralismo característico ao modelo de teoria e ação política pós-modernos, “tudo passou a ser concebido e decidido nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados [...]”.

Diante disso, afirmam categoricamente Heller & Fehér (2002, p. XX), “os frutos da condição [teórica e política] pós-moderna são quase inteiramente negativos, na medida em que a política e a mudança política se tornaram quase inteiramente irracionais e imprevisíveis” (acréscimo nosso). Esses autores também reconhecem que a situação teórica e política pós-moderna corresponde a negação de tudo o que torna a realidade una, sobretudo a realidade social. O pós-moderno, afirmam, é aquele que nega todo e qualquer tipo de fundacionalismo, sendo este o motivo das lutas sociais contemporâneas visarem, antes de tudo, eliminar todo e qualquer tipo de estratégia política redentora. Além disso, como afirma Heller & Fehér (2002), o que marca o pensar/agir pós-modernos é a crença de que estamos depois da história (*post-histoire*) e permanentemente preso ao presente. Não por acaso, afirmam os autores, ser pós-moderno é “estar depois dos roteiros de classe”, e terminantemente preso a esse depois.

Tem sido assim concebida, portanto, a transformação social: um pluralismo democrático mesclado a um niilismo e uma profunda ausência de sentido. Poucos foram os pensadores mais contemporâneos que enveredaram o mesmo caminho, por exemplo, que mais

tarde seria colocado por Harvey em seu *Espaços de Esperança* (2006)¹⁰, pois tenderam muito mais à construção de modelos explicativos particularistas, sem atentar para a totalidade social. Da mesma forma se comportou a ação política, pois o que se tem visto em termos práticos nos dias de hoje corresponde a estratégias muito mais pontuais e pouco pretensiosas do que instigadas pela necessidade de transformações profundas. No âmbito teórico, há um distanciamento muitas vezes sem argumentos muito conversivos dos conceitos e categorias mais universais (feito, sobretudo, por parte daqueles que fazem uma infeliz interpretação da herança intelectual foucaultiana e da fenomenologia) simplesmente porque se supõe que eles não conseguem mais explicar o mundo contemporâneo (diverso, impreciso e multifacetado).

1.2.3. A produção intelectual no âmbito da Geografia

No que diz respeito a produção intelectual no âmbito da geografia, trabalhos sobre movimentos sociais a partir da perspectiva marxista só surgiram na década de 1960. Na verdade, o tema nunca foi muito estudado nessa disciplina e o pouco que havia sido produzido até bem pouco tempo não fazia referencia explícita aos movimentos sociais. Essa ausência de estudos se deve, como afirma Bitoun (1993) e corrobora Santos (2012b), ao fato de que os movimentos sociais sempre foram um fenômeno caro a definições simplistas, consequentemente sempre foi difícil identificar o componente espacial de suas ações. Como aponta Souza (2006), os estudos sobre os movimentos sociais na geografia sempre se dedicaram muito mais ao entendimento das condições gerais e estruturalmente excludentes de produção do que com o entendimento das lutas sociais em si e, consequentemente, de seu componente espacial. Em outras palavras, sempre houve uma predominância da crítica às condições e processos socioespaciais heterônomos sobre as tentativas de entendimento das espacialidades que tem possibilitado ganhos sociais em termos de autonomia (SOUZA, 2008).

Até mesmo os geógrafos filiados ao paradigma crítico não conseguiram desenvolver um referencial teórico da dinâmica espacial como algo estruturalmente organizado, mas que também aberto a uma reconstrução ativa por parte dos diferentes atores sociais. Eles deram muito mais ênfase, portanto, ao desvelamento dos processos socioespaciais heterônomos, na implícita ideia de que apenas as lutas que se davam diretamente na base da estrutura socioespacial possuíam o caráter transformador. Por isso, os temas que dizem respeito a esfera

¹⁰ Por meio de seu *materialismo histórico-geográfico*, Harvey propõe no início de seu *Espaços de Esperança* a reconstrução de conexões em linhas discursivas que foram fragmentadas pela pós-modernidade, tendo em vista sua característica em decretar o fim das “metanarrativas”, ou seja, em romper com os discursos universais e mais totalizantes. O autor busca, dessa forma, reconciliar as conexões entre universalidade e particularidade, entre o global e o corpo, sem abandonar os referenciais marxianos, mas entendendo neles a sua atualidade num mundo cada vez mais individualista e geograficamente desigual.

da produção sempre se destacaram sobre as tentativas de entendimento das espacialidades subversivas propriamente ditas e as contradições que permeiam a esfera da reprodução.

Ainda assim é possível elencar uma série de estudos que se avultam no entendimento dos movimentos sociais e de suas práticas no Brasil. Devido destaque é preciso ser dado, via de regra, às contribuições de geógrafos agrários como Bernardo Mançano Fernandes que, entre outras reflexões, desenvolveu a distinção do que ele mesmo chamou de *movimentos socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais* (sobre tal distinção ver o próprio FERNANDES, 1999 ou PEDON, 2009). Trabalhos como os de Porto-Gonçalves (2002, 2006a, 2006b) são importantes também porque trazem importantes elementos para entender os ativismos sociais latino-americanos.

No que concerne aos estudos dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, alguns trabalhos merecem destaque: Nicholls (2007, 2008) nos traz importantes considerações sobre a importância do espaço da cidade para os ativismos urbanos; No Brasil, os trabalhos de Ribeiro (1982, 2002, entre outros) e Rodrigues (1992, entre outros) são importantes porque trazem relevantes considerações para o entendimento das práticas desses movimentos. Destaque deve ser dado também a Bitoun (1993) que em brilhante trabalho pontuou algumas questões relevantes para o campo da geografia urbana nos estudos sobre movimentos sociais. Ressaltamos também as contribuições de Castilho (2002, 2010a, 2010b) que privilegiam a construção de novos territórios por parte de alguns movimentos de bairro e de sem-teto em Recife. Mas o maior destaque deve ser dado, sem sombra de dúvidas, aos esforços elucidativos e teórico-metodológicos de Souza (2004, 2006, 2008, 2009b, 2009c, 2010a, 2011), no que diz respeito aos estudos dos ativismos urbanos e, mais recentemente, dos movimentos sem-teto do Rio de Janeiro¹¹. Merecem ser notificadas também as recentes contribuições de Teixeira (2009) e Grandi (2009) que, junto as de Souza, tem subsidiado o entendimento dos ativismos urbanos brasileiros a partir de uma perspectiva mais interessada nos micro-processos produtores e atuantes no espaço, sobretudo aqueles cujas características imateriais se sobressaem.

¹¹ O destaque não deve ser dado somente às contribuições desse autor, mas também às dos pesquisadores e estudantes que juntos integram o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), ligado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A propósito, numa edição da revista CIDADES (Vol. 6, N° 9, 2009) é possível verificar, em meio a diversos trabalhos, a profundidade das reflexões que vêm sendo desenvolvida naquele grupo, sobretudo no que concerne ao debate sobre as práticas espaciais e estratégias discursivas de movimentos sem-teto e *hip-hop* no Rio de Janeiro. Embora possam ser contestados em alguns aspectos teóricos, vemos tais estudos como dignos de nota, pois conseguem vislumbrar de maneira muito feliz a geograficidade dos ativismos sociais urbanos.

1.2.4. *O Ponto de Chegada: uma tentativa de construção de um caminho para o estudo*

Como dito no início deste item, preferimos não escolher simplesmente ou sem ressalvas uma única perspectiva no que diz respeito às correntes sociológicas de estudos sobre os movimentos sociais, nem dos estudos desenvolvidos no âmbito da Geografia. De maneira diferente, sempre procuramos compreender o nosso objeto por um caminho próprio.

A partir de muitas leituras e de um espinhoso esforço teórico-metodológico, procuramos costurar esse caminho novo, tanto ao entendimento do nosso objeto como dos movimentos sociais urbanos em geral. O resultado desse esforço é o que trataremos agora.

Vimos que a abordagem marxista possui suas limitações, e a maior delas, talvez, corresponda a negligência para com a existência de outros sujeitos históricos além do operariado e outras formas de lutas diferentes da socialista. De fato, se não vivemos numa sociedade estritamente industrial é definitivamente um anacronismo, primeiro, acreditarmos numa simples divisão dicotômica do tecido social entre burgueses e operários, e depois compreendermos a classe trabalhadora como privilegiada na luta contra o conjunto de opressões que marcam o mundo capitalista. Entretanto, em resposta a isso, apostar na diversidade e no pluralismo tomando como meio interpretativo um desconstrutivismo incessante é algo ainda mais limitador à uma devida compreensão da realidade e dos caminhos necessários à transformação social.

Reconhecemos as limitações do marxismo no que diz respeito a seus reducionismos e suas equivocadas previsões, mas acreditamos que o outro lado é ainda pior, pois inerente ao pluralismo excessivo e implícito no pensamento contemporâneo há uma consequente fragmentação no pensamento e na ação transformadora. E isso se constitui num grande perigo, uma vez que, como adverte Heller & Fehér (2002), a coexistência de projetos que caracteriza, entre outras coisas, a condição teórica e política pós-moderna, pode assumir formas completamente diferentes e até contraditórias, anulando a própria transformação social. É nesse sentido que tem se tornado cada dia mais pertinente a realização de conexões entre os diferentes modos de pensar e modos de fazer a transformação, no sentido de atribuir-lhes ordem de direção e, consequentemente, possibilidades de transformação efetiva da realidade que, ao contrário do que defende os pós-modernos, possui também um caráter uno.

Esse esforço, no nosso entender, perpassa pela necessária retomada do marxismo como fundamento explicativo do mundo contemporâneo e a crítica das modas intelectuais pós-modernas de recusa às idéias de totalidade¹², estrutura e sistema, bem como sua descrença

¹² No que diz respeito a ideia de totalidade, nossa posição coaduna com o que afirma HARVEY (2006) e EAGLETON (1998) em suas críticas ao pós-modernismo. Este último pensador, por exemplo, afirma que para

na construção de um novo projeto político onde a ideia de classe teria centralidade. Este último ponto é, quiçá, o mais central desse nosso esforço. A retomada da universal ideia de “classe” no interior das teorias sobre os movimentos sociais é imprescindível, pois o maior trabalho ideológico dos pós-modernos e o que marca sua concatenação aos interesses das classes dominantes é o desprezo para com essa categoria. Acreditamos, entretanto, que a classe se constitui numa categoria basilar para compreendermos as sociedades contemporâneas e deve ser apreendida tal como Marx havia postulado.

Embora o mundo tenha assistido substanciais mudanças políticas e econômicas desde a metade do século XX¹³, o capitalismo ainda mantém sua estrutura de funcionamento, fazendo com que se perpetue a centralidade da oposição capital/trabalho no entendimento das sociedades contemporâneas. A luta de classe é algo transversal presente mesmo onde não se admita mais sua existência. Assim, concordamos com GALVÃO (2008, p. 15) quando ela diz que todo “[...] movimento social não é fruto de uma oportunidade política desconectada da base econômica, [e que toda] a ação política não está [totalmente] desvinculada de interesses materiais” (acrecimos nossos).

Mesmo que no tecido social nem todos sejam burgueses ou operários, haja vista a existência, hoje tão evidente, de ricos assalariados e trabalhadores autônomos informais, ainda assim podemos, num esforço de atualização (ou de retorno a Marx), reconsiderar a existência da luta de classes no tecido social se admitirmos, por exemplo, a existência de uma “burguesia assalariada”, de um “operariado informal”, e de um conflito permanentemente instaurado entre o conjunto da burguesia e dos trabalhadores. Não se trata, pois, de uma tentativa de

os radicais pós-modernos, descartar a ideia de totalidade significa, entre outras coisas mais positivas, abastecer-se de uma consolação. Uma consolação no sentido de que no atual contexto sócio-político, onde nenhum tipo de ação política se afigura com efeito exequível e redentor, soa como alívio admitir que a carência de uma nova utopia mais universal corresponda a uma virtude. Como ele disse (1998, p. 18): "Isso equivaleria a, tendo perdido a faca do pão, declararmos já fatiado o pão inteiro". HARVEY (2006), por sua vez, propõe a reconstrução de conexões em linhas discursivas que foram fragmentadas pelo trabalho intelectual da pós-modernidade, com vistas a empreender uma teoria e uma ação social mais totalizante. E isso, segundo o autor, só pode ser feito reconciliando universalidades e particularidades no pensamento e na ação, num esforço efetivamente dialético.

¹³ HARVEY (2006, 2009) afirma que o mundo contemporâneo tem por características: a etapa globalizada do processo de mundialização da economia capitalista; a consolidação de um regime de acumulação flexível (e não mais o rígido fordista, seja em sua vertente liberal, ou em sua vertente keynesiana); uma nova divisão internacional do trabalho e a crescente desregulamentação dos ofícios; a total aniquilação do espaço pelo tempo por meio dos ajustes espaciais decorrentes da própria geografia da acumulação capitalista; a vitória dos projetos das grandes corporações supranacionais sobre os territórios (e a mudança do papel do Estado, de interventor para facilitador e salvador do mercado); a revolução da informação e a criação do ciber-espço; a desregulamentação financeira dos mercados; a inserção radical das diferentes manifestações artísticas (artes plásticas, música, arquitetura, literatura) no mercado da cultura, e a consequente transformação dessas manifestações em práticas do *establishment*. Por meio de todos esses aspectos, conclui o autor, o capitalismo mantém sua estrutura de funcionamento. Na verdade, tais características correspondem, em síntese, apenas a novas nuances da mesma estrutura social, política e econômica que deu suporte a expansão do capitalismo desde seu surgimento.

legitimação da teoria, pois é inegável o fato de que há um conflito entre esses segmentos sociais no interior das sociedades contemporâneas, mesmo que de uma maneira perceptivelmente distinta ao que havia entre patrões e operários no interior das fábricas do século XIX e XX. As classes existem independente das especificidades históricas e geográficas.

Vista da forma supracitada, a classe se torna muito mais que um segmento sócio-profissional, definido apenas em termos econômicos, mas um *conjunto dinâmico de interesses articulados por suas posições no âmbito das contradições sociais*. Trata-se, pois, de uma definição próxima a que Thompson (1987) trouxe ao evidenciar o papel da experiência na formação da classe. Vejamos o que esse historiador diz ainda no prefácio do mais rico relato sobre a formação da classe operária inglesa:

“Por classe, entendo um fenômeno histórico [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode ser criticada sem dificuldades, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica pejorativa, imposta às evidências. Nega-se absolutamente a existência da classe. Sob outra forma, e por uma inversão curiosa, é possível passar de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe. [...] [Todavia], a classe é uma relação, e não uma coisa [...] “Ela” não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajustes (THOMPSON, 1987, p. 9, 10 e 11) (acréscimos e destaques nossos).

Não se constitui numa grosseria, portanto, a tentativa de congregar os interesses de alguns dos inúmeros segmentos sociais existentes e das lutas sociais deles resultantes nas sociedades contemporâneas de forma a compreender a realidade de maneira mais totalizante, por exemplo, a partir da ideia de luta de classes. Isso é possível, uma vez que, segundo Thompson (1987), a classe é uma relação, uma articulação entre identidades e interesses¹⁴.

A luta de classe corresponde, neste sentido, ao conflito entre o conjunto geral de forças conservadoras e transformadoras da realidade, entre as forças que buscam manter o *status quo* e conjunto de forças que procuram transformar a realidade social rumo à consolidação das liberdades. Esse é um ponto de vista que, a nosso ver, deve ser considerado nos estudos sobre os movimentos sociais urbanos, sobretudo na necessária construção de abordagens que visem inspirar lutas sociais onde a transformação social seja efetivamente levada a sério.

¹⁴ Autores como Poulantzas e Bensaïd (*apud* GALVÃO, 2012) também contribuíram fortemente para a construção de uma noção de classe mais relacional. O primeiro afirmou que o conceito de classe se define simultaneamente no nível econômico, político e ideológico e o segundo afirmou que a classe é uma “totalidade relacional”. Ambos, contudo, “contribuem para uma definição de classe que super[a] o economicismo, de um lado, e a indeterminação e o relativismo absoluto, de outro” (*Ibidem*, p. 236) (acréscimo nosso).

É necessário, dessa forma, afastarmo-nos dos reducionismos da abordagem marxista ortodoxa e dos próprios equívocos do pensamento moderno, mas sem aderir ao jargão contemporâneo que refuta a existência ou a unidade da verdade. De maneira diferente, é urgente propor novas maneiras de compreender a realidade social sem que seja abandonada a via dialética materialista, até porque boa parte da própria crítica à essa abordagem é, antes de qualquer coisa, inconsistente e fragmentada, necessitando ser também revista. Afinal, não se pode acreditar sem ressalvas na acusação de que não haviam preocupações que permeassem a esfera da reprodução no marxismo, bem como nos discursos e no imaginário socialista. Ao estudar o significado histórico da Revolução de Outubro, por exemplo, Losurdo (1997a, 1997b, 1998) desmente boa parte desses argumentos ao demonstrar que a luta socialista sempre esteve atrelada a luta contra o racismo e contra o colonialismo. Não apenas no que diz respeito a estratégia socialista, mas no próprio marxismo sempre se desenvolveram importantes reflexões que permeiam a esfera da reprodução, a exemplo de todo o pensamento marxista ocidental, começando com Lukács¹⁵ e Korsch e passando por Gramsci, os representantes da Escola de Frankfurt, Lefebvre, Goldmann, Habermas, Jameson, Mészáros, Eagleton, Negri etc. Assim, através do trabalho de alguns desses autores percebeu-se que o robustecimento das relações de produção capitalista tendem não somente a aumentar a desigualdade material entre os homens, mas também a acirrar processos de dominação ideológica, sexismo, etnocentrismo, promiscuidade política etc.

É por isso que Galvão (2008, p. 13) adverte:

[...] Reconhecer a existência de movimentos policlassistas não significa que a dominação e a exploração de classes deixaram de ser importantes. Admitir que os movimentos sociais não surgem apenas da luta de classes, não é o mesmo que afirmar que estas foram eliminadas.

¹⁵ LUKÁCS (2007; *apud* LESSA, 2001), por exemplo, tornou-se conhecido (e também criticado por outros marxistas) pelo fato de, num retorno a teoria marxiana, ter trazido a consciência de classe e depois a ontologia para o centro da abordagem dialética materialista. LUKÁCS (*apud* LESSA, 2001) afirmava que, no desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho realiza um efeito que vai muito além de sua realização, suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam a produção dos objetos pela transformação da natureza, mas se estendem a uma outra esfera que lhe confere significado e possibilita sua manutenção. Nessa esfera reprodutiva, as novas necessidades e possibilidades construídas pelo trabalho induzem o surgimento de novas relações sociais que se organizam sob a forma de complexos sociais (o Direito, o Estado, a Ideologia). Tais complexos sociais, por sua vez, possibilitam a realização do trabalho, mas ao mesmo tempo exercem uma atuação sobre ele, na medida em que o próprio desenvolvimento social cria hábitos e costumes sociais novos, o que impulsiona o surgimento de novas formas de transformar a natureza, novas formas de trabalho. Assim, partindo desse ponto de vista, há uma relação dialética entre as esferas produtivas e reprodutivas. Por consequência, poderíamos supor que na relação mútua entre essas esferas, os conflitos que as permeiam também operam um diálogo mútuo. A luta de classes que se dá na base do processo produtivo, entorno da apropriação dos frutos do trabalho, portanto, possui um componente político e ideológico, assim como as lutas políticas e culturais correspondem também, no limite, a lutas na esfera da produção.

Wood (1996, p. 125) é ainda mais incisiva ao falar da crítica ao marxismo e dos pressupostos pós-modernos ao entendimento das culturas, por exemplo. Ela afirma que...

Não é preciso aceitar os pressupostos pós-modernos para enxergar todas essas coisas. Ao contrário, esses processos reclamam uma explicação materialista. [...] Não há, com efeito, melhor confirmação do materialismo histórico que o vínculo entre cultura pós-moderna e um capitalismo global segmentado, consumista e móvel. Nem tampouco uma abordagem materialista significa que temos que desvalorizar ou denegrir as dimensões culturais da experiência humana. Uma compreensão materialista constitui, ao contrário, passo essencial para liberar a cultura dos grilhões da mercantilização.

Parece, por fim, que a crítica ao marxismo levada a termo pelo pensamento pós-moderno procura operar um trabalho ideológico aparentemente despretensioso contra uma perspectiva filosófica que, mesmo com suas limitações (decorrentes quase sempre, na verdade, de uma má interpretação do pensamento marxiano), oferece-nos os melhores instrumentos para compreender a realidade social e os meios através dos quais poderíamos transformá-la. Não é por acaso o fato de o modelo de teoria e ação pós-modernos terem surgido e adquirido importância concomitantemente a vitória triunfante do capitalismo na segunda metade do séc. XX.

Ademais, consideramos necessário também retomar o princípio marxiano de totalidade em nossa abordagem, também para que, através disso, a própria ideia de classe torne a ter sua importância. cremos, portanto, que o pluralismo culturalista deve ser evitado, mas não no sentido de retorno às leituras marxistas ortodoxas, e sim no sentido de articular as diferentes questões particulares, procurando os elementos que podem torná-las umas ou procurando transversalidades entre elas, na esperança de que aí então resida o que há de essencial para a construção de modelos explicativos mais abrangentes, e que inspirem a transformação efetiva da realidade, rumo a um mundo mais justo e sem opressões.

A nosso ver, esse esforço deve ser realizado via processos de “totalização”, a partir da articulação entre questões particulares e universais, começando pela realidade particular para, por meio do seu entendimento, compreender a realidade total e concreta. Assim, não se trata de, admitindo a luta de classe, apenas investigar a diversidade em seu interior, mas sobretudo o contrário. Deve-se identificar primeiro as diversas práticas e lutas sociais engendradas pelos movimentos sociais para depois descobrir o que há de transversal entre elas, num esforço efetivamente dialético.

É bom lembrar o que Kosik (1976) afirma sobre o processo de construção do conhecimento via abordagem dialética materialista. Ele diz que a totalidade se apresenta primeiramente de maneira imediata, enquanto uma totalidade caótica e pobre em determinações, mas através de um *détour*, da mediação pelas partes, essa totalidade passa a

ser conhecida em sua concretude. O estudo das partes indicam o lugar que elas ocupam no âmbito da totalidade e, assim, revelam-na concretamente. É pela mediação das partes que se passa do que o filósofo chamou de *pseudo-concretude*, uma visão distorcida e fetichizada da realidade, para a *totalidade concreta*, o conhecimento da realidade tal como ela é. Portanto, as partes e o todo não podem ser compreendidos separadamente, pois compõem um único universo do qual não é possível conhecer as partes sem o todo, nem o todo sem as partes.

Dessa forma, considerando a interação mútua e conflituosa entre essas diferentes dimensões da realidade, tal como propõe a abordagem dialética, podemos entender melhor em que sentido as diferentes lutas sociais particulares podem se integrar a universal luta de classe: *Toda luta social específica é também luta de classe, trata-se de uma forma transitória dela*. Neste mesmo sentido argumenta Bérout (*apud* GALVÃO, 2008, p. 14): “Todo movimento social em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas”. Evers, Muller-Platenberg e Spessart (1985, p. 124), em excelente trabalho sobre os movimentos de bairro na América Latina, afirmam: “não há luta de classes que não seja também uma luta pelas condições de reprodução da classe trabalhadora; portanto, tampouco há luta por melhores condições de vida que não seja parte da luta de classe”. Já Eder (2001, p. 13) afirma que “[...] as classes realmente têm importância no estudo dos movimentos sociais, não só como causas de mobilização, mas também como efeitos da mobilização”¹⁶.

Em outras palavras, o que queremos mostrar é o fato de que toda luta social específica ou movimento social só pode ser efetivamente compreendido no âmbito do conflito universal entre os conjuntos dinâmicos de interesses conservadores e transformadores da realidade social. Quando se objetiva compreender as práticas de um movimento social urbano, portanto, é importante não ficar apenas em sua constatação, mas saber também quais são ou podem ser suas repercussões concretas no processo de transformação da cidade.

Compreender a realidade de um movimento social a luz da totalidade significa, assim, identificar suas práticas particulares, procurando entender o lugar delas na luta de classe. Para ficar ainda mais claro, quando se pretende estudar algum movimento social, deve-se primeiramente apreender a realidade específica (abstrata) do movimento para depois

¹⁶ A proposta metodológica de Eder (2001) é particularmente interessante, pois este autor defende que “[...] devemos analisar a ação coletiva como um tipo de ação cuja natureza coletiva é constituída por aspectos estruturais da sociedade. A classe [seria um] desses aspectos. A ação coletiva se corporifica não só politicamente, mas também socialmente. Portanto, a pergunta geral [seria]: *Em que medida a ação coletiva reproduz formas tradicionais de conflito de classe, e em que medida contribui para sua reorganização e, finalmente, para a emergência de novas formas de conflito de classe?*”

compreender seu lugar no contínuo embate entre as forças conservadoras e transformadoras que marcam toda a realidade social.

É por isso que, nesta pesquisa, temos um objetivo duplo. Não nos ateremos em identificar as práticas do MTST/PE, pois analisar apenas o que há de específico na realidade desse movimento não basta para entender sua realidade concreta. De outra forma, partiremos da identificação de suas práticas para, a partir de então, analisar em que sentido elas se empenham ou contribuem para a transformação efetiva da realidade, esperando com isso compreender o que nesse movimento é efetivamente transformador.

1.3. Marcos Teóricos e Conceituais

No esforço de entendimento da realidade de um movimento social, no horizonte da luta de classes, mediante a constatação de suas práticas, lançaremos mão de uma série de conceitos e noções teóricas. Esses conceitos e noções, por sua vez, terão a função de viabilizar, no nível do pensamento, a concretização dos objetivos do trabalho, ou seja, a identificação das práticas espaciais do MTST/PE e a análise do que há de transformador nelas, estando presente em toda a pesquisa.

Os conceitos utilizados foram três importantes categorias geográficas: espaço, território e práticas espaciais. E as duas noções, poder e autonomia, servirão de aporte para o entendimento das categorias geográficas e de muitas outras questões que serão trabalhadas no restante da pesquisa. Abaixo segue uma breve explanação a cerca desses conceitos e noções.

1.3.1. Espaço geográfico

O espaço é uma dimensão constitutiva do social! Mas nem sempre foi tido dessa forma, uma vez que, tanto no âmbito da Geografia como nas demais ciências exatas e humanas, ele sempre foi tido com um *a priori*, algo dado e anterior a experiência social. Isso sempre ocorreu por conta de dois motivos: primeiro, devido à visão apartada entre homem e espaço trazida pela tradição cartesiana-newtoniana, hegemônica na ciência moderna; e, segundo, devido a negligência, por parte das ciências sociais, em relação ao espaço no entendimento das sociedades.

Como bem apresentou Moreira (2008) ao tratar do atual mal-estar espacial vigente desde o fim do século XX, uma das maiores características do nosso tempo é a situação de

apartação entre os homens e seus espaços a qual se encontram as sociedades contemporâneas. Essa separação é devida, assegura o autor, à tradição dual que se inaugurou com a distinção entre espírito e matéria operada por Descartes (*res cogitans* e *res extensa*), atitude essa fundante do que entendemos por modernidade. Com a fundamentação do pensamento moderno através das contribuições da física newtoniana (e sua distinção entre corpos físicos e corpos vivos) e da filosofia crítica de Kant (e sua noção de espaço absoluto), tem-se então a radicalização dessa concepção apartada entre homem e natureza, espírito e matéria, mente e corpo, sujeito e objeto. Tal dicotomia, por sua vez, rapidamente evoluiu para a conhecida dualidade entre homem e espaço que vai caracterizar, de certa forma, a Geografia¹⁷. Cristaliza-se, portanto, a concepção de que nenhum corpo humano é espacial, mas apenas está no espaço, transformando-o ou sendo determinado por seus imperativos.

Segundo Moreira (*Ibidem*), três são as “leis geográficas” que estão na origem dessa separação entre homem e espaço ocasionada pelo que vamos chamar aqui de visão cartesiano-newtoniana-kantiana: a *desnaturalização*, a *desterreação* e a *desterritorialização*. A primeira corresponde ao esvaziamento das propriedades ontológicas humanas mais profundas por meio da quebra do elo do homem com a natureza, algo que se efetiva no nível filosófico. A segunda se trata da violenta quebra entre o homem e sua terra, via expropriação, mediante a criação da propriedade privada capitalista. E a terceira e última lei diz respeito à quebra definitiva do homem com o espaço, levando-o a um nível ainda mais profundo de alienação, algo muito próximo ao que Deleuze e Guattari (2004) caracteriza como o processo de desterritorialização-reterritorialização, marcante enquanto proporcionador da atual esquizofrenia generalizada.

Em função da efetivação dessas três leis, portanto, tem-se a consolidação de uma concepção de espaço enquanto uma externalidade radical, inelutavelmente apartada do homem. O espaço passa a ser tido enquanto um dado *a priori*, algo dado, a superfície isomórfica da Geografia pragmática. Segundo esse ponto de vista, o homem e até a própria natureza apenas estão no espaço, não são espaço. “O mundo não é espacial, está no espaço. O real é desespacial” (MOREIRA, 2008, p. 138). De maneira diferente, advogamos aqui, conforme afirmação no início deste subitem, que o espaço não é algo anterior à experiência humana e social, mas se trata de algo constitutivo dela. Não há espaço geográfico a-social!

¹⁷ Ressalvas devem ser prestadas, como adverte o próprio MOREIRA (2008, 2011), aos esforços de dois dos fundadores da Geografia enquanto campo disciplinar moderno. As contribuições de Humboldt e Ritter caracterizam-se por um holismo que procurava, mesmo com suas limitações, não se deixar levar pela crescente concepção dual entre homem e natureza.

Mas, da mesma forma que não há espaço a-social, também não há sociedade a-geográfica. E esse último detalhe, como dito no início, sempre marcou as ciências sociais. Sempre houve, no âmbito da Sociologia, da Politologia e das demais humanidades, um relativo desdém em relação ao espaço, como se essa instância não fosse importante no entendimento das sociedades. Esse desdém se deve à hegemonia da concepção dual cartesiana-newtoniana-kantiana em todo pensamento moderno, fazendo com que se sobressaia uma concepção de espaço enquanto uma superfície dada, um *a priori* para as relações sociais.

Cabe registrar também que na tradição do pensamento social e político moderno sempre houve uma primazia do tempo em relação ao espaço no entendimento do mundo, algo que, segundo Porto-Gonçalves (2002, 2006a), contribuiu apenas para a instrumentalização do saber e para o colonialismo.

Diferente das supracitadas correntes, acreditamos que a "[...] sociedade não se organiza primeiro para depois constituir o seu espaço geográfico ou vice-versa. Toda sociedade ao se constituir enquanto tal constitui seu espaço geográfico [...]" (PORTO-GONÇALVES, 2006a, p.13). O espaço geográfico é, conforme Santos (1978), uma instância social, sendo, portanto, um reflexo das relações sociais e ao mesmo tempo um fato social. Trata-se, por fim, de uma estrutura subordinada-subordinante, produto social e ao mesmo tempo constitutivo da vida em sociedade.

A Geografia tem no espaço uma categoria basilar, pois seu entendimento é a maior preocupação dos geógrafos desde meados do século XX, conforme afirma Corrêa (2009). Foi ainda no contexto de consolidação da geografia pragmática, aquela que convenientemente denominamos como teórico-quantitativa, que o espaço se firmou enquanto uma categoria-chave para interpretar a construção geográfica das sociedades. Entretanto, foi apenas no tocante ao desenvolvimento da Geografia Crítica que essa categoria se hegemonizou, tornando a mais importante via de entendimento do mundo para os geógrafos. No decurso dessa renovação foi onde floresceu as mais importantes abordagens e concepções sobre a produção e organização do espaço, sobretudo do “espaço urbano” (categoria central nesse trabalho). Importantes pensadores surgiram nessa época, como o filósofo francês Henri Lefebvre. Para esse autor (1978; 2001 [1968]), a perpetuação do capitalismo estaria na sua capacidade de produzir o espaço, pois é a partir da produção do espaço que o capital forja a reprodução das relações de produção. Essa concepção lefebvriana, por sua vez, marcou decisivamente a produção teórica brasileira desde a década de 1970, direcionando as atenções dos geógrafos para a busca do entendimento do espaço enquanto um produto social.

A noção de espaço que será utilizada neste trabalho é essa que nasceu com a Geografia Crítica dos anos 1980 e que desde então vem sendo largamente utilizada pela grande maioria dos geógrafos brasileiros, ou seja, o espaço enquanto produto das práticas sociais e, ao mesmo tempo, um imperativo à realização delas. Conforme ideia-força da abordagem lefebvriana, a sociedade produz seu espaço para nele se reproduzir, e essa produção se dá, ao nosso ver, mediante a concretização de uma infinidade de práticas espaciais. Essas práticas são econômicas, políticas e/ou culturais e podem contribuir para consolidação da estrutura geográfica da sociedade ou para sua efetiva transformação.

1.3.2. *Práticas Espaciais*

As práticas espaciais (ou socioespaciais) se tratam, em síntese, de ações que tem por resultado certa configuração espacial, ou como apregoa Souza (2010, p. 13), são “práticas sociais densas de espacialidade”. Obviamente, esse conceito é central neste trabalho, pois, como dito, nosso objetivo primeiro é identificar as práticas espaciais do MTST/PE na RMR. Entretanto, versaremos sobre ele não no sentido de abastecermos-nos de preceitos teórico-metodológicos para, no trabalho empírico, deduzirmos o que de fato ocorre, pois nosso intuito é identificar tais práticas, de maneira exploratória e, de certa forma, indutiva. Assim, nosso passeio agora sobre as concepções do conceito de práticas espaciais será somente por meio de breves pinceladas, no intuito apenas de qualificar nossa proposta mais à frente.

No âmbito da produção geográfica brasileira, quem primeiro nos fornece uma conceituação digna de nota é Corrêa (2009 [1995]). Para este autor, tais práticas se tratam de

[...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais [...] são ações que contribuem para garantir os diversos projetos [sociais]. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução (*Ibidem*, p. 35) (acréscimo e grifo meu).

Nesse mesmo trabalho, Corrêa ainda lista quais são afinal as diferentes práticas espaciais, a partir da perspectiva por ele adotada: *seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora*. Sua tipologia, entretanto, privilegia muito mais as práticas desempenhadas por uma empresa capitalista, do que aquelas oriundas da sociedade civil e, por isso, não cabe toma-las por base para pensar a atuação de movimentos sociais, por exemplo.

Moreira (2001), em excelente trabalho sobre as categorias espaciais de construção das sociedades, também traz uma interessante tipologia das práticas espaciais. Elas são, segundo este autor, os meios pelos quais o homem produz o seu espaço, instaurando a relação dialética

entre ambos, onde o homem está para o espaço assim como o espaço está para o homem. A partir da concepção de espaço por ele adotada (um sistema de posições geográficas), Moreira (2001, p. 01) afirma que "as práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição [...]", sendo esse binômio o elemento que "[...] garante o caráter geográfico da configuração do espaço que as práticas espaciais dão à sociedade por meio delas construídas". Dessa forma, Moreira afirma haver três fases no próprio processo de construção geográfica das sociedades: a da *montagem*, em que a mais primordial das práticas espaciais se realizaria, a *seletividade*; a do *desenvolvimento*, tendo como práticas próprias a essa fase o processo de *tecnificação*, a *diversidade*, a *unidade*, a *tensão* (localização x distribuição), *negatividade* (unidade x diversidade, homogenia x heterogenia, identidade x diferença), *hegemonia*, *recortamento*, *escala* e *reprodutibilidade*; e por último, a fase de *desdobramento*, pela qual se realizariam práticas como a *mobilidade*, a *compressão*, a *urbanização*, a *fluidificação*, o *hibridismo* e a *sócio-densificação*. Sendo que todas essas práticas realizam-se de maneira dinâmica e, em alguns casos, simultâneas, tendo o processo de *reestruturação* como aquele que reinicia todo o movimento.

Mas, por se tratarem de práticas que dizem respeito à construção de toda a sociedade e por possuírem sentido apenas mediante o uso da própria noção de espaço adjudicada pelo autor, a concepção de Moreira não interessa totalmente ao estudo da atuação de movimentos sociais. Souza (2010), por seu turno, é quem nos traz a melhor contribuição, na medida em que efetivamente se preocupa com a ação dos movimentos e lutas sociais, trazendo uma tipologia de diferentes práticas espaciais. Para esse autor, seis são as provenientes dos ativismos socioespaciais urbanos contemporâneos:

i) *Territorialização em sentido estrito*: corresponde a territorialização efetiva com a presença física dos atores, sobejamente praticadas pelos sem-teto, sem-terra, os piquetes argentinos e, para usar o exemplo dado pelo autor, os *squatted buildings*;

ii) *Territorialização em sentido amplo*: diz respeito a apropriação do espaço sem que necessariamente haja a presença física dos atores, como é o caso da grafiteagem que infringe regras e normas cristalizadas por meio de símbolos e mensagens provocativas;

iii) *Refuncionalização/reestruturação do espaço material*: Trata-se de modificações ou mesmo transformações no espaço material, a revelia da ordem heterônoma, para adaptá-los aos usos e necessidades de quem deles se apropria;

iv) *Ressignificação de lugares*: como o próprio termo sugere, diz respeito a atribuições de outros significados a formas espaciais presentes no espaço urbano. Trata-se, portanto, de

algo que ocorre estritamente no âmbito do simbolismo e da cultura, embora possua rebatimentos no mundo da concretude;

v) *Construção de circuitos econômicos alternativos*: desenvolvimento de circuitos econômicos alternativos que tentam desencadear diferentes modos produção (controle do processo produtivo pelos trabalhadores, trabalho associado, horizontalidade das relações, redes de trocas justas e solidárias), fazendo frente ao modelo capitalista.

vi) *Construção de redes espaciais*: articulação em redes intra e interescares entre diferentes ou semelhantes lutas, no intuito de agir de maneira sinérgica tanto no âmbito local, como no âmbito global, além de dar maior visibilidade a lutas muitas vezes circunscritas em lugares remotos.

Todas essas práticas não ocorrem de forma isolada, ou mesmo em estado puro, mas concomitante a outras e nunca de maneira plena. Por dedução, poderíamos dizer que o MTST/PE, por exemplo, tem como principal prática a territorialização em sentido estrito e em sentido amplo, ao passo que, vez ou outra, esboça reestruturas no espaço material e tem recentemente procurado se articular em redes intra e interescares de luta por moradia. Mas, como dito, não é do nosso interesse apenas verificar quais dessas práticas se verificam na atuação do MTST/PE, uma vez que procuraremos identifica-las a partir de sua atuação real. Ainda assim, tomaremos por base essa contribuição de Souza, num sentido crítico.

Contudo, antes de qualquer coisa, é necessário uma pequena adequação da concepção supracitada à própria concepção de espaço geográfico aqui adotada. No nosso entender, a prática da *Refuncionalização/reestruturação do espaço material* não deve ser tida em conta (pelo menos não da maneira a qual Souza propõe), uma vez que é por meio das próprias territorializações que, muitas vezes, forja-se a constituição geográfica da sociedade. Em outras palavras, é na própria prática da territorialização, seja em sentido estrito ou em sentido amplo, que o espaço é constituído, ou alterado, ou reestruturado (tornaremos a tratar esse assunto no subitem 1.3.4 e no item 3.1).

De resto, vale acrescentar que esses territórios são constituídos em meio a relações de poder. Na verdade, tratam-se das espacializações dessas relações. Falaremos mais sobre o território no subitem 1.3.4, entretanto, trataremos antes sobre o poder: O que de fato ele significa? A partir de que ponto de vista iremos trata-lo no decorrer do trabalho?

1.3.3. O Poder

A problemática do poder sempre se fez presente nas ciências humanas, sobretudo na ciência política que tradicionalmente o concebeu enquanto uma categoria basilar para o

entendimento do Direito e do Estado. Entretanto, a ideia de poder sempre foi majoritariamente concebida enquanto um corpo único do qual se podia se apropriar para o governo, ou seja, o poder sempre foi visto no âmbito das organizações e instituições políticas, onde o Estado seria o seu maior detentor. Assim, o poder sempre foi pensado muito mais a partir do interior das instituições políticas do que no âmbito das relações cotidianas. E o território, por consequência, sempre foi concebido enquanto espaço de soberania do Estado.

Embora não tenha desenvolvido nenhum trabalho de exposição e sistematização sobre o poder, o filósofo francês Michel Foucault (1995, 1997, 2001 [1986] e 2009 [1979]) o incluiu em seu projeto filosófico, refletindo sobre essa categoria em diversos trabalhos, tornando-se, por fim, o maior estudioso do tema. A ausência de uma teoria do poder no projeto foucaultiano se deve ao fato da sua desconfiança para com as generalizações e com as grandes sínteses. Como dito, em toda a sua trajetória intelectual, Foucault criticou os saberes moderno, sempre se opondo às “grandes narrativas” e a todos os fundacionalismos. Ao refutar todo e qualquer tipo de “ponto arquimediano”, Foucault erigiu a contingência como princípio de toda a realidade (MAIA, 1995). O ponto de vista adotado por Foucault em sua análise sobre o poder, por consequência, assumiu uma característica mais superficial, evitando se inflexionar, por exemplo, a respeito da origem do poder. De maneira diferente, Foucault postulou uma perspectiva mais descritiva que procurava apenas identificar e caracterizar os diferentes mecanismos de poder existentes nas relações sociais. Com efeito, a ideia de poder para Foucault não possui uma unidade basilar, ou alguma espécie de ponto irradiador, pois ele se encontra disperso nas relações. E por conta de sua dispersão nas relações, não se pode se apoderar do poder, uma vez que ele é, na verdade, constantemente exercido.

Neste sentido, o fenômeno da apropriação, da dominação ou de qualquer outro decorrente das relações de poder preexiste ao Estado, pois o poder é exercido de diferentes formas no âmbito das relações cotidianas. É a partir dessa concepção que o geógrafo Claude Raffestin (1993) propôs a superação da noção Geopolítica do poder, sugerindo uma concepção que compreende o poder e a política para além da institucionalidade do Estado e, por isso, requer uma noção de território ao nível das relações sociais cotidianas. O território, a partir de então, deixou de ser concebido enquanto o espaço de soberania de um Estado e passou a ser entendido enquanto uma fração do espaço apropriada pelas relações de poder, ou como afirma Souza (2009a, p.97) um “[...] campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Ou ainda, como apregoado por Moreira (2007), um recorte que informa a escala de atuação do corpo, e

que tem sua posição influenciada pela tensão que desenvolve na relação com os demais corpos.

Voltando à Foucault, o aspecto mais rico de sua análise sobre o poder talvez resida na sua crítica às tradicionais concepções negativas a cerca dessa noção. Foucault abandona a ideia de um poder apenas coercitivo, repressor e violento, ao afirmar que as relações de poder são inerentes a toda e qualquer relação social. Como salienta em *Microfísica do Poder*:

Quando se define o poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não [...] Se o poder fosse repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2009 [1979], p. 07 e 08).

O poder, portanto, não corresponde necessariamente a repressão e a violência, pois como postula o próprio Foucault (1995), ele age sobre sujeitos ativos, respeitando, de certa forma, sua alteridade.

O funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos [...] O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243) (grifos nossos).

Assim, pelo fato de requerer a condição de sujeitos ativos é completamente praticável relações que, sem tolher a diversidade de opiniões e os conflitos de interesses, dirijam-se à cooperação e ao mínimo entendimento, de forma que permitam ações em termos de coletividade sem necessidade de coerção ou violência. A percepção trazida por Foucault, portanto, nos levou paulatinamente a crer que é possível agir coletivamente e a favor do bem coletivo, sem ter violada a autonomia individual, algo que já era defendido pelo pensamento libertário desde o início do século XX.

É possível a existência do sujeito na coletividade, livre de determinações. O poder disperso na sociedade mesmo direcionando a ação dos indivíduos não pode estorvar sua liberdade, permitindo o surgimento de formas de ações coletivas que procuram garantir liberdades plenas sem desigualdades, e igualdade plena sem a opressão de qualquer força heterônoma igualitarista.

A propósito, o modelo de ação política ancorado nessa noção de poder sempre foi o defendido pelos pensadores marxista filiados a corrente do “marxismo de conselho”, vertente a qual teve no neerlandês Anton Pannekoek e no alemão Paul Mattick seus maiores precursores. Críticos ferrenhos do bolchevismo, esses pensadores refutavam a importância de uma vanguarda revolucionária na condução da revolução socialista, alegando que a formação de uma classe revolucionária dirigente apenas criava mais um tipo de opressão. Como afirmou o próprio Pannekoek (1936): “Fazer-se libertar pelos outros, que fazem desta libertação um instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos patrões por novos”.

De maneira diferente, a corrente do socialismo de conselho propunha que além da apropriação coletiva dos meios produtivos (a reconquista dos frutos do trabalho até então usurpados pela burguesia), era preciso também democratizar radicalmente os espaços decisórios, permitindo ampla participação dos indivíduos através dos conselhos operários. Nesses conselhos, a coletividade se auto-instituiria de maneira horizontal e constantemente, não havendo uma distinção entre aqueles que conduzem e os que são conduzidos no grupo. A liberdade individual seria então assegurada, pois todos estariam igualmente envolvidos no processo de instituição da coletividade autônoma. As relações de poder existiriam no sentido de persuadir os indivíduos no direcionamento das ações coletivas, sem necessidade de coerção e violência, pois não haveria a necessidade de manutenção de algum tipo de domínio de um grupo de indivíduos sobre outros.

Voltaremos a tratar sobre a via do socialismo de conselho e do pensamento autonomista no subitem 1.3.5. Por hora, queremos apenas deixar claro que a ideia de poder que será utilizada neste trabalho será essa inaugurada por Foucault e adjudicada por muitos dos que hoje, na geografia, levam a termo uma abordagem territorial numa perspectiva relacional.

1.3.4. *O território*

Na geografia, campo disciplinar de formação do presente autor, o que interessa na ideia de poder e, conseqüentemente, nas relações de poder é sua espacialidade. E no esforço de identificar o componente espacial do poder nos deparamos com uma categoria basilar para o pensamento geográfico, detentora de inúmeras perspectivas filosóficas e definições conceituais, o território. Em um trabalho sucinto e extremamente esclarecedor, o geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet (2010) expõe as inúmeras abordagens e concepções de

território, demonstrando por meio deste esforço a importância desta categoria e as distintas definições que ela deteve no âmbito do desenvolvimento histórico do pensamento geográfico.

Em síntese, as abordagens em torno da categoria território transitaram a partir de uma concepção naturalista e geopolítica para uma relacional/dinâmica. Como afirma Saquet (2010, p. 17), de maneira geral,

[...] passa-se de estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais, para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim, o movimento histórico e multiescalar.

A categoria território sempre foi discutida, desde a antiguidade, sem muito rigor científico, uma vez que tais reflexões se davam no âmbito da “geografia selvagem”, ou seja, por meio daquela geografia que ainda não havia se modernizado e se institucionalizado enquanto um campo disciplinar. A primeira e mais elementar discussão explícita a cerca da categoria território, entretanto, deu-se na Renascença européia, através das contribuições do pai da Ciência Política, Machiavel. Os postulados deste pensador presente em sua famigerada obra, *O Príncipe* (1513), trazia o que talvez tenha sido a primeira e mais consistente reflexão sobre o Estado. Nele Machiavel descrevia as estratégias necessárias para constituição de um principado duradouro através da dominação de espaços e a imposição de uma rígida disciplina, destinada a manter a coesão interna do território.

A contribuição de Machiavel foi inovadora por causar um explícito rompimento com a teleologia cristã, sobretudo no que diz respeito a ideia de poder. Mas tal contribuição serviu para subsidiar o pensamento burguês que estava em vias de sua fundamentação e iria se consolidar com as revoluções burguesas do século XVIII. Com as mesmas finalidades é que também se edificou outra grande contribuição histórica à categoria território, desta vez idealizada por um geógrafo de fato. Trata-se da perspectiva determinista entre sociedade e natureza adjudicada por Ratzel e suas obras, sobretudo a *Antropogeografia* (1882).

Considerado por muitos como o fundador da moderna Geografia humana, Ratzel entendia o território enquanto uma área de recursos naturais. Por isso, em sua concepção, o território era muitas vezes tratado como solo (*Boden*). Na verdade, as reflexões sobre a natureza, o Estado, as raças humanas e as paisagens naturais estavam no cerne das preocupações de Ratzel, refletindo a modernidade então galopante na Europa e o processo de consolidação dos Estados-Nação, sobretudo a unificação da Alemanha.

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia [...] É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser

concebida junto com o território que lhe pertence [...] É certo porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade. [...] o solo é a base mais real da atividade política do homem [...] a aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória, impelindo-o a novo trabalho e o incitando a concepções mais amplas. [...] É exatamente a isto que se deve o revigoramento daqueles povos que devido a uma guerra vitoriosa adquiriram novos territórios [...]

Do solo se alimenta o egoísmo da conduta política dos povos, obrigados a agir conforme impõem as condições do seu território, ao mesmo tempo que se ligando a este o mais intimamente possível, eles se utilizam de todos os meios para gozar somente suas vantagens, mesmo quando a finalidade de origem ou de civilização possa aconselhar o contrário (RATZEL *apud* MORAES, 1990, p. 73, 81 e 82).

Como bem resume Saquet (2010, p. 31), Ratzel fundamenta sua análise a partir de pressupostos positivistas, seu método indutivo resume-se na observação, descrição e classificação das paisagens, bem como na defesa de uma concepção de território atrelada ao substrato, às condições naturais necessárias a realização da vida humana. Fazendo isso, “Ratzel naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação”.

Essa noção de território atrelada ao Estado-Nação perdurou como paradigma na Geografia durante décadas, e só foi repensada e, em algumas ocasiões, superada por uma série de contribuições que, por sua vez, constituíram um processo de renovação, uma renovação da própria categoria território. Esse rejuvenescimento, por sua vez, processou-se mediante distintos fatores, dentre eles vale destacar os repúdios antipositivistas contra as ideias de região e paisagem (em suas acepções tradicionais) que insurgiram no âmbito do processo de renovação da geografia. A dialética materialista e a crítica marxista da economia política, por certo, foram basilares nesse processo, mas outras perspectivas filosóficas também foram cruciais, tais como a fenomenologia. Autores como Jean Gottmann, Torsten Malmberg, Henri Lefebvre, Giuseppe Dematteis e Robert Sack foram decisivos em todo esse processo (SAQUET, 2010).

Mas nada foi tão determinante ao processo de renovação da categoria território do que as contribuições constituídas a partir da noção de poder em Foucault. Como dito no subitem anterior, foi a partir da ideia de poder em Foucault que surgiram abordagens efetivamente relacionais e que primavam muito mais pelos micropoderes nos arranjos territoriais. Foi a partir de Foucault, entre outras referências, que Claude Raffestin elaborou uma das propostas mais complexas e determinantes para a nova categoria território. Sua perspectiva parte da ideia de que toda ação do homem no mundo tem por característica intrínseca um processo de apropriação do espaço, uma territorialização. O território corresponde a um espaço onde se projetou um trabalho primeiramente idealizado por um ator sintagmático. Esse ator é o sujeito

da territorialização, o que se apropriou de certa parcela do espaço. O território, portanto, ocorre de maneira difusa, junto as práticas cotidianas das pessoas.

Depois, no desenvolvimento das demais abordagens relacionais, tem-se entre as décadas de 1980 e 1990, uma inflexão para abordagens cada vez mais idealistas, que privilegiavam a dimensão simbólica ou imaterial dos territórios. Isso se intensifica, sobretudo, depois da seminal contribuição de Bourdieu com seu "Poder Simbólico". Uma outra importante contribuição que vai caracterizar o surgimento de uma concepção de território numa perspectiva imaterial advém de Bonnemaison e Cambrèzy (*apud* HAESBAERT, 2007). Esses dois autores radicalizaram essa perspectiva idealista, atrelada às relações de poder simbólico e, conforme um ponto de vista mais contemporâneo, atribuíram primazia aos valores e a cultura na constituição dos territórios.

Portanto, de base para sustentação do Estado, passou-se a uma concepção relacional e imaterial de território. E foi neste mesmo processo de desenvolvimento da abordagem territorial que os geógrafos passaram a levar em conta, cada vez mais, o movimento. Isso porque, com a globalização, foi necessário levar em conta a dinamicidade dos territórios, sobretudo diante das fortes e constantes mudanças em nível imaterial proporcionadas pelo desenvolvimento das redes de comunicação. Autores como Manuel Castells e Bertrand Badie foram importantes nesse processo, uma vez que evidenciaram o "fim dos territórios" em sua acepção moderna, constatando uma sociedade global que passou a se organizar socialmente através de redes, ou seja, onde a lógica de organização socioespacial reticular passou a ter muito mais primazia do que a lógica zonal.

Essa concepção de território que compreende o movimento teve também na contribuição de autores não geógrafos como Deleuze e Guattari um de seus maiores desenvolvimentos e refinamentos. Como se sabe, esses autores são alguns dos responsáveis pelo devido desenvolvimento do conceito de desterritorialização e reterritorialização no âmbito da geografia. "Simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, 'é a operação de linha de fuga' e a reterritorialização é o movimento de [re]construção do território" (DELEUZE & GUATTARI *apud* HAESBAERT & RODRIGUES, 2002, p. 14) (acréscimos nossos). Desterritorialização e reterritorialização são, entretanto, duas fases de um mesmo processo, uma vez que constituem o próprio devir da realidade material e imaterial. O processo contemporâneo de sobreposição de territórios que vence os limites temporais, possibilitando a vivências entre diferentes territórios em escalas e tempos distintos, é o que Haesbaert (2007) chama de multiterritorialidade.

Ademais, reconhecendo a importância do legado de Raffestin, da perspectiva humanista e das contribuições de Deleuze e Guattari no desenvolvimento da categoria território, adotaremos uma abordagem consequente da união dessas três últimas concepções, ou seja, o território enquanto *relações de poder operando a partir de uma fração do substrato, de maneira dinâmica e nos níveis material e simbólico*. Contudo, esse território será entendido, antes de qualquer coisa, a partir da escala de atuação do indivíduo, enquanto um recorte espacial de domínio de um sujeito (individual ou coletivo) no processo de construção de sua autodeterminação, de sua autonomia. Esse processo, por sua vez, não se dá por meio de um isolamento, mas na relação com outros indivíduos, constituindo outros territórios em outras escalas. Há, portanto, territórios individuais e coletivos, ambos constituídos num processo de autonomização individual e coletiva.

Essa territorialização ocorre, vale destacar, depois ou durante o processo de construção geográfica da sociedade, pois é a partir da construção de territórios que, muitas vezes, os sujeitos produzem seu espaço. Da mesma forma, eles também se apropriam do que já está constituído, inaugurando com isso novos usos e, no limite, produzindo novos espaços. E nessa apropriação há aspectos imateriais e dinâmicos, o que abre possibilidades para o surgimento de fenômenos como a construção dos territórios simbólicos, dos territórios-redes, da multiterritorialidade etc.

Por fim, também vale destacar que os territórios serão vistos aqui a partir da escala cidadão-urbana. A territorialização será vista, assim, enquanto uma prática espacial levada a termo pelos agentes produtores e transformadores do espaço urbano, como veremos no subitem 2.1.1.

1.3.5. *Autonomia*

O território tal como será concebido aqui, por sua vez, vem sendo um meio explicativo para muitas práticas sociais contemporâneas, sobretudo aquelas que erigem em meio a coletivos sociais organizados ou simplesmente movimentos sociais. Como diria Porto-Gonçalves (2006a), há uma série de sujeitos sociais no mundo contemporâneo cuja compreensão de sua natureza sociológica e de suas ações individuais e coletivas obriga-nos a considerar o seu espaço de vida, os seus territórios. É assim com os movimentos dos sem-terra e dos sem-teto, das comunidades tradicionais, dos grupos étnicos, das classes sociais em geral.

Esses sujeitos, por conseguinte, constroem e defendem seus territórios para a consolidação e o usufruto de sua autonomia, pois, como vimos, a construção da autonomia é o

que está em jogo no próprio processo de territorialização. Essa prática espacial é, na verdade, uma autodeterminação, uma busca por distinção no âmbito de todo o espaço social, rumo a construção de um estado de liberdade. Todo grupo se territorializa com vistas a firmar sua liberdade e, conseqüentemente, sua autonomia.

Essa autonomização que caracteriza a construção dos territórios, entretanto, não se trata de um isolamento, pois assim como afirmamos no subitem anterior, ela se dá no âmbito da relação entre os indivíduos. Como afirma Lima (2009) apoiado em Morin e Castoriadis, autonomia e dependência formam um par dialógico e interdependente, pois para sermos autônomos necessitamos de certas condições sociais, dependemos da educação, da linguagem e da cultura que só é obtida em relação com a sociedade. Os outros indivíduos desempenham um importante papel na construção da autonomia e é por isso que esse estado de coisas não se constitui mediante a anulação do outro, mas respeitando sua alteridade, sua atividade.

A autonomia é estabelecida, portanto, em meio á relações de poder, no interior da sociedade. E mesmo correspondendo a constituição da alteridade dos sujeitos, a territorialização e, conseqüentemente, a autonomização, é um processo dependente do meio social e do seu espaço. Em se tratando de um processo que se realiza muito mais pelo consentimento do que pela violência, como dito anteriormente, é possível conceber processos de territorialização que não visam coibir a diversidade de opiniões e os conflitos de interesses, podendo se dirigir à cooperação e ao mínimo entendimento. A territorialização e a própria autonomização são fenômenos decorrentes das relações de poder e, por isso, possibilitador do exercício das liberdades individuais e coletivas.

Ademais, como já foi mencionado no subitem 1.3.3, essa autonomização era o modelo de ação política defendido pelos pensadores marxista filiados a corrente do “marxismo de conselho”. Esse grupo, que teve como precursores Anton Pannekoek e Paul Mattick, surgiu, na verdade, com Rosa Luxemburgo e seus princípios ficaram muito mais difundido nas corrente libertárias e anarquistas das lutas operárias do século XIX e XX. Suas lutas visavam a democratização radical dos processos decisórios concernentes a coletividade por meio da construção dos famosos conselhos operários. O marxismo de conselho foi, portanto, o primeiro portador de uma abordagem territorial de desenvolvimento, assegurando a autonomia.

Foi desse modelo de organização e ação política, acrescentado de um cauteloso refinamento, que o filósofo grego-francês Cornélius Castoriadis, principal pensador da autonomia, construiu sua profícua filosofia política. Castoriadis fez parte de grupos trotskistas gregos quando jovem. Na França, participou ativamente do II Congresso da IV Internacional

onde defendeu ideais democráticos. Com Claude Lefort criou o grupo socialista libertário chamado “Socialismo ou Barbárie”, grupo o qual também participaram figuras importantes como Jean-François Lyotard e Guy Debord. Tal grupo manteve por mais de 20 anos a reputada revista com o mesmo nome do grupo. Todavia, o direcionamento político-ideológico de Castoriadis o afastou gradualmente de seus companheiros. Com a publicação do artigo “Marxismo e teoria revolucionária” Castoriadis radicalizou um processo de descrença em relação a teoria marxista, rompendo terminantemente com ela. As obras *A Instituição Imaginária da Sociedade* e *Socialismo ou Barbárie* marcam o total afastamento de Castoriadis para com a teoria marxista e a rica construção de sua filosofia libertária.

Castoriadis criticou com dureza o totalitarismo stalinista, afirmando que tal regime de nada diferia dos demais regimes ditatoriais e autoritários vistos na história. Para esse autor, tanto a sociedade capitalista liberal quanto a soviética eram opressoras, pois permitiam que uma pequena parcela de sua população governasse a grande maioria. Para o autor, essas sociedades não submeteram os indivíduos à coletividade, mas a *instituição* dada da sociedade. Em outras palavras, essas sociedades não se edificaram com a participação (em maior grau ou em menor grau) dos indivíduos que a constituíam (em meio a relações de poder, num processo de autonomização coletiva), mas sua constituição preexistiu a atuação dos indivíduos, determinando seus comportamentos através de *heteronomias* instituídas. Essas heteronomias, segundo Castoriadis, não se restringiam a instituição de leis sem a participação de todos os indivíduos, mas também (e, sobretudo) a situações em que “algum ou alguns indivíduos falavam ou faziam por outros”, algo muito próximo da maneira como se efetiva as relações de poder em Foucault. Todavia, na heteronomia, a alteridade do outro não era respeitada, pois havia a explícita ou implícita necessidade de dominação. É nesse sentido, portanto, que a ideia de heteronomia se opõe a de autonomia e a do próprio poder, estando mais próxima da violência (CASTORIADIS, 1983; GRANDI, 2010).

O *projeto de autonomia* que propõe Castoriadis, por seu turno, visa contestar essas heteronomias num esforço de resgate da autonomia dos indivíduos, ou seja, busca contender as instituições herdadas, privilegiando uma sociedade constantemente instituinte, aberta para a livre participação de todos os cidadãos (CASTORIADIS, 1983; GRANDI, 2010; SOUZA, 2010b).

Embora seja algo muito pretencioso vislumbrar, por exemplo, uma sociedade efetivamente autônoma, sobretudo se levarmos em consideração a atual conjuntura política das sociedades modernas ocidentais, o projeto de autonomia se constitui numa importante alternativa política para os grupos socioespaciais que lutam por melhores condições de vida e,

por acaso, pela transformação da realidade citadino-urbana. A propósito, alguns dos “novos movimentos sociais”, sobretudo aqueles que se colocam radicalmente contra a globalização perversa, tem se apropriado cada vez mais do discurso da autonomia, pelo menos no horizonte de suas ações, enquanto uma nova estratégia transformadora da realidade. Mesmo influenciados pelo atual contexto socio-político dos ativismos sociais (como vimos nos itens 1.2.2 e 1.2.4), esses movimentos são portadores de uma estratégia que, pelo menos no nosso entender, constitui-se num novo caminho, um novo *modus operandi* para os ativismos sociais contemporâneos no processo contínuo de construção de seus territórios, podendo se tornar num dos meios que possibilitarão o desenvolvimento de práticas efetivamente emancipatórias, sem tutelas político-partidárias, apontando para a transformação estrutural da sociedade capitalista.

1.4. Percurso metodológico

Neste item, procuraremos discriminar qual, afinal, será nosso(s) método(s) de pesquisa(s) e quais serão os procedimentos metodológicos adotados para responder aos nossos objetivos. De antemão, deixamos claro que, embora nossa abordagem seja, como encontra-se brevemente esboçada no subitem 1.2.4, bastante delimitada, nosso percurso metodológico foi bastante mesclado. Por isso, procuraremos precisar detalhadamente nossa base lógica, nossas técnicas e instrumentos de pesquisas, demonstrando o modo como procuramos evitar o pluralismo metodológico que marca, entre outras coisas, os estudos pós-modernos sobre os movimentos sociais.

Como dito ainda nas linhas introdutórias, o objetivo do presente trabalho é duplo. Procuramos identificar as práticas espaciais levadas a termo pelo MTST na RMR para, depois, analisar o que há de efetivamente transformador em tais práticas, no sentido da necessária transformação do espaço urbano rumo à uma nova organização espacial. Assim, para cada objetivo teremos uma técnica e um conjunto de instrumentos de pesquisa específicos que, mesmos distintos, comunicar-se-ão no que diz respeito aos pressupostos filosóficos.

Segundo Gil (1999), há duas diferentes maneiras de definir um método de pesquisa: primeiro i) *quanto a base lógica da investigação*; e, depois, quanto a ii) *técnica da investigação*. Mas, no nosso entender, um método de investigação científica pode ainda ser

definido quanto ao *iii) instrumento de investigação*. O primeiro tem por pretensão esclarecer os "[...] procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade" (*Ibidem*, p. 27). Já o segundo tem por objetivo "[...] proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais" (*Ibidem*, p. 33). A terceira maneira por nós aqui sustentada procura indicar quais instrumentos serão utilizados na investigação, sempre no âmbito de uma determinada técnica.

1.4.1. A base lógica da investigação

No que diz respeito a primeira maneira de definir um método, a base lógica da investigação, adotamos o método dialético para os dois objetivos desse trabalho. Este método, fundamentado em Hegel e transformado por Marx e Engels se baseia, como a firma Gil (1999), em três grandes princípios: *i)* A unidade (conflituosa) dos opostos; *ii)* A ênfase nas mudanças qualitativas; e *iii)* O princípio da negação da negação.

O método dialético, de maneira geral, postula a constante instabilidade das coisas, a crença de que nada é imutável e que a realidade concreta se desenvolve em meios a conflitos (tese x antítese). A superação do conflito (síntese) é o desenvolvimento da realidade, o seu devir. As coisas em si só são efetivamente apreendidas via tal método, uma vez que o que se apresenta a “primeira vista” não se constitui na coisa em si, mas apenas sua aparência fenomênica, sendo necessário um esforço de separação entre representação e conceito da coisa, para só assim compreender a realidade concreta.

A ideia de Totalidade possui uma importância central para o método dialético, uma vez que, para este ponto de vista, “o conhecimento é *totalizante* e a atividade humana, em geral, é um processo de *totalização*, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada”. Conforme observação de Kosik (1976), a dialética trata da *coisa em si*, mas essa coisa não se apresenta ao homem “à primeira vista”. A essência das coisas estão ocultas por meio da própria práxis prático-utilitária humana que se apoia numa *pseudo-concretude* das coisas. Para chegar até a coisa em si, o homem necessita destruir a pseudo-concretude, realizar um *detour*. Sendo que a realidade por trás do fenômeno não é algo acabado, pois se trata de algo a ser realizado pela ação do homem. A coisa em si, portanto, não é algo fixado. Não se trata do mundo das condições reais em oposição ao mundo da pseudo-concreticidade e das condições irreais. O mundo real é o das coisas, relações e significados produzidos pelo homem social. “A pseudo-concreticidade é justamente a existência autônoma [fetichizada] dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária. A destruição da pseudo-

concreticidade é o *processo de criação* da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade” (KOSIK, 1976, p. 19).

A princípio, o *todo* se apresenta ao homem, mas de maneira caótica e pobre em determinações. Em outras palavras, o homem corriqueiramente percebe a realidade por meio de um “todo indivisível de entidades e significados” ou por um modo de *apropriação prático-espiritual da realidade*, e não por um único modo refinado e específico de apropriação da realidade, como a ciência, as artes, a religião etc¹⁸. Para chegar ao todo concreto, rico em determinações, o homem necessita realizar um *détour*, ou seja, torná-lo abstrato por *mediação das partes*. A abstração e a tematização é que permite isolar um único modo de apropriação da realidade concreta, possibilitando, mais tarde, perceber a totalidade concreta (KOSIK, 1976). E só percebemos a totalidade identificando a posição que ocupa a parte no todo.

“Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo” (KONDER, 1998, p. 36). Cada aspecto sobre o qual o homem concentra o seu olhar, emerge um todo que o circunda. O homem só percebe os objetos isolados no horizonte de um todo, pois cada objeto observado compõe um todo e o todo é que revela o objeto singular. Mas, como dissemos, o todo que é concreto só se torna cognoscível por mediação das partes, que são abstrações. A compreensão da realidade consiste, dessa forma, no caminho entre a caótica representação do todo e a rica totalidade concreta da multiplicidade de determinações e relações, processo o qual perpassa por uma abstração, pela mediação das partes, sendo que no próprio decurso desse processo o todo já é determinado e compreendido (KOSIK, 1976).

Por fim, ter por base lógica de investigação o método dialético significa dizer que o objeto será compreendido além de sua aparência fenomênica e sempre no horizonte de um todo. No nosso caso, significa afirmar que as práticas espaciais empenhadas pelo MTST/PE na RMR serão identificadas para além de seus aspectos prático-utilitários no âmbito de uma totalidade de práticas espaciais empenhadas por diversos outros atores. Assim também ocorrerá quando analisarmos o que há de transformador nas práticas do MTST/PE. Neste sentido também tentaremos ir além do mundo da aparência, atentos ao princípio da totalidade.

1.4.2. Técnicas da investigação

Depois, quanto a segunda maneira de definir o método, a técnica de investigação, adotamos dois caminhos distintos, um para cada objetivo. Para a identificação das práticas

¹⁸ Sobre este aspecto, é bastante pertinente a observação de Kosik (1976) sobre a deformação realizada pelo positivismo, ao erigir apenas um modo de apropriação da realidade como verdadeiro – o fisicalismo – relegando os demais à ficção.

espaciais do MTST/PE achamos coerentes termos como técnica um trabalho investigativo duplo: um primeiro e essencialmente exploratório, onde procuramos nós mesmos identificarmos tais práticas; e um outro mais clínico, onde indagaremos aos integrantes do movimento, munidos de ferramentais teórico-práticos à uma análise discursiva, para que eles mesmos nos mostrem quais são suas práticas. E, por último, para a análise do há de transformador nessas práticas, adotamos por técnica a análise qualitativa a partir dos dados obtidos. O quadro (Quadro 02) abaixo sintetiza de maneira mais clara todo o nosso percurso metodológico.

Quadro 02: Síntese de todo percurso metodológico da presente pesquisa

ITENS	CARACTERÍSTICAS SEGUNDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA	
	Objetivo 1: Identificar as práticas espaciais do MTST na RMR	Objetivo 2: Analisar o que há de transformador nas práticas do MTST/PE na RMR
Base lógica da investigação	Dialética	
Técnica da investigação	Observação e análise discursiva numa perspectiva crítica	Análise qualitativa numa perspectiva crítica
Instrumentos de investigação	Observação exploratória e aplicação de questionários semiestruturados, bem como aquisição de fotografias	Reflexão a partir dos dados obtidos nos questionários, além de outras informações a cerca da realidade do objeto

Elaboração: Otávio Augusto Alves dos Santos, 2012

A primeira técnica de pesquisa do primeiro objetivo consistiu numa busca exploratória das práticas do MTST/PE realizada pelo próprio pesquisador. Essa tarefa possibilitou elencar algumas práticas as quais foram, mais tarde, confirmadas ou refutadas junto aos integrantes do movimento. Tratou-se, portanto, de uma atividade que requereu menor rigor e planejamento. Diferente da segunda parte desta técnica que exigiu não apenas uma aproximação do vasto debate entorno dos métodos em análise do discurso, como também careceu de um minucioso trabalho de construção dos questionários.

No extenso e variegado campo da análise discursiva, nascente no âmbito da linguística e da semiótica, foi tomada a perspectiva que mais se aproximava da base lógica de investigação da pesquisa, o método dialético materialista. Assim, adotamos como discurso a fala dos integrantes do movimento e procuramos compreender-las a partir de sua intrínseca relação com a estrutura social, entendendo a linguagem enquanto um fenômeno social que tem por característica revelar as condições concretas de existência dos falantes, bem com suas

ações concretas nesse mundo. Assim, por meio da análise, o que examinamos foram as "condições materiais de existência" que os sujeitos discursivos imprimiram no discurso e aquilo "que eles fazem ou desejam fazer". Tratou-se, por fim, de uma concepção metodológica muito próxima daquela sustentada por Norman Fairclough (*apud* MAGALHÃES, 2005), um dos mais proeminentes nomes da análise crítica do discurso.

Fairclough (*apud* MAGALHÃES, 2005) afirma que a linguagem é uma representação da vida social em sua concretude, mas não se restringe a isso. Como diria Foucault (2008), imaginar que a linguagem é um mero reflexo da vida social corresponde a um total desconhecimento da força construtiva do discurso. É por isso que Fairclough (*apud* MAGALHÃES, 2005) afirma que além de reflexo, a linguagem é também criadora da realidade social. Tal definição do discurso, portanto, é bastante apropriada e perfeitamente consonante com a abordagem e a base lógica de investigação desta pesquisa.

Neste sentido, os questionários por nós confeccionados procuraram privilegiar a interpretação da realidade social concreta por meio dos discursos, o que incluiu a realidade próxima, ou seja, aquela constituída no bojo das práticas dos entrevistados. Inevitavelmente, como também construímos o social pela via do discurso, além de apreender a realidade social pelos questionários, também estimulamos os entrevistados a consolidar sua realidade, fazendo-os tomar consciência de suas próprias práticas e de seu papel na produção do espaço urbano, num processo educativo em que os entrevistados forneceram os dados da pesquisa, ao mesmo tempo em que deram alguns passos no sentido da construção de sua autoconsciência¹⁹.

Assim, depois que elencamos, via trabalho exploratório, uma série de práticas possíveis realizadas pelos integrantes do MTST/PE, procuramos também identificar, por meio da análise discursiva de suas falas, as ideias centrais e as palavras chaves que sintetizavam ou organizavam as ideias a cerca das práticas individuais e coletivas desses indivíduos, no intuito de confirmar ou refutar as práticas antes estabelecidas em caráter hipotético.

Ademais, quanto à técnica de investigação referente ao segundo objetivo, adotamos a análise qualitativa. Nessa análise, procuramos ressaltar as diferenças e similaridades objetivas e subjetivas desse grupo social, sempre a partir dos dados coletados. No nosso caso, em consonância com a base lógica de investigação, procuramos compreender os valores por traz do comportamento do grupo social em questão, comparando com o de outros grupos em

¹⁹ É neste sentido que nosso trabalho também possui um caráter de "pesquisa participante". Esse tipo de pesquisa, segundo GIL (1999), caracteriza-se "[...] pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa", distanciando-se assim do modelo estritamente observacional de pesquisa científica acadêmica.

condições sociais semelhantes, mesmo que a partir de realidades espaciais e temporais distintas.

1.4.3. *Instrumentos da investigação*

Por fim, no que diz respeito à terceira forma de definir um método, os instrumentos de investigação, também adotamos dois caminhos distintos. Para a identificação das práticas espaciais do MTST, em que as técnicas foram a pesquisa exploratória e a análise discursiva crítica, achamos correto termos como instrumentos uma primeira observação exploratória, acompanhadas de inúmeras anotações e fotografias, além da aplicação de questionários semiestruturados construídos juntos com a orientadora de maneira a captar nas falas o comportamento concreto dos entrevistados

A pesquisa exploratória utiliza informações que vinham sendo coletadas desde o trabalho monográfico do autor, as quais foram somadas aos resultados da pesquisa sobre a expansão dos espaços de pobreza da RMR²⁰, da qual o autor participou, inclusive realizando a análise técnica e entrevistando os moradores dos assentamentos promovidos pelo MTST.

Para este estudo, os questionários procuraram privilegiar a espontaneidade das respostas dos entrevistados, sendo a grande maioria das perguntas abertas e pouquíssimas de multipla-escolha. Foram confeccionados, portanto, três diferentes questionários: um específico para os ocupantes, um destinado às lideranças das ocupações e um último para as lideranças do movimento em geral (Anexo 1).

E para a análise da capacidade de transformação de tais práticas, conforme a técnica da análise comparativa, realizamos uma série de reflexões em orientação conjunta, fazendo uso, vez ou outra, de informações provenientes de outras pesquisas. Além disso, estabelecemos alguns critérios de análise que, embora importantes, serviram apenas como norteadores para a reflexão: i) o conteúdo de classe imanente aos discursos e às práticas do movimento e; ii) a abertura para processos educativos que visem a construção de uma agenda de luta mais totalizante e, portanto, mais radical; iii) e a similaridade ou diferença em relação às outras lutas na esfera da produção.

²⁰ Pesquisa *Os Espaços de Pobreza da Região Metropolitana do Recife: Atualização do Sistema de Informações Geográficas e Análise da Desigualdade/Segregação Socioespacial* – desenvolvida no Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, sob a coordenação da orientadora do autor.

1.4.4. *Coleta e análise de dados*

O trabalho de coleta dos dados referentes à aplicação dos questionários durou cerca de um mês, começando em 29/12/2012 até 30/01/2013. As informações obtidas nesse processo dizem respeito às falas dos sem-teto, tanto ocupantes como lideranças. Outras informações também foram coletadas em junho de 2012 por meio de conversas informais.

No que diz respeito aos questionários, nossa pretensão inicial era a de aplicar cerca 50 deles, dos três diferentes tipos. Entretanto, a dificuldade em contactar, combinar e efetivar a aplicação com os sem-teto foi tão grande que reduzimos a quantidade de questionários a serem aplicados pela metade. Além disso, o tempo disponível para todo o processo de aplicação e análise foi extremamente curto, o que também implicou na redução da quantidade de questionários²¹. No final, conseguimos aplicar apenas 12 questionários, dos quais 4 foram do tipo 1, 2 do tipo 2 e 5 do tipo 3.

A pequena quantidade de aplicação (em relação ao que estava sendo previsto), entretanto, não comprometeu a realização da pesquisa, uma vez que, como dito, muitas outras informações foram também obtidas em conversas informais com ocupantes, coordenadores locais e estaduais do movimento. Boa parte dessas conversas foram realizadas em 2010, quando da realização do trabalho monográfico do autor, bem como em 2011, por ocasião da aplicação dos questionários e entrevistas da pesquisa sobre expansão dos espaços de pobreza da RMR, realizada pelo autor nas ocupações promovidas pelo MTST. Durante a feitura de alguns artigos científicos, o autor também realizou muitas outras conversas informais com os integrantes do MTST/PE, durante o final do ano de 2011 e metade de 2012.

Cabe registrar que boa parte da análise dos dados foi realizada concomitante à obtenção deles. Contudo, isso também não comprometeu a pesquisa, uma vez que tantos os resultados finais quanto as conclusões só foram obtidos/criados com o término de toda a pesquisa.

²¹ A aprovação na seleção do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Urbano estabeleceu o limite de entrega deste trabalho, o que limitou o tempo disponível para aplicação dos questionários.

CAPÍTULO 2 - A REALIDADE METROPOLITANA RECIFENSE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Todo o processo investigativo necessita, depois de definido o olhar e o percurso metodológico, de uma contextualização histórico-geográfica do objeto, pois toda realidade corresponde a um acúmulo de tempos históricos e feições geográficas, singulares em suas existências particulares e contínuas porque compõem um todo. Nosso objetivo nessa segunda parte, portanto, é traçar esse contexto, sempre atento às premissas estabelecidas na primeira parte deste trabalho. Começaremos tecendo algumas considerações sobre o processo de produção do espaço urbano e ação de seus diferentes agentes, apresentando as especificidades da urbanização brasileira e dos movimentos sociais urbanos. Por fim, introduziremos o nosso objeto de pesquisa, tentando traçar o seu surgimento histórico e sua própria história de atuação na realidade metropolitana recifense.

2.1. Algumas considerações sobre os movimentos sociais urbanos e a experiência brasileira

Este primeiro item do segundo capítulo se destina a estabelecer, de maneira sucinta, o contexto o qual nosso objeto de pesquisa, o MTST/PE, está inserido. Primeiramente, abordaremos a forma através da qual a urbanização capitalista se materializa nas cidades, caracterizando seus agentes e, depois, demonstrando as especificidades da urbanização brasileira. Depois tentaremos apresentar como se efetivam os diversos conflitos sociais no modelo de urbanização brasileira, caracterizando a forma como foi sendo constituída a agenda da Reforma Urbana no seio das lutas sociais pelo direito à cidade. E, por último, faremos uma breve reflexão sobre os atuais ativismos urbanos, sobretudo os de ocupação de ruas e espaços públicos, revelando suas especificidades em relação aos demais movimentos sociais urbanos.

2.1.1. A urbanização capitalista e seus agentes

Como afirmamos anteriormente, em Santos (2012a), apoiados em Lefebvre e em Marx, a urbanização corresponde ao resultado da própria modernização capitalista. Concretamente, ela se iniciou com a revolução industrial, quando o valor-de-troca passou a ter primazia no modelo hegemônico de relações, no interior das cidades. Ela se difundiu, expandindo-se para além do espaço citadino, minando os gêneros de vida específicos de cada cidade. A frieza racionalizadora da indústria e do mercado era sua tônica, e aos poucos ela foi implantando uma série de modificações espaciais nas cidades, transfigurando o espaço citadino e produzindo o que chamamos de espaço urbano.

Esse espaço urbano resultante do próprio processo de modernização capitalista, por sua vez, tem a finalidade de oferecer as condições necessárias para a expansão e a reprodução de todo o sistema. Como veremos, a despeito das especificidades que urbanização possa adquirir no espaço e no tempo, é possível, como já afirmamos em outros escritos (SANTOS, 2012a & 2012b), elencar os seus agentes.

Primeiramente é preciso lembrar que Corrêa (1995), mesmo tratando a ideia de urbano e de cidade de maneira equivalente, foi quem nos trouxe, no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, a mais singela e ao mesmo tempo mais rica interpretação sobre os agentes produtores do espaço urbano. Para esse autor, o espaço urbano, tratado como sinônimo de espaço citadino, possui quatro características basilares: é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. O espaço é fragmentado porque reflete as relações

de produção, mas seus fragmentos sustentam relações uns com os outros de maneira variável. Da mesma maneira que reflete, o espaço urbano também condiciona as relações sociais no sentido da manutenção do modo de produção o qual tais relações se acham imersas, pois as formas espaciais são criadas, antes de tudo, para fornecer as condições de reprodução do modelo que as produziu.

Essa concepção trazida por Corrêa (1995), todavia, possui algumas questões embaraçosas: a primeira corresponde ao fato de que o espaço é tratado como reflexo e não produto das relações sociais de produção com vistas a reprodução do sistema, como pressupõe Lefebvre (1976); e segunda diz respeito à perspectiva estruturalista utilizada pelo autor que o faz atribuir demasiada importância às determinações econômicas, sobretudo quando chega a afirmar que o cotidiano e o futuro próximo no espaço urbano (tempos que sofrem maior influência da dimensão simbólica) se acham *enquadrados* (esse é o termo) pelos conflitos que se dão na esfera produtiva.

Ainda assim, a contribuição de Corrêa (1995) não deixa de ter sua importância, sobretudo no que concerne à perspectiva crítica empreendida, fato através do qual nos apoiamos para com este autor concordar sobre os agentes da produção do espaço urbano que ele mesmo elenca em sua obra. Cinco são eles: os *proprietários dos meios de produção*, os *proprietários fundiários*, os *promotores imobiliários*, o *Estado* e os *grupos sociais "excluídos"*. De sua perspectiva apenas adicionamos mais dois agentes que não foram mencionados: os *organismos supra-estatais e financeiros* e os *consumidores*. Vejamos detalhadamente a atuação de cada um:

i) *Os proprietários dos meios de produção*: sua ação, junto à do agente Estado, extrapolam a produção do espaço urbano especificamente e se inscrevem, antes de tudo, na base da própria construção geográfica das sociedades. São eles os primeiros responsáveis pela prática da seletividade numa sociedade capitalista, seletividade essa que corresponde à própria montagem dos primeiros elementos estruturais do espaço. A escolha de um lugar para a localização de uma indústria, observando vantagens locacionais (baixos custos com impostos, insumos e mão-de-obra), por exemplo, constitui-se num ato de seletividade. Essa ação quase sempre tende a determinar (não de maneira definitiva) as localizações dos demais elementos do espaço na superfície, tais como serviços à produção, infraestruturas, habitações para os trabalhadores etc. E se levarmos em consideração apenas as repercussões de suas ações no âmbito da produção do espaço urbano, ainda assim não deixa de ter uma importância basilar, pois pelo fato de estarem ligados diretamente às atividades produtivas modernas, esses agentes são os primeiros responsáveis pela formação do urbano. Por fim, devido a grandeza

de suas atividades, tais agentes quase sempre impõem seus interesses sobre os demais, direcionando e ordenando as tensões espaciais à uma ordem espacial específica, que é quase sempre aquela que reproduz as condições de sua hegemonia.

ii) *Os proprietários fundiários*: donos do solo da cidade, agem no intuito de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. Seus interesses podem conflitar com o dos proprietários dos meios de produção, haja vista que esses últimos não almejam o encarecimento do solo, pois isso significaria a perda de vantagens locacionais. Pelo fato de agirem a favor da venda do solo, os proprietários de terras são os responsáveis pela transformação da própria cidade em mercadoria, enaltecendo, dessa forma, os valores-de troca dos territórios citadinos, e não seus valores-de-uso. São responsáveis também pela expansão da malha urbana.

iii) *Os promotores imobiliários*: são responsáveis pela incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física dos imóveis urbanos e comercialização destes. Os promotores imobiliários complementam a tarefa de mercantilização da cidade realizada pelos proprietários fundiários ao atribuírem valor-de-troca aos territórios citadinos. Além disso, eles são responsáveis pela produção de outras formas espaciais (imóveis, edifícios públicos e privados etc.) da cidade, observando também vantagens locacionais, fato que pode fazer conflitar seus interesses com os interesses dos proprietários fundiários. A repercussão espacial de suas ações é também basilar, na medida em que o encarecimento do solo decorrente de sua atuação determina a localização daqueles que não possuem condições econômicas para adquirir um imóvel pelas vias mercadológicas;

iv) *O Estado*: como dito, a atuação do Estado extrapola a produção do espaço urbano, estando na base da organização geográfica da sociedade. O Estado é um dos maiores responsáveis pela constituição das regras que ordenam a tensão estrutural do espaço, sua função é garantir a coabitação. É intrínseco à sua ação, mesmo diante da aparente neutralidade, o direcionamento das relações societárias para uma ordem específica que quase sempre diz respeito aos interesses de algum dos agentes do espaço urbano.

v) *Os organismos supra-estatais e financeiros*: negligenciados por Corrêa (1995), esses grupos não são propriamente proprietários dos meios de produção, muito menos incorporadores imobiliários, mas uma mistura dos dois e que geralmente agem sem a regulação do Estado. Constituem-se, portanto, em articuladores socioespaciais que se realizam com vistas a cumprir interesses corporativos. Correspondem aos grandes grupos supra-estatais ou grupos financeiros, empreendedores urbanos e promotores de mega-eventos esportivos (tais como a *Fédération Internationale de Football Association*, a FIFA). Sua ação é

essencialmente abstrata, pois não agem diretamente na produção do espaço, necessitando dos demais agentes para a concretização de seus interesses. Nesse momento de hegemonia do capital financeiro, sua atuação tende a ser, as vezes, mais hegemônica do que a dos proprietários dos meios de produção, pois frequentemente conseguem sobrepor seus próprios interesses sobre a capacidade de regulação dos Estados.

vi) *Os consumidores*: “gigantes adormecidos”, poderiam se constituir no grande agente hegemônico na produção do espaço urbano, mas se encontram imersos ideologicamente na insustentável sociedade de consumo hoje vigente. Esses agentes é que possibilitam a efetivação dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos incorporadores imobiliários, tendo sua localização no espaço urbano determinada por uma combinação variável de preço dos produtos imobiliários e exigências/necessidades de consumo habitacional.

vii) *Os grupos sociais “excluídos”*²²: Até aqui chamados de “excluídos”, correspondem aos grupos de indivíduos cujas condições de vida são socialmente precarizadas pelo modelo de urbanização em curso. Não há, pois, excluídos de fato no espaço urbano, mas apenas aqueles que tiveram embargada a possibilidade de construir seus territórios de vida por conta da atuação dos demais agentes. Sua ação política, todavia, trás o germe de um resgate profundo da cidade enquanto lugar da política. A grande maioria dos demais agentes atuam com vistas a permanência do modelo capitalista de produção do espaço, mesmo com os notáveis conflitos que desenvolvem entre si. Mas os excluídos, que nascem das contradições estruturais e não-estruturais da urbanização capitalista, muitas vezes vão de encontro a esse modelo de urbanização por meio de suas ações.

Esses precarizados, ou como Souza (2011) prefere denominar, “hiperprecarizados”²³ pelas transformações no mundo do trabalho, são os responsáveis pela resistência da cidade

²² A ideia de exclusão, como se sabe, tende a obscurecer os reais motivos da opressão e da desigualdade material, uma vez que desloca a atenção para outras questões que não tem por cerne a luta de classe. Além disso, tal ideia permite culpar os “excluídos” por sua condição de precariedade, uma vez que o que passa a definir a inclusão/exclusão dos indivíduos é, quase que exclusivamente, sua inserção voluntária no mercado de trabalho. Por outro lado, o uso da palavra exclusão, como no caso acima, tem como propósito apenas evitar o uso de termos tradicionais que buscam designar os oprimidos pelo sistema capitalista, como proletários, operários ou classe trabalhadora. Esperamos, com isso, lembrar que os oprimidos na cidade nem sempre correspondem aos sujeitos que, em sua ação coletiva, tendem a desencadear diretamente a luta anticapitalista, mas outros sujeitos que lutam a partir de outras agendas, promovendo a luta anticapitalista de maneira indireta.

²³ O autor utiliza esse termo para designar os trabalhadores sem trabalho e renda fixa que a tradição marxista generalizou sob a denominação de *Lumpemproletariado*. A despeito da leitura que o autor faz da opinião de Marx e Engels sobre esse segmento social, acreditamos que o hiperprecarizado possui sim uma maior dificuldade em reconhecer o conjunto de condições sociais que os determinam por conta das precárias condições de vida em que sobrevivem, mas isso não significa que eles sejam uma “parcela passiva da velha ordem”, pois, na verdade, constituem-se em sujeitos portadores de ações coletivas específicas que exprimem, direta ou indiretamente, os interesses gerais dos oprimidos.

contra a destruição criativa da urbanização. Sua ação, todavia, não decorre apenas das condições de precariedade material impostas pela urbanização capitalista, mas também pela necessidade de afirmação diante de uma realidade que nega o diferente e os ritmos de vida arraigados nos lugares, que nega também a cidade e o homem enquanto projeto social. Sua ação diz respeito à auto-construção de moradias em determinados territórios da cidade (geralmente os mais inóspitos), à ocupação em terrenos particulares baldios ou que simplesmente não cumprem sua função social, à ocupação de espaços privados e públicos etc.

Quando adquirem organização e direcionamento político, as práticas desses indivíduos extrapolam o agir oportuno e adquirem um caráter propositivo, engendrando o que conhecemos por movimentos sociais urbanos. Esses movimentos correspondem, assim, a um *conjunto de práticas sociais organizadas, frutos de experiências comuns e que tem a cidade como palco e trunfo de sua atuação, visando intervir nesse espaço no intuito de torná-lo territorialmente mais justo*. Tratam-se de práticas sociais porque são dinâmicas, passível a mudanças, mesmo que duradouras e ambiciosas. Esses movimentos não podem ser concebidos, portanto, como um bloco homogêneo em valores e estratégias de ação política.

Contudo, diferente do que costumeiramente se acredita, esses movimentos são também facetas das ações históricas inerentes a determinadas classes sociais e que, por isso, não devem ser desintegrados e entendidos apenas como uma luta específica ou um ativismo social particular. Mesmo decorrentes de diversos motivos concretos que se situam, por exemplo, na esfera da reprodução, os movimentos sociais urbanos são também ações concernentes a determinadas classes sociais no conflito permanentemente instaurado com o conjunto das classes opositoras. Ao propor uma melhor distribuição social e igualdade de acesso às benesses do viver urbano, por exemplo, esses grupos forjam a reconstrução da cidade enquanto lócus da política. Mesmo não atacando as raízes dos problemas urbanos, não indo diretamente ao cerne das condições que os determinam, a ação desses grupos possuem uma capacidade transformadora, pois toda luta social é uma manifestação particular da transversal luta de classes, enredo da urbanização capitalista.

2.1.2. A realidade urbana brasileira e seus conflitos sociais

No Brasil, o processo de urbanização ou de constituição do espaço urbano se deu, primeiramente, mediante um incipiente e regionalmente desigual processo de industrialização. Como se sabe, até meados do século XX, o Brasil era um país majoritariamente rural e a economia agrário-exportadora, bem como o limitado mercado nacional impossibilitavam um efetivo processo de urbanização. Dessa forma, a urbanização brasileira só se efetivou

concretamente a partir do início do século XX, quando o país efetivamente se industrializou (MONTE-MÓR, 2006). Todavia, como dito, essa industrialização ocorreu de maneira desigual, abrangendo muito mais as grandes cidades da Região Sudeste.

A constatação de que a urbanização no Brasil apenas se efetivou a partir do início do século XX, entretanto, não pode nos levar a crer que o país apenas se modernizou neste século. Acreditar em algo assim equivale a reduzir o real significado do processo de modernização, uma vez que a modernidade sempre foi um fenômeno global desde o século XVIII, e o Brasil já aspirava ao estilo de vida moderno muito antes do século XX. Suas cidades, por consequência, já respondiam aos ditames da urbanização. A construção de um projeto de modernização capitalista é que se acirrou no início do século XX, fato que repercutiu na forte e seletiva industrialização dos grandes centros, sobretudo na capital do Estado de São Paulo, e na “mono-industrialização” de outras cidades que ofereciam vantagens locais. Esse processo, por fim, é que desencadeou um extenso processo de urbanização que, por sua vez, marcou todo o século, fazendo o Brasil deixar de ser um país rural.

Historicamente, essa forte urbanização vai se materializar graças a três distintas posturas governamentais de âmbito federal: o crescimento Vargasista; o desenvolvimentismo Juscelinista; e o desenvolvimento centralizado do período militar. Tais posturas, por sua vez, repercutiram-se em distintos momentos da política urbana. Os diferentes programas de higienização e modernização das cidades como o da Fundação da Casa Popular e os programas habitacionais viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) são exemplos neste sentido. Essas políticas visavam, antes de qualquer coisa, planificar o espaço citadino, transformando-o de modo a adequá-lo ao projeto de modernização capitalista em curso.

Como afirma Monte-Mór (2006, p. 11 e 12):

O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares em seqüência à centralização e expansionismo do período Vargas e às ações de interiorização do desenvolvimento do período Juscelinista. O velho binômio “Energia e Transporte” transformou-se nos anos 70 em investimentos em infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas), comunicações, serviços financeiros, entre outros. Os capitais internacionais que demandaram o Brasil associaram-se à construção civil, ao latifúndio subsidiado e à agro-empresa, que constituíam alguns dos acordos das elites econômicas nacionais e regionais para apoio ao militarismo (inter)nacional. Através do tecido urbano estenderam-se o (aparato do) Estado, a legislação (trabalhista e previdenciária), redes de comunicações, serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o país, dos centros dinâmicos às fronteiras de recursos naturais.

A partir dos anos setenta, a urbanização se estendeu virtualmente ao território nacional integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais e atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa.

Através da própria modernização do país, o espaço urbano foi sendo produzido, desdobrando-se na consolidação das metrópoles regionais, nas cidades médias e, também, nas pequenas cidades impactadas por projetos de industrialização. Nos anos 1970, o espaço urbano brasileiro já havia adquirido uma grande importância, até porque uma parte considerável da população brasileira havia migrado para as principais metrópoles, ocasionando seu inchaço.

Entretanto, como parte constitutiva dessa modernização e dessa urbanização, generalizou-se também nos principais centros urbanos brasileiros um conjunto de conflitos sociais desencadeados pelo próprio modelo de urbanização hegemônico. Como vimos no item anterior, no âmbito da produção do espaço urbano, os diferentes agentes entram constantemente em contradição por conta de suas próprias práticas. Dentre esses agentes, os excluídos são aqueles que desenvolvem uma atuação mais conflituosa, porque geralmente vão de encontro a todos os outros agentes e, muitas vezes, procuram minar o próprio modelo de urbanização capitalista.

No Brasil, as práticas dos excluídos se multiplicaram em decorrência da acelerada urbanização que se verificou a partir da metade do século XX. Isso porque, como afirmou Santos (1978), a desigualdade social e a pobreza urbana sempre corresponderam muito mais a uma contrapartida da modernização periférica capitalista do que uma disfunção do processo de crescimento econômico. E, com a intensa industrialização e urbanização da metade do século passado,

Várias cidades brasileiras tidas como de padrão médio e com qualidade de vida ambiental passaram a registrar [...] agrupamentos de favelas e áreas de ocupação em seus territórios, fenômenos estes que não conheciam anteriormente. Ou seja, o crescimento econômico do país, a modernização de sua base produtiva, a inserção de novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade de consumo de bens e produtos de massa trouxeram também o aumento da pobreza e da miséria, e não o seu contrário, como poderia se esperar (GOHN, 2003, p. 137).

Junto a todo esse aumento da população pobre urbana, surgiram também as famigeradas invasões ou ocupações de determinados territórios da cidade a margem dos procedimentos tradicionais de obtenção dos lotes urbanos. A proliferação dessas ocupações nas cidades brasileiras trouxe consigo os conflitos de direito de propriedade. O acesso a terra passou a se tornar um problema político e as insatisfações populares decorrentes de inúmeros processos de despejo e expulsão de alguns territórios urbanos acabou fomentando o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos.

Esses movimentos, como se verá no próximo subitem, sempre procuraram desencadear uma luta pelo direito de morar na cidade, junto a todos os seus benefícios. Suas reivindicações, por sua vez, sempre se voltaram muito mais ao Estado, mesmo não sendo ele o principal provedor da desigualdade de acesso ao solo urbano. Como se sabe, a espoliação proporcionada pelo capital, sobretudo em decorrência do crescimento do grande mercado imobiliário, é que mais fomentou a escassez e a supervalorização dos lotes urbanos, impossibilitando o acesso por parte daqueles que não tinham renda fixa. Mas, os movimentos estavam corretos em direcionar suas reivindicações ao Estado, pois toda a espoliação ocasionada pelo capital tinha e ainda tem o seu respaldo. A atuação do Estado sempre procurou dar mais preferência aos interesses privados do que aos populares, pois sua atuação limitou-se, na maioria das vezes, a implementação de sucessivos planos de higienização da cidade e construção, via regras de mercado, de habitações, longe de quaisquer princípios de participação e protagonismo social. Essas medidas, por outro lado, fortaleceram ainda mais os grandes proprietários fundiários e os promotores imobiliários, deixando ainda mais descontentes a parcela dos excluídos.

Resumindo, com a urbanização brasileira do terceiro e quarto quartel do século XX, o processo de construção de uma cidade desigual se intensificou. Acirram-se, assim, os conflitos entre aqueles que se esforçam para a construção de uma “cidade à acumulação de capital” e aqueles que lutavam para a construção de uma “cidade à realização plena da vida humana” (CASTILHO, 2011). E como veremos, foram esses conflitos que proporcionaram o surgimento, no seio da atuação dos movimentos sociais urbanos e do debate técnico-político sobre a cidade, da agenda da Reforma Urbana.

2.1.3. A agenda da Reforma Urbana

Embora tenha sido desenvolvida em meio às lutas travadas pelos movimentos de excluídos urbanos, a noção de Reforma Urbana surgiu no interior de discussões técnicas e científicas levadas a termo por diversos profissionais, tais como arquitetos, engenheiros, economistas, sociólogos etc. A primeira vez que a Reforma Urbana foi tratada com uma agenda política, assim, foi em meio ao Seminário Nacional de Reforma Urbana, durante o governo de João Goulart (1961-1964). Esse seminário, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), tinha como propósito analisar os problemas urbanos da época, elaborando soluções para o enfrentamento desses problemas, sempre no intuito de inserir os temas urbanos aos conjuntos de discussões sobre reformas de base que estavam sendo desenvolvidos no âmbito do governo Jango (SILVA, 2003).

Assim, desse seminário foi construído, enquanto produto final do evento, um documento em que constava um conjunto de medidas a serem tomadas para a solução dos problemas urbanos. Esse documento tinha por título "Conclusões do Seminário de Habitação e Reforma Urbana" e nele continham análises, quase sempre muito técnicas e sem muita profundidade teórica, sobre os motivos que ocasionava os principais problemas urbanos brasileiros. Em grande parte, questões ligadas à rápida ocupação, ao desenvolvimento industrial mal planejado e o inchaço das cidades em decorrência da migração regional eram tidas como as grandes indutoras da grande maioria das condições sociais que impossibilitavam a construção de um estilo de vida social e ambientalmente harmonioso nas cidades brasileiras (*Ibidem*).

A instauração da ditadura, em 1964, e o solapamento de toda e qualquer tentativa de implementação das reformas de base, fizeram com que as ideias primeiramente sugeridas no Seminário de Habitação e Reforma Urbana fossem esquecidas. Os movimentos sociais urbanos brasileiros que, até então, estavam se apropriando e contribuindo gradativamente para a agenda da Reforma Urbana foram reprimidos e, com isso, houve um momento de refluxo no desenvolvimento desta agenda. Porém, isso não significou um momento de total estagnação, pois alguns princípios da reforma urbana foram resgatados, primeiramente em 1975, quando da difusão de um conjunto de ideias que se destinavam a resolver os problemas urbanos, os quais receberam formato de lei mais tarde. E, num segundo momento, através do projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano (PL 775, de 1983). Assim, ainda no âmbito do regime militar, surgiram propostas que visavam disciplinar o rápido e não planejado crescimento urbano o qual, na época, estava ocasionando o agravamento de precárias situações sociais (*Ibidem*).

No decurso dos anos 1980, quando o regime militar começou a apresentar sinais de sua dissipação, houve, no cenário nacional, um momento de grande mobilização e lutas sociais por democracia e pela conquista de direitos. É desse momento que no Brasil insurgiu de maneira mais incisiva alguns dos mais proeminentes novos movimentos sociais, como o das "Diretas Já!", dos meninos e meninas de rua, dos desempregados, dos sem-terra, além de toda a mobilização entorno da atuação do sociólogo Betinho e das campanhas de seu Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) etc. A maioria desses movimentos não tinham por pretensão a mudança estrutural da realidade, mas em suas práticas específicas haviam fortes elementos que indicavam a necessidade de transformação da realidade brasileira da época, rumo à democracia e a uma maior justiça social (GOHN, 2003). É nesse meio, portanto, que se desenvolveu de maneira mais plena o ideal da Reforma Urbana. Foi em

meio ao crescimento dos ativismos de bairro, dos primeiros movimentos de luta por moradia e de todos os outros movimentos que até então questionavam a forma com a qual as cidades se reproduziam. Eles foram articulando uma importante rede de movimentos sociais que passaram a desenvolver o que hoje conhecemos por agenda da Reforma Urbana.

Concretamente, isso aconteceu durante a Constituinte de 1987/88, quando os movimentos sociais urbanos, em face da crise urbana então instaurada, passaram a fundamentar suas ações, cada vez mais, a partir de uma abordagem técnica e conceitual acerca da função social da cidade e da propriedade urbana, fazendo com que o conteúdo de suas lutas se tornasse mais abrangente. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), mobilização máxima nesse sentido, articulou movimentos de luta por moradia, intelectuais das Universidades e profissionais de diversas áreas, procurando pressionar a Constituinte para incluir, no quesito das políticas urbanas, um capítulo que afirmasse a função social da cidade e da propriedade urbana (SILVA, 2003; ROLNIK, 2009). A partir daí, ocorreram uma série de lutas institucionais que procuraram renovar os instrumentos de regulação urbanística, no intuito de torná-los mais democráticos e voltados à construção de uma maior justiça territorial urbana. Como se sabe, algo neste sentido, em nível federal, só foi alcançado concretamente em 2001 com a promulgação da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, o chamado Estatuto da Cidade.

Em nível local, diversas tentativas já procuravam implementar reformas nos marcos regulatórios de uso e ocupação do solo, democratizando a gestão urbana por meio da multiplicação das experiências de participação social. Essas medidas encontraram no Estatuto da Cidade sua forma mais acabada. Esse Estatuto, por sua vez, instituiu uma série de diretrizes e instrumentos para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, possibilitando o exercício do direito à cidade por meio da democratização de sua gestão (ROLNIK, 2009; SANTOS JÚNIOR, 2009).

A implementação do Estatuto da Cidade e a consequente concretização da agenda da Reforma Urbana no Brasil, entretanto, ocorreu de fato somente a partir de três importantes acontecimentos: primeiro, de maneira mais geral, graças à vitória de Luís Inácio da Silva (Lula) candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 e a consequente inflexão progressista de seu governo, o que possibilitou um maior diálogo entre Estado e sociedade civil, ainda que nos marcos de uma agenda eminentemente reformista; segundo, graças a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, pasta essa assumida por Olívio Dutra (pelo menos no início), líder sindical, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul, conhecido por ter capitaneado o processo de

implementação do Orçamento Participativo de Porto Alegre; terceiro, graças a realização da I Conferência Nacional das Cidades, em 2003, e a institucionalização do Conselho Nacional das Cidades, em 2004 (Figura 01), ambos preocupados em diagnosticar e implementar instrumentos que possibilitassem a democratização da gestão urbana, bem como a efetivação da função social da cidade e da propriedade urbana (SANTOS JÚNIOR, 2009; ROLNIK, 2009).



Figura 01: **Presidente Lula discursando na 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 23/10/2003**
Fonte: autoria de Rose Brasil, disponível no portal Agenciabrasil.ebc.com

Santos Júnior (2009, p. 10) ainda complementa:

A criação do Ministério das Cidades, a realização da I Conferência das Cidades, em 2003, e a institucionalização do Conselho das Cidades, em 2004, deram início a um processo de construção da política nacional de desenvolvimento urbano, envolvendo conferências municipais e estaduais, e a adoção de estruturas normativas participativas, de acordo como os princípios definidos historicamente pelos movimentos sociais organizados em torno do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Principal expressão do MNRU, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) se constitui numa grande articulação entre organizações e movimentos sociais em torno da agenda da Reforma Urbana, exigindo mudanças nos marcos regulatórios urbanos, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que visem concretizar os seus três grandes princípios: o direito à cidade; a gestão democrática das cidades; e a função social da propriedade e da cidade (SANTOS JÚNIOR, 2009; FNRU, 2010).

Todavia, as diretrizes que hoje regem as lutas em defesa da Reforma Urbana estão longe de se concretizarem plenamente. O modelo de produção capitalista do espaço nunca

esteve tão presente nas cidades brasileiras, impedindo conquistas no sentido da construção de uma maior justiça territorial. Além disso, dois outros motivos hoje entravam a plena realização da agenda da Reforma Urbana: o primeiro é o fato de que a própria postura dos movimentos articulados a favor dessa agenda são, em sua maioria, extremamente reformista, sendo complacente ou não-autônomo em relação ao Estado e, algumas vezes, também em relação ao poder econômico; o segundo e o mais importante corresponde aos embargos à materialização do direito a cidade imposto pelo conservadorismo da estrutura política e econômica brasileira. Esses embargos foram nitidamente representados, por exemplo, quando da reviravolta operada no Ministério da Cidade mediante a substituição do ministro e seu gabinete (sendo assumido pelo Mário Fortes, ligado ao Partido Progressista, antiga Arena) em meio a uma troca-de-favores político-partidária (ROLNIK, 2009), causando um processo de arrefecimento das conquistas institucionais, o que também desencadeou em um processo de redução das expectativas acerca do poder de transformação de alguns espaços institucionais.

Sobre os embargos supracitados, vale a pena conferir as próprias palavras de Rolnik (2009, p. 37) ao afirmar que:

A mudança de direção do Ministério [...] evidenciou de forma mais explícita os limites e contradições entre uma proposta de Reforma do Estado brasileiro na área de desenvolvimento urbano e o forte conservadorismo de sua estrutura, apesar da importante mudança de direção política representada pelo PT. [...] não é por acaso que justamente esta, entre várias áreas do Estado brasileiro, é profundamente afetada pela lógica política tradicional, fortemente estruturada no clientelismo, patronagem e controle por coalizões de interesses empresariais, reinventados no contexto urbano e metropolitano brasileiros.

Mesmo diante da inegável incidência do FNRU na concretização da agenda da Reforma Urbana, sobretudo diante de algumas conquistas no âmbito das atuais políticas urbanas, é imprescindível também reconhecer os inúmeros entraves e desafios que em vez de serem subestimados, como fez Santos Júnior (2009), devem ser admitidos e encarados de maneira devida. Um resultado inevitável desse esforço requer, a nosso ver, um enfrentamento mais incisivo do modelo capitalista de produção do espaço, questão que está no cerne de toda a desordem urbana contemporânea.

2.1.4. Os atuais movimentos de ocupação de espaços públicos

Em resposta ao conjunto de entraves à conquista e consolidação de direitos civis e políticos, decorrentes da própria estrutura política e econômica brasileira, tem insurgido, no cenário urbano nacional, uma série de novíssimos ativismos sociais. Esses ativismos reclamam por mais autonomia e reivindicam um ambiente mais democrático, ocupando ruas e espaços públicos com atos pontuais e despretensiosos, mas repleto de novos e

transformadores significados. Eles surgiram conforme a cultura política de inúmeros movimentos sociais urbanos contemporâneos, no âmbito de um desencanto profundo em torno das lutas institucionais. Esse desencanto, como se sabe, advém primeiramente da falência das alternativas gestadas durante o século XX, mas também em face das posturas cada vez mais exíguas dos movimentos sociais mais tradicionais que, em muitos casos, satisfazem-se com os poucos e ineficientes espaços institucionais disponíveis para submeter suas demandas.

Por outro lado, alguns desses novíssimos movimentos têm surgido enquanto reprodução de ações muito semelhantes em países da Europa e nos Estados Unidos. O movimento dos indignados na Espanha, os Ocupas desde a praça Tahrir até Wall Street e o movimento estudantil chileno, como se sabe, tem inspirado muitos dos novos ativismo urbanos brasileiros, mesmo se tratando de fontes de inspiração que atuam a partir de insatisfações bem diferentes. Esses movimentos internacionais de protesto que se realizam mediante a ocupação de ruas e espaços públicos, articulado pelas redes sociais, têm surgido, na avaliação de Zizek (2012) e de Carneiro (2012), contra as estruturas econômicas, políticas, político-partidárias e sindicais vigentes, em face das perdas sociais ocasionadas pelas constantes crises do capitalismo contemporâneo. Mesmo sem forjar (ainda) um novo programa que represente os anseios de transformação, as estratégias e práticas espaciais desses movimentos têm inspirado muitos outros ativismos urbanos ao redor do mundo.

O que queremos destacar enquanto especificidade dos novíssimos ativismos urbanos brasileiros é o fato de que, mesmo reivindicando “direitos urbanos” ou “uma cidade sustentável” e mais democrática, eles não surgiram como uma continuidade dos antigos movimentos sociais urbanos, em favor da agenda da Reforma Urbana, mas de uma ruptura com todo e qualquer tipo de ação política de outrora, sobretudo em relação àquelas que ainda hoje se realizam por e a partir de espaços institucionais de negociação junto ao Estado.

De maneira diferente, os atuais movimentos de ocupação de espaços públicos são radicalmente autônomos, horizontais e espontâneos, não obtendo grandes repercussões em suas práticas, mas possuindo mais liberdade para abordar questões que dizem respeito a produção do espaço urbano (Figura 02). Eles possuem a capacidade de ressignificar o papel dos espaços públicos, trazendo a política para as ruas e praças, indo de frente, assim, às estratégias que visam concretizar uma cidade apenas à acumulação do capital.



Figura 02: **Manifestantes do “Ocupe Estelita”, no Cais José Estelita, Recife/PE**
Fonte: autoria de André Duarte, publicada no portal *Pernambuco.com* em 15/04/2012

Na RMR, esses ativismos tem surgido de maneira bastante tímida, mas tem inaugurado novas preocupações no que diz respeito as formas e estratégias de luta nos espaços urbanos. Como veremos no próximo item, esses ativismos tem convivido lado a lado com uma diversidade de outros movimentos sociais urbanos que, por sua vez, surgiram a partir de contextos sociais diferentes, mesmo trazendo em sua atuação uma longa história de lutas, repleta de avanços e recuos no sentido da construção de uma cidadania urbana.

2.2. Relações de poder na Região Metropolitana do Recife

Dando continuidade a esse esforço de contextualização, procuraremos, neste item, realizar uma incursão sobre a condição urbana metropolitana do Recife, enfatizando seus conflitos sociais/territoriais e descrevendo o tecido social e político sobre o qual o nosso objeto de pesquisa, o MTST/PE, sempre atuou. No primeiro momento, abordaremos a forma através da qual a metrópole recifense foi constituída, desde já evidenciando os conflitos territoriais que nela sempre existiram. No segundo momento, procuraremos historiar as ações dos movimentos de bairro e de luta por moradia, indicando seus avanços e recuos no sentido da criação de uma cidadania urbana. E, no terceiro e último subitem, realizaremos uma breve reflexão sobre como tem se comportado os atuais movimentos urbanos, sobretudo aqueles

que, em decorrência de suas lutas históricas, conquistaram importantes espaços institucionais de relacionamento com o Estado e com o planejamento/gestão urbano.

2.2.1. A Região Metropolitana do Recife e seus conflitos territoriais

Não custa lembrar, mas Recife é uma cidade que surgiu a partir de uma pequena vila de ribeirinhos e pescadores que habitavam as proximidades do porto natural, tido pelos holandeses como local extremamente favorável para constituir a sede de seu domínio. Na verdade, tratava-se de uma região extremamente plana, uma planície flúvio-marinha, entrecortada por inúmeros rios, riachos e canais, além de repleta de alagadiços e extensas formações dos ecossistemas manguezal e restinga. A ocupação humana neste ambiente se deu pela conquista das terras firmes e dos alagados, sendo que os mais abastados ocuparam logo as terras firmes de fácil arruamento, fazendo com que as populações mais pobres não tivessem outro lugar para morar senão os alagadiços e, mais tarde, as encostas dos morros (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985; SANTOS, 2012).

Uma brilhante e sucinta descrição do processo acima descrito nos é dada por Bitoun (2004, p. 257). Este autor afirma que:

Desde os tempos coloniais e com a explosão urbana da segunda metade do século XX, de modo mais veloz e maciço, reproduz-se a cada geração uma apropriação do solo que configura um "círculo vicioso", fundamentado numa escassez socialmente criada a partir da apropriação jurídica (das sesmarias ao Código Civil) e do funcionamento do mercado de terras: A apropriação dos melhores terrenos por parte de setores sociais mais poderosos e o preço da terra, tornado inacessível pelos mecanismos formalizados do mercado, levam os setores menos poderosos e mais pobres a ocupar ambientes físicos que, para serem corretamente construídos, exigem custos maiores de engenharia e saberes mais complexos. As famílias construtoras, em situação de pobreza e com pouco acesso à informação, não podem lançar mão de soluções de engenharia adequadas à edificação em sítios físicos tais como as planícies de inundação e as vertentes íngremes, tanto pelos custos quanto pela visão sistêmica que exigem.

Recife surgiu e cresceu como escoadouro da produção açucareira, sendo esse o motivo de seus atuais bairros possuírem o nome dos antigos engenhos. Essa atividade açucareira, por sua vez, desencadeou uma grande concentração fundiária que tornava escasso o acesso a terra. Já no início do século XX, houve um intenso processo de microparcelamento dessas propriedades, em grande parte influenciado pelo Código Civil brasileiro de 1917. A partir daí difundiu-se os loteamentos e a venda de lotes, que também se realizavam mediante aterros sobre áreas alagadas. Assim, as populações mais pobres que habitavam os terrenos mais úmidos e de mangue foram sendo arbitrariamente expulsas de seus locais de moradia, pois a

perspectiva de aumentar os terrenos a serem loteados ou simplesmente vendidos foi despertada na população dotada de maior poder aquisitivo (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985).

As áreas alagadiças que desde 1831 haviam sido incorporadas a União enquanto “terrenos de marinha” foram, aos poucos, sendo conquistadas por essas classes mais abastadas por meio do pedido de aforamento. Mesmo não sendo as reais proprietárias dos terrenos, essas classes passaram a expulsar a população moradora dos mocambos para aterrar os lotes e cobrar o “aluguel de chão” (*Ibidem*). Esse processo de expulsão, então, gerou um dos primeiros conflitos de direito de propriedade sobre o solo citadino, sendo o desencadeador dos primeiros processos de contestação e luta social pelo direito à cidade. Foi dessa época, portanto, que surgiram as primeiras associações e mobilizações de mocambeiros em favor do direito de continuar morando em seus lugares de vida, tais como a Liga Mista dos Proprietários da Vila São Miguel dos Afogados, as Sociedades Mixtas Largo do Viveiro de Afogados, 30 de Setembro, Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios e as demais associações populares que não possuíam registro em cartório (CÉSAR, 1985; FALCÃO NETO & SOUZA, 1985; CASTILHO, 2002).

A primeira resposta do poder público à esses conflitos foi no sentido de atender, em grande medida, aos interesses dos proprietários. Tratava-se da *Liga Social Contra os Mocambos*²⁴, principal política de higienização urbana e produção de moradia no Recife durante o Estado Novo, introduzida pelo então interventor Agamenon Magalhães (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985; LEITE, 2006).

Com a expulsão compulsória das populações mais pobres das áreas alagadas, houve uma grande transferência dessa população para as áreas de morros, tais como nas redondezas de onde hoje se situa o bairro de Casa Amarela. Essa população passou a ocupar esses lugares de maneira cada vez mais coordenada, promovendo um processo sistemático de resistência às expulsões (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985).

A explosão da população urbana da metade do século XX, ocasionada pelo êxodo rural ou, como explicitamos em Santos (2012a), pela constituição do “urbano” no interior da cidade do Recife, trouxe consigo um forte processo de crescimento do tecido urbano do Recife e dos municípios circunvizinhos, acarretando naquilo que chamamos de metropolização. Concomitante a isso, as políticas habitacionais implementadas pelo Regime Militar, expressas pelos empreendimentos viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação,

²⁴ Entidade onde participavam algumas secretarias do governo, industriais e alguns setores da Igreja católica. Seus objetivos eram destruir sistematicamente os mocambos incentivando a construção de vilas populares com o financiamento de vários institutos de pensão e aposentadoria (LEITE, 2006).

acirrou o mercado de habitações, aumentando a especulação imobiliária e dificultando o acesso a terra e a moradia.

Sem condições materiais de se inserir nas vias tradicionais de acesso à terra e ao solo urbano, nem condições de acesso aos programas habitacionais do governo, “[...] a população pobre do Recife optou, em meados da década de 1970, pela multiplicação das invasões” (FALCÃO NETO & SOUZA, 1985, p. 77). Dessa vez, as ocupações se realizavam de maneira mais organizada, ao passo de adquirir um maior cunho político. A coexistência das ocupações com os lotes urbanizados formalmente no âmbito do processo de crescimento e metropolização da cidade fez surgir de maneira mais nítida, como afirmou Falcão Neto & Souza (1985), os conflitos de direito de propriedade, especificidade do espaço urbano recifense e que reclamava por mudanças nas legislações urbanas.

Como bem resume os autores (*Ibidem*, p. 80) a respeito desses conflitos: “Ao lado do sistema normativo estatal, convivem sistemas normativos não estatizados, fazendo com que coexistam numa mesma sociedade vários direitos além do direito da lei [...]”. Portanto, além de expressar o contraditório processo de crescimento populacional urbano e valorização econômica do solo urbano, as ocupações urbanas da década de 1970 e 1980 indicavam que sempre esteve latente, no processo de urbanização do Recife, “a tensão permanente entre os diversos direitos de propriedade e a inesperada convivência, embora contraditória, entre eles”.

Tratava-se, por fim, de conflitos territoriais pela apropriação e uso do espaço da cidade. Os indivíduos protagonistas dessas ocupações territorializavam certos espaços da cidade como forma de afirmar sua presença nela, a revelia da ordem espacial burguesa que, com o generoso apoio da lei e do Estado, concretizavam apenas os interesses dos proprietários.

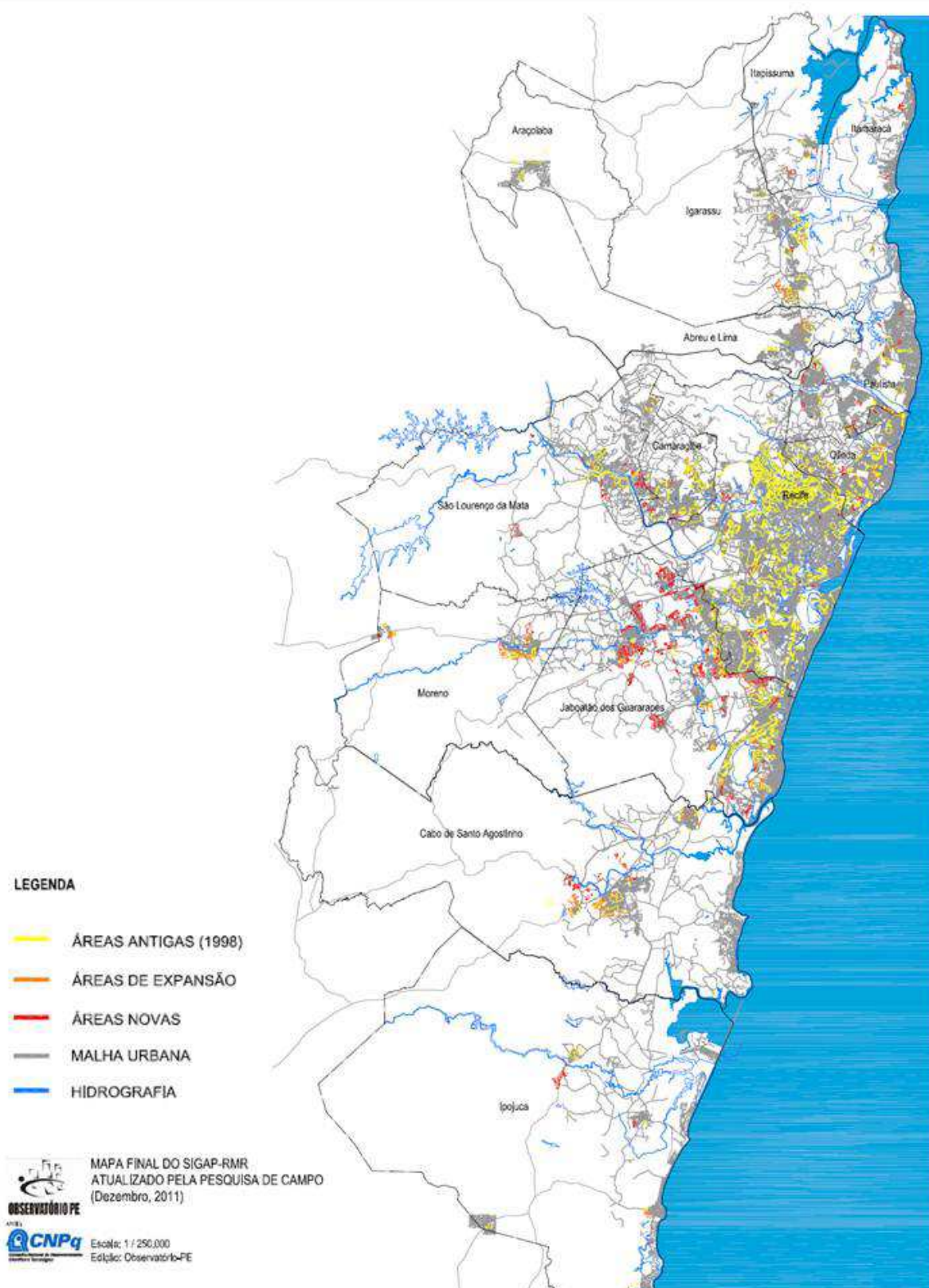
Tal situação, contudo, longe de acabar nos últimos anos só tem se intensificado. Os conflitos pela posse da terra se tornaram, no decurso dos anos 2000, ainda mais acirrados, sendo esse um dos motivos que tem levado ao crescimento do número de ocupações na RMR, conforme demonstra pesquisa recente realizada pelo Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais (OBSERVATÓRIO/PE, 2012).

Mesmo apresentando, nos últimos anos, uma breve melhoria nos Índices de Desenvolvimento Humano (BITOUN *apud* SOUZA, 2009), uma incursão mais criteriosa a cerca dos indicadores de moradia nos revela que, nas últimas duas décadas, tem se reforçado as tradicionais desigualdades quanto ao acesso à moradia e ao solo urbano. Isso porque o processo de descentralização das políticas habitacionais dos anos 1990 e a dependência, por parte dos municípios, de recursos externos para promover oportunidades habitacionais e

regularização urbanística, só pioraram o quadro de desigualdade urbana e reclusão do acesso à cidade por parte dos grupos sociais “excluídos” (SOUZA, 2009; SANTOS, 2012a). Souza (2009) ainda diz que:

Segundo o Cadastro de Áreas Pobres da RM do Recife, existiam em 2000 cerca de 720 comunidades pobres nas RM (loteamentos precários, pontas de ruas e favelas), das quais, 426 localizavam-se no Recife, o que equivalia a 592 mil habitantes (42% da população recifense) residindo em 150 mil domicílios situados em Zonas Especiais de Interesse Sociais (ZEIS), carentes de regularização urbanística e fundiária.

E esse quadro se intensificou (Mapa 01), como demonstrou a última atualização desse Cadastro (OBSERVATÓRIO/PE, 2012), sobretudo nos principais municípios da RMR, tais como Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Além do crescimento do número de ocupações ter ocorrido nos municípios que compõem o centro metropolitano (Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes), ele também se deu nos lugares onde a modernização capitalista se encontra mais intensa, ou seja, nos municípios que compõem o território estratégico de Suape (Moreno, Jaboatão, Cabo e Ipojuca) e naqueles que têm se transformado socioeconomicamente por conta de obras do Capital e do Estado, tais como a “Cidade da Copa” (Camaragibe e São Lourenço da Mata). Como se sabe, por conta do próprio crescimento econômico, esses últimos municípios tem atraído pessoas do meio rural e de outras cidades da região.



Mapa 01: **Disposição das áreas de pobreza na Região Metropolitana do Recife**
Fonte: Observatório/PE, 2011/2012

A permanência e, em alguns casos, o aumento do número de ocupações, a despeito das leis e normas que regem o espaço urbano metropolitano, apenas mantiveram os tradicionais

conflitos sociais iminentes ao próprio processo de urbanização do Recife, fato que sempre fomentou insatisfações sociais que, por sua vez, quase sempre se converteram em ações coletivas e movimentos sociais urbanos.

2.2.2. *Avanços e recuos na construção de certa “cidadania”*

Como dito, esses movimentos surgiram no Recife ainda no início do século XX, tendo por base os conjuntos de insatisfações sociais circunscritas numa base territorial que poderia ser um bairro, uma favela, ou uma região da cidade. Foi dessa forma que surgiram, ainda na década de 1930, os diversos movimentos de mocambeiros (CÉZAR, 1985; CASTILHO, 2002). Mais tarde, na década de 1970, insurgiu o Movimento Terras de Ninguém nos morros de Casa Amarela, concomitantemente a toda uma explosão de associativismos locais em diversos bairros e favelas da cidade. Esses movimentos de base territorial, simplesmente conhecidos como movimentos e/ou associações de bairro, cresceram em amplitude e força política em diversos momentos na história da cidade, obtendo diversas conquistas no âmbito do direito à cidade. E é sobre essas conquistas que versaremos nesse subitem.

Assim como em todas as cidades do Brasil, aqui em Recife a modernização e a consequente produção do espaço urbano se deram mediante processos de industrialização e transfiguração do espaço citadino. Nesse movimento, é importante destacar a atuação do Capital e do poder público na implementação dos inúmeros planos de higienização e reordenamento dos territórios da cidade. Tratava-se de obras que visavam modernizar o espaço citadino por meio da expulsão compulsória dos habitantes pobres dos melhores sítios para torná-los propícios ao arruamento e ocupação das classes mais abastadas. A respeito dessas políticas, como já enfatizamos, destacam-se, no âmbito federal: a atuação da *Fundação da Casa Popular*, criada durante o período do Estado Novo (1946); e os conjuntos viabilizados pelo *Banco Nacional de Habitação* (BNH), principal órgão voltado ao financiamento de empreendimentos imobiliários durante o Regime Militar. No âmbito local, destacam-se: a *Liga Social Contra os Mocambos* da década de 1930; e a atuação das companhias locais de habitação, as *COHABs*, existentes a partir da década de 1970.

Em constante relação com esse processo, desenvolveu-se, então, nos territórios “desordenados” da cidade, os movimentos sociais urbanos, sobretudo aqueles que traziam como pauta reivindicativa o direito de permanecer em seus territórios e a questão da moradia urbana. Eles insurgiram, primeiro, devido ao fato de a própria urbanização capitalista imprimia o tolhimento da liberdade daqueles que não possuíam posses. E, segundo, devido a atuação do poder público que não conseguia contemplar efetivamente as necessidades

populares, haja vista as condições rígidas e inacessíveis do financiamento de lotes e habitações por parte das políticas públicas de habitação popular.

A auto-produção popular de moradias que tem como maior característica a transgressão das regras urbanísticas instituídas, bem como as de mercado, sempre foram as máximas na construção da cidade. Esse modelo, então, foi transformando a questão habitacional em um problema de dimensão política ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, os supracitados grupos organizados nunca se eximiram de fazer pressão sobre os governos, no intuito de colocar suas demandas nas agendas políticas. Os movimentos por moradia foram, por conta disso, inserindo-se no ordenamento territorial na medida em que seus interesses chamaram a atenção do poder público.

Mas o Estado sempre pautou sua atuação à concretização dos interesses das classes hegemônicas, detentoras dos meios de produção, proprietárias de terras ou promotoras do mercado imobiliário. Com exceção da postura mais progressista tomada pelos governantes da Frente do Recife²⁵ durante as década de 1950 e início da década de 1960, onde se pôde constatar um relacionamento mais amistoso entre Estado e movimentos sociais, toda a história do Recife, e de sua região metropolitana, é marcada muito mais pela materialização de um espaço à acumulação do capital do que à realização plena da vida humana (CASTILHO, 2011).

O período militar subsequente às gestões da Frente do Recife é marcado pela repressão às lutas sociais urbanas e ao término de um relacionamento aparentemente mais dialógico entre Estado e movimentos sociais. Os empreendimentos imobiliários viabilizados pelo BNH, como dito, foram as únicas alternativas oferecidas pelo regime, pelo menos de início, aos excluídos urbanos para que pudessem se integrar à cidade. Tem-se, em decorrência disso, a consolidação de um forte entrave à consolidação do direito à cidade, uma vez que o Estado se mostrava inflexível, e os movimentos aparentemente fragilizados. Mesmo assim, os movimentos de bairro e de luta por habitação do Recife passaram a empreender, sob a proteção da ala progressista da Igreja Católica (que, na época, estava sob o arcebispado de Dom Hélder Câmara), a busca por sua participação no planejamento e gestão do espaço urbano, no intuito de colocarem-se como idealizadores e implementadores, junto ao corpo técnico do Estado, nas políticas públicas urbanas. Esperava-se, dessa forma, tornar o acesso à habitação mais democrático e atender aqueles que sempre ficaram de fora das vias tradicionais de acesso (SANTOS, 2012a).

²⁵ Aliança político-partidária entre os Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No final da década de 1970, a atuação dos movimentos sociais, por meio das ocupações, e a emergência da pobreza urbana se tornou tão relevante que chegou a despertar o interesse das instituições de pesquisas em planejamento urbano locais, dos intelectuais das Universidades e de alguns organismos multilaterais. O Movimento Terras de Ninguém que havia surgido nos morros de Casa Amarela, orquestrando ocupações e envolvendo mais 15 mil famílias, evidenciou o tema das ocupações informais e dos conflitos de direito de propriedade na cena pública. Concomitante a isso, uma agitação intelectual vinha sendo promovida entorno do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, que em 1978 promovia o Seminário de Desenvolvimento e Pobreza Urbana. Na ocasião, foram divulgados os resultados dos estudos promovidos a partir dos Cadastros das áreas pobres da Fundação de Desenvolvimento Metropolitano/Banco Mundial e também foi publicado o livro “Pobreza Urbana” de Milton Santos.

Foi em resposta (e no sentido de conter) a essas pressões que, no fim da década de 1970 e início da década 1980, surgiram os programas mais alternativos ou locais de tratamento da questão habitacional por parte do já abalado regime militar. Os Programas de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), o Programa de Financiamento da Construção e Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM) e o Programa de Erradicação de Sub-habitação (PROMORAR) foram exemplos neste sentido. Em nível local, conquistas efetivas como a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a consequente instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), bem como do Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)²⁶, fortaleceram as lutas por moradia, pois a partir delas é que os movimentos sociais urbanos passaram a efetivamente atuar no ordenamento e nos planejamento e gestão urbanos.

Na década de 1980, mediante o processo de enfraquecimento e término do regime militar, no âmbito nacional, as lutas sociais urbanas enfim adquiriram uma maior amplitude. Com dito, foi no contexto de construção e promulgação da constituição de 1988 que se fortaleceram as lutas sociais por moradia e se desenvolveu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). A luta, agora nacional, por uma cidade mais justa, só veio se materializar em um marco legal em 2001 com a instituição do Estatuto da Cidade. Através

²⁶ A instituição do PREZEIS constituiu-se em um marco na luta dos movimentos sociais urbanos, uma vez que esta conquista foi uma primeira tentativa de solução à questão urbana elaborada junto a partir do povo (com o apoio da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz) a ser aprovada e instituída, antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988. O PREZEIS reconhecia o direito primordial à moradia, estando este direito, algumas vezes, acima das leis do direito à propriedade privada. Ele defendia a permanência das ocupações irregulares, desde que oferecessem condições de serem legalizadas e urbanizadas.

dele, uma série de instrumentos foram instituídos para planejar a cidade de modo a torná-la mais democrática.

As lutas decorrentes desde o período de redemocratização também propunham uma descentralização da política habitacional, indo de frente a uma das principais características do BNH, seu rígido centralismo. Isso foi conquistado, de certa forma. Mas também se lutou muito por um sistema de subsídio forte e pomposo. Houve, em decorrência disso, uma tendência da política urbana não só recifense, mas de todo o Brasil, durante a década de 1990, em promover a construção de parcerias com agências federais e multilaterais de financiamento. Todavia, a Caixa Econômica, herdeira das funções do BNH, mesmo mediante seus programas de parceria como o de Arrendamento Residencial (Par) e o Habitar-Brasil, não conseguiu propor soluções efetivas aos segmentos sociais sem renda fixa ou superior à três salários mínimos, e nem dar conta da diversidade das famílias e dos municípios brasileiros, como aponta Souza (2009).

Foi entendendo esse conjunto de dificuldades que, após a aprovação do Estatuto da Cidade e mediante a criação do Ministério da Cidade (em 2003), houve toda uma mobilização entorno da construção do então Conselho Nacional de Habitação que, por sua vez, instituiu a Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS), a ser gerida pela Caixa Econômica e viabilizada pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Ademais, sobre grande atuação de grandes movimentos de luta por moradia que compunham o Fórum Nacional de Reforma Urbana, tais como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), houve a construção do Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia. Concomitantemente a esses avanços políticos e institucionais, o Ministério da Cidade passou a promover, de maneira participativa, a formulação do então Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), o qual teve sua concretização interrompida com o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida em 2009 (SOUZA, 2009).

Percebe-se claramente, então, que os movimentos sociais urbanos possuem uma trajetória extensa e ainda inconclusa na realidade metropolitana recifense, marcada por uma série de avanços e recuos no sentido da construção de uma cidadania urbana. As lutas protagonizadas por esses movimentos poucas vezes se realizaram mediante a contestação direta do modo capitalista de produção do espaço, ou da consequente urbanização capitalista, mas suas ações sempre estiveram recheadas de temas que reclamavam uma mudança estrutural nas relações de produção até então hegemônicas. Os conflitos de direito de

propriedade e as lutas pela permanência em certos territórios da cidade são exemplos neste sentido. A cidadania objetivada por esses movimentos, portanto, não obscurecia o sentido de classe de suas lutas, mas apenas realçava as mesmas questões sob outros prismas.

2.2.3. *O Recife e os ativismos urbanos de hoje*

Mudanças conjunturais marcaram a década de 1990, tanto no que diz respeito a dinâmica de reprodução do capital, como no contexto das lutas sociais. Hoje, sob a atuação do modelo de produção e reprodução das estruturas econômica, política e ideológico-cultural do capitalismo recente, temos um mundo marcado pelas seguintes características: a) a etapa globalizada do processo de mundialização da economia capitalista; b) a consolidação de um modelo de acumulação flexível (e não mais o rígido fordista, seja em sua vertente liberal, ou em sua vertente keynesiana); c) uma nova divisão internacional do trabalho e a crescente desregulamentação dos ofícios; d) a total aniquilação do espaço pelo tempo por meio dos ajustes espaciais decorrentes da própria geografia da acumulação capitalista; e) a hegemonia dos projetos das corporações supranacionais sobre os territórios (e a mudança do papel do Estado, de interventor para facilitador e salvador do mercado); f) a revolução da informação e a criação do ciber-espaço; g) a desregulamentação financeira dos mercados; h) a inserção radical das diferentes manifestações artísticas (artes plásticas, música, arquitetura, literatura) no mercado da cultura, e a consequente transformação dessas manifestações em práticas do *establishment* (HARVEY, 2009 e 2006).

Todas essas tendências se repercutem no espaço urbano, aumentando o poder de ação do capital. Como afirma Dupas (2005), o capital, nesse modelo de acumulação mais recente, inscreve-se, cada vez mais, num *metajogo* onde suas ações e a dos demais atores da cena global (Estado e sociedade civil) se confundem mutualmente, haja vista a instabilidade das regras. O capital, dessa forma, age de maneira extensiva e não autorizada, mas tem sua ação legitimada pelo Estado e alguns setores sociais, o que nos faz crer numa espécie de inexorabilidade da ordem atual. Neste sentido é que surgem os modelos de governança e os modelos pseudo-participativos, onde o Estado perde o papel de provedor do bem-estar social, e crescem as práticas de responsabilidade social empresarial e a ação das organizações do terceiro setor.

Diante da crise do planejamento e gestão urbanos modernos, surgem novas práticas de intervenção sobre a cidade, desta vez mais flexíveis, pontuais e de curto prazo, mas que não conseguem se desfazer dos princípios que orientavam as práticas de outrora, ou seja, a busca de construção de espaços racionais, interessantes aos negócios e ao desenvolvimento

capitalista. No âmbito do planejamento urbano, como assinala Barbosa (2007), surgem as práticas do urbanismo *décor*, intimamente ligados aos interesses das firmas de *design urbano*. Insurgem, assim, as ações de estetização imagética das paisagens urbanas (o *City Marketing*) como forma de inserir os espaços urbanos no contexto global de competição entre cidades. Exemplo neste sentido em Recife foi o “Projeto Capital”, concluído em 1999. Tratava-se de um plano estratégico elaborado por técnicos locais e internacionais, inspirados no plano estratégico de Barcelona e que aderiu explicitamente e sem restrições a inserção competitiva da cidade na ordem procedente da globalização capitalista.

As práticas de estetização imagética, presente nos planos estratégicos, surgem também para por ordem nas supostas “desordens urbanas” presentes nas cidades de modernização periférica. É por isso que tais práticas sempre se utilizam do discurso da existência de uma cidade desordenada, apresentando-se como (re)construtora da ordem pública. O controle social combinado às práticas de estetização da cidade, nos fala Barbosa (2007, p. 130), tem a intenção “de figurar uma cidade da ordem em oposição à desordem”, fazendo com que o urbanismo *décor* revele sua verdadeira face: “um poderoso instrumento de regulação coercitiva da vida social nas cidades”. As estratégias de afastamento dos indesejáveis, por exemplo, presentes no embelezamento estratégicos das cidades, utilizam-se, em muitos casos, de um processo ideológico-policial que o permite conceber situações de exceção para o controle e repressão do que se entender por desordem. É por isso que os desdobramentos de todo esse processo resulta em gentrificações de territórios na cidade e o uso anômalo de violência para com os “corpos rebeldes”. E é por isso também que a pobreza tem sido tão criminalizada e violentada, assim como as manifestações políticas e culturais que vão de encontro a esse novo modelo de ordenação capitalista das cidades.

Diferente dos planejadores modernos que se declaravam inimigos da diversidade na cidade, pois a considerava caótica e não racional, os planejadores atentos às máximas do pensar e agir pós-modernos buscam a diversidade, o ecletismo, a fragmentação e a colagem. Em resposta a destruição criativa da modernidade, desenvolvem-se práticas que procuram ressuscitar o tecido urbano mais antigo, atribuindo-lhes novos usos e finalidades (HARVEY, 2009). Obedientes a essa tônica foi que surgiram as práticas de *remake* urbano (revitalização, requalificação, reutilização etc.). Tais práticas, aliadas a necessidade de criar uma imagem positiva da cidade, mesmo quando as intervenções incidem apenas em pequenos recortamentos de todo o espaço urbano, tornaram-se os grandes dogmas dos planejamento e gestão urbanos contemporâneos. Foram esses princípios que orientaram a revitalização do bairro do Recife Antigo, por exemplo.

O caráter estrategicamente pontual desse modelo de planejamento tende a desordenar o urbano em vez de ordená-lo. Isso fica muito claro quando, com Milton Santos (2007), reparamos que toda ação estritamente pontual, que não leva em consideração o todo do espaço, acaba fortalecendo os quadros contra os quais se pretendia pugnar²⁷. Uma ação pontual em um recortamento do espaço pode implicar em precariedades em outros recortamentos, assim como o embelezamento de um lugar geralmente esconde formas grotescas e desinteressantes à mentalidade hegemônica. Diante disso é que se pode falar, hoje em dia, de um verdadeiro “des-ordenamento urbano”, pois as estratégias de regulação dos espaços urbanos tendem a torná-lo extremamente fragmentado, possuidor de múltiplos recortamentos, cada um com suas regras e normas de coabitação.

Infelizmente, as lutas sociais não ficaram infensas a esse processo de fragmentação²⁸. A perda da dimensão universal e a especialização da luta é uma das maiores características dos novos ativismos sociais da atualidade brasileira, como aponta Gohn (2008 e 2003). É bom, antes de tudo, notificar que, durante a década de 1990, as lutas sociais por moradia perpassaram por mudanças profundas em seu âmbito organizacional, deixando de ter por base um território da cidade (bairro, favela etc.) e passando a atuar especializadamente em rede, articulando diversas ocupações na cidade (falaremos mais detidamente sobre isso no subitem 2.3.1). A luta por moradia passou a ser protagonizada pelos grandes “movimentos sem-teto” que, em síntese, tratam-se de organizações políticas que tem por fim gerir famílias sem-teto e suas ocupações, fazendo pressão sobre os governos de modo a garantir àquelas famílias a posse da terra, quando não de uma habitação.

Esse novo tipo de luta por moradia já nasce então no contexto de des-ordenamento urbano das cidades inerente a própria dinâmica do capitalismo recente. Da mesma forma, tais lutas também se constituem no âmago da consolidação de um momento de refluxo das lutas sociais de um modo geral. Como afirma Gohn (2000), ainda na década de 1980, os movimentos sociais em todo o Brasil passaram do otimismo à perplexidade, entrando em crise. As mudanças conjunturais que incluíam o desgaste das práticas participativas, o

²⁷ É por isso que, no entender desse autor, “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (*Ibidem*, p. 144), haja vista o contexto capitalista de enorme concentração espacial dos bens e serviços necessários à vida digna em alguns lugares da cidade. Tal concentração faz com que o pobre periférico, por exemplo, seja então condenado duas vezes a pobreza, pelo simples fato de morar longe das benesses urbanas.

²⁸ Os movimentos sociais no Brasil, sobretudo os de luta por moradia, são também atingidos pelo descenso das lutas sociais dos anos 1980 e 1990. Como aponta GOHN (2003), eles também sofrem com a queda do muro de Berlim, com o suposto fim das utopias, com a descrença generalizada na política partidária e a ascensão de valores individualistas. Enfim, como afirmamos no subitem 1.2.2, os movimentos sociais são abalados pela forte fragmentação e descontinuidade do pensar e do agir contemporâneos.

associativismo institucional (surgimento das grandes centrais sindicais e entidades aglutinadoras de movimentos sociais), juntamente com a progressiva decepção com as políticas executadas pelos partidos, a desmobilização do esforço voluntarista de militantes (desencanto pelas causas e paixões) e a “profissionalização” de lideranças que atuam nos movimentos sociais (liberação), criaram uma camada de dirigentes distantes das bases do movimento, incapazes de articular contradições e mobilizar pessoas em torno de um ideal. Assim, enclausurados em verdadeiros “guetos” corporativistas, aproximaram-se muito mais das organizações não-governamentais ou organizações do terceiro setor, atuando na elaboração de pautas e agendas para encontros e seminários.

Esse momento de refluxo das lutas sociais vai se intensificar ainda mais quando da ascensão e consolidação da esquerda no poder institucional, não só no Brasil, como também em toda a América latina²⁹. Gohn (2008) é quem nos fornece uma importante reflexão sobre esta questão ao analisar as novas abordagens teóricas sobre as ações coletivas na América Latina. Ela começa caracterizando a nova e contraditória conjuntura sócio-política desse continente, onde os movimentos sociais possuem mais condições de organização e luta, dado o ambiente político reinante (as esquerdas no poder). Por outro lado, ela admite que esses movimentos acabaram perdendo sua força política junto a população. Gohn afirma que “[...] uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, nesse novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população” (Ibidem, p. 60). Concomitante a esse processo, tem-se um descrédito para com a crítica efetivamente marxista, e a ascensão de um pensar/agir muito mais voltado a ideia de mobilização e participação.

De fato, as engenharias sociais desenvolvidas para a construção e funcionamento de fóruns e conselhos participativos, fez com que os movimentos sociais passassem a nascer e se reproduzir como resultado do processo de mobilização, e não anterior a ele, em contato com

²⁹ Vale uma observação sobre esse ponto de inflexão. O momento de refluxo de que estou falando tem sido percebido, sobretudo, pelas lutas institucionalizadas. Não são todas as lutas sociais que perderam a dimensão universal e nem o sentido de mudança concreta da cotidianidade (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra é um exemplo neste sentido). A propósito, dentro da categoria “novos movimentos sociais”, já é possível se pensar, na América Latina, numa nova sub-categoria (uma novíssima forma de luta) que, mesmo de maneira incipiente, tem recuperado uma práxis mais radical. Em escrito recente, publicado nos anais do último encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XIV ENANPUR), tive a ousadia de cunhar o termo “desordem não-funcional” na tentativa de designar o conjunto de lutas e movimento sociais contemporâneos que compartilham uma dimensão mais universal das transformações sociais. Alguns questionamentos surgidos durante a apresentação deste trabalho fizeram-me repensar tal ideia, de forma a torna-la mais madura. Assim, preferi não utiliza-la neste trabalho. De qualquer forma, o referido texto é SANTOS (2011) e se encontra referenciado na bibliografia.

as demandas populares. O pragmatismo que invadiu o campo da política e os planos de ações do Estado fez com que o tratamento das demandas sociais passasse a se dar de uma maneira multifocal. O sujeito coletivo foi então dividido em múltiplos campos isolados, perdendo a força coletiva. Acabou que a interação com o Estado se tornou a única maneira de lhes atribuir força. A possibilidade de emancipação ficou confinada aos espaços de resistência existentes, fortemente canalizados pelo aparelho de Estado. Não ficou outra alternativa senão o que está posto (*Ibidem*).

Mas o resultado mais pernicioso disso tudo é que o pensamento crítico perdeu totalmente o espaço, já que tudo passou a estar definido, feito e acabado. Se não há crítica, a ordem histórica é naturalizada, o que propicia a criação de um imaginário social e de uma cultura política que enxerga, por exemplo, a pobreza e a desigualdade material como males sociais desencadeados pelos próprios indivíduos afetados. A pobreza, dessa forma, acaba sendo vista como falta de oportunidades ou fracasso pessoal, afinal de contas “os canais e as possibilidades de submeter demandas estão dadas”. Esse modelo que anula o sujeito político e elimina a dimensão política e cultural das práticas sociais tem sido diretriz da grande maioria dos projetos e programas sociais oficiais implementados no Brasil (*Ibidem*).

Um exemplo desse tipo de engessamento da luta social em Recife é quando, por exemplo, ocorre a participação não autônoma de alguns movimentos sem-teto no processo de conquista de moradias. Quase nunca as famílias sem-teto são efetivamente escutadas e as moradias destinadas a elas, geralmente, tem muito mais haver com uma relação de custo, produtividade e rentabilidade política, do que com suas necessidades e desejos. Outro exemplo neste sentido, também, são os conselhos do Orçamento Participativo, que acabaram canalizando e contendo as lutas de base territorial ainda existentes.

Até mesmo o PREZEIS que surgiu como um espaço popular de reivindicação e luta por uma cidade mais justa, acabou se tornando em um espaço extremamente combalido e absorvido aos interesses do Estado. SOUZA (2010b, p. 491), por exemplo, é categórico em sua avaliação sobre o PREZEIS, destacando que ele é hoje “[...] um canal de participação burocratizado, corporativista e domesticado. O seu papel de catalizador de energias de organização popular, se foi importante no passado, hoje não tem mais essa força”.

Ademais, a ausência de uma visão mais universalizante além de congelar a luta social, também tende a cercear o debate sobre o acesso a moradia, fazendo-o ficar a parte do que anda sendo feito no resto da cidade. É por isso que quase nenhum movimento de luta por moradia possui posições concretas à estetização imagética proporcionada pelos planos estratégicos urbanos, mesmo com o grande impacto que eles exercem no acesso a moradia

através do aumento dos preços dos solos urbanos e das habitações, e a consagração da cidade enquanto mercadoria e não como um direito.

É nítido, portanto, que a ausência de um projeto mais universalizante faz com que a maioria dos movimentos sociais da atualidade brasileira só encontre seu sentido de ser mediante sua relação com o Estado. Isso decorre também por conta do vínculo histórico dos movimentos sociais com os partidos políticos. A própria dinâmica da política institucional dos Estados modernos faz com que os movimentos sociais, quando inseridos não autonomamente nesses arranjos, descolem-se de sua base, tornando-se só mais um aparelho burocrático inserido no emaranhado de instituições do Estado, sem o respaldo da população que ele, a priori, representa. Touraine (*apud* GOHN, 2008), de certa forma, desde a década de 1980, já chamava a atenção para a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado como uma grave limitação de sua capacidade de ação coletiva autônoma.

A relação não autônoma com o Estado, governos e partidos políticos, e sua distância em relação a população, é um dos fatores que tem levado os movimentos e lutas por moradia em Recife ao seu engessamento. Não é necessário muito rigor científico, mas apenas uma breve vivência junto a esses grandes movimentos sem-teto para perceber que algumas lideranças não representam mais as famílias que coordenam. “Essas lideranças estão cada vez mais dentro do Estado”, como diria Francisco de Oliveira (*apud* GOHN, 2008), tornando-se burocratas excepcionais, e não mais catalisadores positivos das necessidades do povo. Esse povo, por sua vez, sem uma efetiva representação, tende a se tornar massa de manobra que, passiva as estratégia de seus líderes, vivem a espera de seu “teto”.

Da mesma forma, os conselhos do Orçamento Participativo, assim como os demais fóruns e conselhos hoje tão evidentes na gestão pública, acabam transformando os representantes neles atuantes em excelentes burocratas, na medida em que, mais uma vez, a inserção não autônoma nesses espaços exige dos representantes uma familiarização muito maior com os trâmites burocráticos e pratico-utilitários do funcionamento da máquina governamental, do que com as demandas advindas da base do movimento.

Entretanto, tudo isso não significa que a luta institucional represente um mal a qualquer movimento. Não queremos com essa crítica afirmar que todo movimento social deve, de maneira totalmente anárquica, desencadear mudanças a revelia do Estado e das leis. Como diria Souza (2004, p. 116), não se pode vislumbrar nada totalmente distante do Estado e de suas leis e normas, pois esse possui competências que não podem ser simplesmente ignoradas. Esse mesmo autor, em trabalhos recentes, apresenta-nos a necessidade, por parte dos movimentos sociais da atualidade, em levar a efeito uma postura de constante *vigilância*

crítica, onde o conjunto do movimento possa caminhar apenas em contato direto com as demandas de sua base, fazendo com que a relação com o Estado se torne mais autônoma. No frígir dos ovos, isso significa dizer que a luta institucionalizada e a ação direta devem se tornar complementares, e não mais antagônicas. O movimento atento a essa necessidade atuaria, como afirma o próprio Souza (2010), **com** o Estado (nos momentos oportunos), **a revelia** do Estado (quando não há avanços com ele) e **contra** o Estado (quando ele vai de frente à vontade popular).

A necessidade de agir conforme os princípios supracitados é extremamente importante em Recife, cidade onde os canais pseudo-participativos de gestão urbana se apresentam como a grande conquista dos movimentos sociais urbanos, mas a partir deles e da promiscuidade de algumas das lideranças desses movimentos, tem-se a mais pura forma de controle social e de engessamento das lutas sociais. Diante disso, nada é mais evidente, e ao mesmo tempo necessário, do que a construção de uma nova práxis por parte dos movimentos e lutas sociais urbanas. Cremos que os atuais movimentos de ocupação de espaços públicos nos oferecem pistas neste sentido.

CAPÍTULO 3 – AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A partir dos doze questionários aplicados para essa pesquisa, dos inúmeros questionários e entrevistas aplicados a moradores nos assentamentos do MTST, realizados no âmbito da pesquisa sobre expansão dos espaços de pobreza da RMR (OBSERVATÓRIO PE, 2012) e das mais de vinte conversas informais realizadas, conforme o plano metodológico e atentos à perspectiva delineada no capítulo inicial, chegamos à uma série de resultados que envolvem as práticas espaciais do MTST/PE e a necessária reflexão entorno de sua capacidade de transformação. Para ser direto, definimos, então, que são três os tipos de práticas espaciais empenhadas pelo MTST/PE na RMR: *as territorializações, as ressignificações dos espaços e a construção de redes espaciais*. A partir do estudo de cada uma delas, verificaremos em que sentido o MTST/PE contribui para a transformação do espaço metropolitano. Finalizaremos esta parte evidenciando o que, no nosso entender, constitui-se em limites a serem superados e potencialidades a serem cultivadas pelo movimento, sempre no intuito de contribuir para o seu fortalecimento enquanto agente transformador do espaço urbano.

3.1. O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto de Pernambuco: origem e trajetória

Como afirmamos em Santos (2012b), outras formas de luta insurgiram mais recentemente na realidade urbana brasileira, inaugurando novas estratégias de ações políticas. Trata-se dos movimentos de luta especificamente por moradia, como os movimentos sem-teto ou sem-casa. Mesmo operando com insatisfações circunscritas na esfera da reprodução, esses movimentos passaram a empreender uma nova forma de luta de classe, ocupando espaços nas cidades e construindo suas precárias moradias com madeiras, lonas e restos de materiais de construção. Neste item, versaremos especificamente sobre o surgimento e a trajetória dos movimentos sem-teto, sobretudo do MTST/PE, enfatizando sua história de lutas na RMR.

3.1.1. Alguma coisa mudou na luta por moradia

Até a década de 1990, a grande maioria dos movimentos sociais urbanos reivindicavam uma cidade mais justa de maneira integral, embora as insatisfações procedessem, em sua maioria, das precárias condições de acesso a terra e habitação. Mas a partir dessa década, começaram a surgir movimentos que buscavam realizar uma luta mais específica, pelo equacionamento de problemas urbanos específicos. Assim é que surgiram os movimentos em defesa das crianças de rua, pela saúde, pelas creches, pela casa, pelas ruas etc.

Em Recife, os movimentos sociais urbanos foram fragmentados em diversos outros movimentos de luta específica que operavam a partir de questões mais particulares. Os sem-teto, por exemplo, surgiram em Pernambuco como resultado da fragmentação dos movimentos e associações de bairro, aproveitando a tradição de lutas acumuladas por lideranças desses movimentos, mas expandindo as reivindicações para além dos bairros (SANTOS, 2012b).

A estratégia utilizada passou a ser a ocupação coordenada em diversos lugares da cidade, não se circunscrevendo mais a um bairro ou uma favela, mas a terrenos que não estavam cumprindo sua função social. O modelo de organização coletiva, consequentemente, passou a ser mais hierarquizado, com indivíduos exercendo funções definidas no âmbito da atuação do movimento. Cada movimento passou a se articular em redes intra e interescales, bem como passaram a ocupar posições de destaque em Fóruns populares e Conselhos gestores, espalhando-se para além da ação coletiva direta, em direção à uma relação mais

efetiva com o Estado e com a própria sociedade. Seguindo essa tendência, os movimentos se burocratizaram e passaram a existir em termos ideais, pois se transformaram, na verdade, em grandes organizações, muitas das quais lideradas por agentes externos.

Não é de se estranhar essa mudança na luta por moradia e nos próprios movimentos sociais urbanos, ela seguiu uma tendência maior, ligada às mudanças nos paradigmas da ação coletiva no mundo contemporâneo. Como analisamos no subitem 1.2.2, essas mudanças implicaram no surgimento de novas formas de lutas que enfatizavam pontos mais práticos no âmbito das questões a partir das quais se lutavam. Ou seja, a partir dos anos 1990, os movimentos urbanos abandonaram qualquer tentativa de construção de uma luta por uma transformação estrutural da cidade e assumiram, de uma vez por todas, uma agenda reformista em que se debatiam apenas questões particulares, como a habitação, ou o saneamento, ou a saúde, a educação etc. Nesse percurso, esses movimentos foram rapidamente conquistando espaços institucionais, burocratizaram-se e transformaram-se em grandes organizações sociais, semelhante às organizações não-governamentais.

A propósito, essa semelhança em relação às ONGs não vai se dar apenas no âmbito organizacional, mas também nas estratégias de ações políticas. Como governo Lula, a partir de 2004, os novos movimentos de luta por moradia passaram a estabelecer relações com ONGs na construção de projetos habitacionais mais alternativos, ancorados nas ideias de auto-gestão e auto-construção, no âmbito dos programas habitacionais do Ministério das Cidades (leia-se, os programas de crédito solidário) que possibilitaram a promoção habitacional por parte das comunidades organizadas. Nesses processos, os movimentos agem diretamente em favor da conquista da habitação, por meio das ocupações planejadas, ou *territorializações*, e logo depois acionam seus advogados para conquistar juridicamente os terrenos. O Estado geralmente responde contendo as insatisfações, oferecendo moradias para as famílias ocupantes em outro lugar da cidade, muitas vezes em conjunto habitacionais já construídos. Quando as moradias oferecidas ainda não estão edificadas, recursos são disponibilizados pelos programas habitacionais para que ONGs realizem o projeto urbano-arquitetônico e para que empresas na área de construção civil ou os próprios moradores as construam.

A conquista da moradia é realizada, portanto, através de um processo que envolve diversas práticas, mas que tem na “ocupação” seu ponto inicial. A ocupação, que aqui chamaremos simplesmente de *territorialização*, confere geograficidade a toda atuação do movimento, pois a partir dessa prática, como veremos, toda uma série de outras práticas espaciais são construídas.

No mundo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, essas ocupações se tornaram conhecidas pelas ações dos “Ocupas”, ou “*Squat*” (Figura 03). Tratam-se de mobilizações de cunho libertário que visam ocupar terrenos e edificações abandonadas para, a partir delas, construir uma série de práticas espaciais que, por sua vez, visam constituir uma ambiente democrático e autônomo em relação aos dítames da ordem social, econômica, política e cultural capitalista.



Figura 03: **Edifício ocupado em Barcelona, próximo ao Parc Güell**
Fonte: Wikipedia.org

De maneira diferente, no Brasil, as ocupações são práticas espaciais tradicionalmente levadas a termo pelos sem-terra, no campo, e pelos excluídos urbanos, nas cidades. Elas passaram a ocorrer de maneira sistemática e em contato direto com os espaços institucionais e com as ONGs a partir dos anos 1990. No Recife, os grandes movimentos organizados datam da década de 2000 e as ocupações realizadas pelos movimentos sem-teto têm múltiplas finalidades: algumas têm o objetivo de fixar as famílias no local ocupado; outras, a exemplo da ocupação do Edifício Trianon, no centro do Recife (Figura 04), pouco tem haver com os *squatted buildings* europeus e norte-americanos e são, na verdade, práticas espaciais que procuram se apropriar de certos espaços da cidade para, por meio disso, conquistar um meio específico de reprodução das classes oprimidas, a moradia.



Figura 04: **Ocupação Margarida Alves no antigo edifício Trianon, centro do Recife**
Foto: Otávio Santos, 2010

O MTST/PE, como veremos, surgiu neste sentido. Seu maior objetivo sempre foi o de ocupar para conquistar moradias e, assim, atender às famílias sem-teto. Sua luta, entretanto, sempre se realizou mediante discursos mais abrangentes, onde outras questões referentes a cidade se somaram às discussões sobre o acesso à terra e à moradia, fazendo do movimento uma grande organização de excluídos urbanos, desejantes de uma cidade com maior justiça socioespacial, democrática e sustentável.

3.1.2. Quem são os sem-teto e o MTST/PE?

Nos anos 90 a luta pela moradia popular ganha novas facetas e novos atores. O crescimento da crise econômica leva ao aumento do desemprego e consequentemente ao aumento dos moradores de rua – os sem casa, sem teto. [...] As grandes mobilizações desaparecem [...] Em seu lugar houve a organização e o envolvimento de vastos segmentos populares ligados a projetos e programas habitacionais, públicos ou financiados por ONGs internacionais (GOHN, 2003, p. 139 e 140).

Como Gohn afirma neste trecho e em muitos outros de sua obra, os movimentos sem-teto funcionam como verdadeiros gerenciadores de famílias economicamente muito pobres, organizando mobilizações, ocupações e efetivando todos os processos legais e burocráticos até que essas famílias sejam atendidas por programas habitacionais de interesse social. Os sem-teto, por sua vez, são famílias de baixo ou baixíssimo poder aquisitivo que não possuem condições de adquirir uma moradia pelas vias tradicionais de aquisição, não possuindo um

lugar na cidade e, por isso, vivendo como verdadeiros “migrantes intra-urbanos”. Tais condições, vale frisar, os fazem passar por constantes e profundos processos de redefinição territorial e readequações identitárias, o que, consequentemente, condena-os a possuir enormes dificuldades em desenvolver uma identidade própria e duradoura. É por isso que, como veremos mais adiante, não há por parte deles uma única auto-definição: ora se colocam enquanto trabalhadores, ora como desempregados, ora como “excluídos” etc.

Grosso modo, a categoria “sem-teto” surgiu em decorrência do próprio modelo de modernização capitalista vigente na realidade urbana brasileira. Como vimos, a atuação dos modernos e excludentes planos de organização do espaço das cidades nunca forneceram possibilidades concretas de inclusão para a parcela da população sem trabalho e renda fixa. Por conta disso, desenvolveu-se uma enorme massa de indivíduos que não conseguiram se adequar às regras e normas que caracterizam o espaço urbano capitalista, não atendendo as exigências de acesso à moradia por meio do mercado imobiliário ou das exigências mínimas dos programas habitacionais governamentais.

Os movimentos sem-teto surgiram, então, na tentativa de dar voz ao conjunto de indivíduos que não conseguiam participar da cidade, na perspectiva de contra-argumentar os discursos da modernização excludente e da cidadania burguesa, mostrando o que ninguém queria ver, uma realidade inconveniente. Essa última constatação está clara, por exemplo, no processo de surgimento do MTST em nível nacional. Quando, em 1997, João Pedro Stédile (líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) incitou ocupações em terrenos urbanos baldios em Campinas/SP, rapidamente o governo federal tentou taxá-lo como estimulador de badernas, inclusive tentando mover contra ele um processo judicial (RODRIGUES, 2002).

Em Recife, o MTST surgiu a partir de choques de interesses e objetivos entre lideranças pertencentes a diversos partidos e movimentos sociais que atuavam na ocupação do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no bairro de Santo Antônio, centro do Recife (Figura 05), em 1999. Essa ocupação, por sua vez, foi resultado de uma marcha encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, juntos com outros movimentos sociais urbanos, estudantis, sindicais, além de segmentos progressistas da Igreja Anglicana, compunham o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania.



Figura 05: **Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, antigo prédio do INSS, no centro do Recife**
Foto: Otávio Santos, 2010

Mesmo congregando uma grande quantidade de movimentos sociais e entidades civis, a ocupação do prédio do INSS foi atribuída (sobretudo pela mídia impressa) ao Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (MUST), movimento esse ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e que já vinha atuando em outras ocupações na RMR desde 1996. Foi na ocupação do prédio do INSS, envolvendo cerca de 780 famílias, que ocorreu a cisão entre MUST e o grupo que mais tarde iria fundar o MTST/PE. Esse último grupo de lideranças, muito mais próximas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), afastaram-se da ocupação, opondo-se ao MUST devido a algumas de suas práticas, construindo uma enorme base de debates que, após um encontro realizado na fazenda Normandia, em Caruaru/PE, em Fevereiro de 2000, construíram a bandeira e os princípios do MTST Pernambuco.

Desde a primeira ocupação excepcionalmente coordenada pelo MTST em Recife - a que se iniciou em um terreno da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no bairro da Torre, em 28 de Janeiro de 2000 - até sua consolidação enquanto importante movimento social urbano por meio de suas ocupações (Quadro 03), o MTST cresceu em importância e níveis de articulação, tornando-se o maior movimento sem-teto em atuação na RMR.

Quadro 03: **Ocupações coordenadas pelo MTST/PE até 2013, na RMR**

OCUPAÇÃO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	SITUAÇÃO
Fudão/Campo Grande	Recife	Sem informações	Parte alocada para o Conj. Hab. Zeferino Agra
Água Fria	Recife	Sem informações	Parte alocada para o Conj. Hab. Zeferino Agra
Arruda	Recife	Sem informações	Dispersos na casa de parentes ou recebendo auxílio moradia
Cruz Vermelha	Recife	Sem informações	Dispersos na casa de parentes ou recebendo auxílio moradia
Posto 11	Recife	25	Dispersos na casa de parentes ou recebendo auxílio moradia
Campo Grande/Favela de Plástico	Recife	30	Atuantes no território da ocupação
Vila dos Morcegos/Ponte do Limoeiro	Recife	18	Alocados para Conj. Hab. do Limoeiro
Lagoa da Conquista	Recife	800	Atuantes no território da ocupação
Coliseu	Recife	245	Dispersos na casa de parentes ou recebendo auxílio moradia
15 de Novembro	Paulista	136	Atuantes no território da ocupação, mas prestes a receber o Conj. Habitacional
Rua da Linha/Ponte dos Carvalhos	Cabo de Santo Agostinho	120	Atuantes no território da ocupação
Luís Inácio/Cidade Garapú	Cabo de Santo Agostinho	100	Atuantes no território da ocupação
N. S. do Ó/Terreno da Creche	Ipojuca	600	Dispersos na casa de parentes ou recebendo auxílio moradia

Elaboração: Otávio Santos, 2012;
Nota: destacamos em negrito as ocupações hoje vigentes e politicamente atuantes

Meio através do qual torna possível a insurgência de novos personagens na vida pública, mesmo que apenas em nível local, o MTST/PE ganhou importância e visibilidade política a ponto de ter seus interesses considerados na formulação dos planos de ordenação do

espaço urbano, sobretudo no contexto da administração petista (a partir de 2001). Os inúmeros programas habitacionais hoje vigentes e coordenados pela prefeitura já reconhecem, mesmo que timidamente, a existência de entidades que representam os destituídos do direito de morar. Além disso, esse movimento atua fortemente na formulação dos planos urbanos por meio dos instrumentos participativos hoje existentes graças ao Estatuto da Cidade.

Atualmente, o MTST/PE coordena mais de 40 ocupações na RMR e no interior do Estado de Pernambuco. Cada uma dessas ocupações possui um indivíduo ou um grupo de indivíduos que exerce o papel de coordenadores locais. Esses coordenadores locais, por sua vez, estão submetidos a um grupo que corresponde a coordenação estadual. Bianualmente, essa coordenação estadual é reformulada, nos encontros Estaduais. Nesses encontros, os coordenadores se encontram com as famílias e promovem debates e processos educativos, sempre no intuito de aumentar a coesão do grupo.

Cabe registrar, por fim, que tanto nos encontros estaduais como no cotidiano, o MTST/PE é acompanhado por diversas outras organizações. E essas organizações, por sua vez, muitas vezes prestam um trabalho de assessoria ao movimento, seja em redes de processos educativos ou na construção de planos habitacionais participativos. Nos próximos capítulos, versaremos enfim sobre as práticas espaciais empenhadas por esse movimento, enquanto resultado de nosso trabalho investigativo.

3.2. Sobre as Territorializações

As territorializações, enquanto resultados de relações de poder, são as principais práticas espaciais constituídas pelos sem-teto. Como já antecipamos nos itens anteriores, o que marca os atuais movimentos sociais urbanos é sua capacidade de territorializar certos espaços da cidade como forma de reconstituir esses espaços e a própria cidade, devolvendo-lhes o sentido de *polis*, lugar da atividade política, ou mesmo reivindicando um lugar nela, algo que muitas vezes se materializa mediante a conquista de uma moradia.

Não por acaso, as territorializações são as principais práticas do MTST/PE. Entretanto, na realidade desse movimento, essas territorializações se efetivam de diferentes formas, a partir de diferentes motivações e com diferentes objetivos. A *ocupação* tradicional é a principal delas, mas podemos também destacar as *passeatas*, os *protestos* e as

territorialidades individuais como outros tipos de territorializações desempenhadas pelo MTST/PE.

3.2.1. As Ocupações

As ocupações são as principais e mais elementares práticas espaciais realizadas pelo MTST/PE em sua própria atuação. Grosso modo, tratam-se de ações coordenadas que visam se apropriar de terrenos baldios e edificações abandonadas para a partir dali desencadear um processo de resistência e luta pela conquista da moradia e da autonomia das famílias sem-teto.

O MTST/PE já realizou, em sua trajetória no Estado de Pernambuco, mais de 48 ocupações, muitas das quais ainda hoje vigentes e politicamente atuantes. Em geral, quase todas elas surgiram de um conjunto de ações muito bem arquitetado entre as lideranças e as famílias, como se pode conferir na fala que segue:

Nas ocupações, a gente fazemos um levantamento do terreno, né?! E convidamos as famílias, vamos de porta em porta e explicamos para as famílias qual é o objetivo do movimento, qual é o trabalho que o movimento faz pra conquistar a moradia. E a gente fazemos reuniões, nós temos de oito à dez reuniões. E depois dessas dez reuniões, a gente ocupamos o terreno ou prédio, dependendo do que seja (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

O alto grau de organização e o carácter sistemático das ocupações é o que distingue os próprios movimentos sem-teto dos demais movimentos sociais urbanos ou de luta por moradia. Os motivos que levam a realização de uma ocupação, segundo as lideranças, correspondem quase sempre às demandas populares. Mas o surgimento maior ou menor delas pode se dar também em função de desavindos com alguma postura governamental.

Olhe, por nós, já dissemos isso em vários lugares, nós não achamos nenhuma graça em ocupar, né?! Não achamos nenhuma graça em ver um "mói" de gente na rua gritando por moradia, fazendo paralização, queimando pneu. Nós fazemos juntamente com este coletivo, por falta ou por uma ausência de uma política habitacional no país. Então, a ausência de uma política habitacional é que move as pessoas, as famílias, os sem-teto a se organizarem para fazer o que a gente chama de ocupações (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife).

(Quando interpelada sobre como se organiza uma ocupação...)

Uma ocupação surge de uma conversa entre algumas famílias que estão necessitadas junto com os coordenadores que já tem essa experiência. A gente não ocupa um lugar por ocupar! A gente organiza o espaço por mais de três meses, vê os ônibus. As famílias só sabem que vão ocupar aquele espaço no dia da ocupação. Chegando lá a gente divide os lotes. Cada família pega seu lote que são de tamanhos iguais. Geralmente eles são muito pequenos, devido ao grande número de famílias, mas isso é o que a gente faz. Dali em diante, naquela mesma noite, a gente tira uma coordenação local, né?! Uma coordenação que vai tentar estrutura aquele momento. Hoje a gente não quer passar mais de seis meses numa ocupação, até porque é muito sub-humano, né?! Então a gente tenta ir, fazer o ato, chamar a atenção do município e do governo. Mas enquanto a gente estiver lá, tem suas regras. Temos

coordenadores locais e temos apoios. Então, se tiver portão, nós temos que nos dividir, homens e mulheres, para que se tenha a segurança adequada [...] Nós estipulamos que haja uma contribuição de três reais para que a manutenção daquela ocupação permaneça (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

(A respeito dos critérios utilizados para a escolha dos terrenos e edifícios a serem ocupados...)

Primeiramente, a gente procura terrenos e prédios que não sejam privados, que sejam do governo federal, municipal ou estadual. Mas que não seja de empresas. Por quê? Por que a ideia de ocupar, além de chamar a atenção da sociedade, é também fazer daquilo ali um empreendimento futuro. Então, a primeira coisa é que a gente visualiza aquilo como um empreendimento. O segundo é que a gente não procura ir muito longe de onde as famílias já moravam, tipo em Água Fria a gente pega famílias daqueles bairros vizinhos e aí já visualizava um terreno que estava desocupado há muito tempo. Então a gente não tira aquelas famílias que já tinham ali seus habitat há muito anos. A gente tenta ver terrenos e edificações que estejam próximos. Hoje a gente está até mais ousado, agente está até no centro. Como você sabe, nós ocupamos o Trianon, ocupamos o IBGE, porque a gente acredita que morar no centro é também para famílias de baixa renda, e não só para famílias de classe média. Então é mais ou menos essa linha, essa divisão que a gente tem (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Mais da metade dos entrevistados afirmaram que os motivos que impulsionam o movimento a promover ocupações correspondem, além da própria demanda popular, aos contextos políticos. Neste sentido vale conferir o que disse uma das coordenadoras estaduais:

(Sobre os motivos que impulsionam a realização de ocupações...)

Existe uma falta de diálogo com os municípios. Ora, se você tem um movimento organizado, se tem demanda de famílias precisando de habitacionais e o município não chama esse movimento para conversar, ignora literalmente. Isso impulsiona o movimento a fazer o quê? A ocupar! O movimento não ocupa porque acha bonito, pelo contrário. Muitas vezes a gente está acampado, eu já vivenciei isso por cinco anos, e é sub-humano você não ter um banheiro, né?! Não ter espaço de lazer, não ter energia [...] Então a gente ocupa por conta disso, uma dos principais critérios é esse, a falta de diálogo com os municípios, né?! Se o município tiver um diálogo com o movimento, inscrever essas famílias do movimento e essas famílias forem beneficiadas, não teria o porque de a gente está ocupando, ocupando, né?! Nós faríamos atos, como a gente sempre faz no dia mundial do habitat, atos com o Fórum de Reforma Urbana, nós iríamos continuar fazendo tudo isso. Agora, o acampamento ele se faz necessário por conta disso, porque não há um diálogo com os prefeitos nos municípios e o movimento. O que impulsiona é justamente isso, a falta de habitacionais e a falta de diálogo entre os municípios e o movimento (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Esse caráter político das ocupações caracteriza ainda mais esses espaços como resultado de relações de poder. Na verdade, apenas o fato de haver um grupo de “excluídos” agindo sobre o espaço urbano, já se pressupõe que eles estão travando uma relação de poder com o resto da cidade, pois, como vimos, os demais agentes do espaço urbano tendem a embargar, em sua própria atuação, qualquer ação desempenhada por esses excluídos.

Toda ação dos sem-teto, portanto, mesmo que despreziosa e despida de “intenções transformadoras”, naturalmente consegue fazer frente ao modelo de produção do espaço urbano capitalista, na medida em que territorializa certos espaços como forma de construir sua própria autonomia. Vale destacar que a ocupação é, antes de qualquer coisa, um processo de autonomização, pois, como vimos nos subitens 1.3.4 e 1.3.5, toda territorialização pressupõe um processo de construção da autonomia individual ou coletiva. O espaço urbano, conseqüentemente, é constantemente transformado por esses processos, uma vez que é por diversas vezes fragmentado, via autonomização, e integrado de diferentes formas, via estabelecimento de relações de dependência (movimento-Estado, movimento-sociedade etc.).

Ademais, esse processo de autonomização desempenhada pelos sem-teto é notável diante da forte participação coletiva exercida pelos ocupantes em todo processo de ocupação. Embora hajam hierarquias abertamente declaradas entre as lideranças e as demais famílias, a relação entre as lideranças locais e as famílias não é totalmente assimétrica, assim como a relação entre os líderes estaduais e os locais. Tem-se, portanto, um modelo híbrido de organização política que mescla uma estrutura política hierárquica (semelhante a sindical ou a partidária) com estruturas simétricas, horizontais e auto-gestionárias, configurando um modelo de desenvolvimento territorial onde as relações de poder entre os ocupantes existem no sentido de direcionar as ações coletivas, sem necessidade de coerção e violência, uma vez que quase nunca há a necessidade de manutenção de algum tipo de domínio de um grupo de indivíduos sobre outros. O caráter autônomo das ocupações está claro nas seguintes falas:

(A respeito dos processos decisórios no âmbito da ocupação...)

É um trabalho bem coletivo, né?! Pronto, no caso mesmo que aconteceu no Trianon, que a gente teve que desocupar, né?! E ali veio a coordenação estadual, junto da coordenação local e as famílias, né?! E a gente passa para as famílias qual o motivo de a gente está saindo dali, porque não tem condições da gente ficar ali. Então faz uma avaliação, um levantamento ali e o povo escuta a gente e a gente escuta o povo. Muita gente chega a interrogar, e diz: "E se lá não der certo?!" A gente diz: "Se lá não der certo a gente vai à procura de outro terreno e coloca as pessoas, né?!" Sempre tem aquele trabalho, é tudo no coletivo, e ninguém trabalha individualmente. Até pra tomar uma decisão dentro de nossas ocupações, é no coletivo. O coordenador local, ele não toma decisão só, certo?! Se tiver de tirar algum ocupante que esteja perturbando, traz pra coordenação toda, a coordenação toda conversa, depois a gente leva para o povo, leva para a assembléia, explica a situação, e a assembléia toma a decisão junto com a coordenação (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

(A respeito do movimento e das ocupações...)

Ela tem uma hierarquia, uma hierarquia declarada. Porque? Porque num encontro nosso, nós elegemos uma coordenação estadual. Essa instância de coordenação estadual responde politicamente pelo rumo da organização. Então ela tem uma coordenação. Essa coordenação é composta por ‘coordenadores de área’ né?! Que são os representantes dos trabalhadores. Esses coordenadores de área que formam a coordenação estadual, é este Fórum, esta composição entre coordenadores de área e

estadual... é que dirige a organização politicamente, não é?! Esses coordenadores assumem um papel político na organização: um de articulação política, outro de acompanhar as ocupações, outro fica na frente de massa, outro trabalha a questão da formação política, outro trabalha a questão das mulheres, outro trabalha a questão do fortalecimento da juventude, e por aí vai... Agora, nós usamos essa nomenclatura “coordenação” pra evitar que uma liderança se sobreponha a outra liderança. Então, todas as decisões do movimento, elas são resolvidas na coordenação estadual, ta certo?! Agora, quando o problema é nas ocupações, aí elas são resolvidas nas ocupações. Quando se esgota lá e não se resolve, então se traz pra coordenação estadual (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifos nossos).

(A respeito das reuniões e dos processos decisórios...)

Nós temos reuniões, no começo da ocupação, todas as noites [...] Depois que a ocupação se estrutura, é uma vez por semana com coordenação estadual e a local. E não somos não somos que dá a linha, quem dá a linha é a coordenação local com o apoio da coordenação estadual. E os moradores que não se sentem a vontade com essas normas, eles se colocam e podem ser mudadas. Só que sempre pensando no coletivo (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Devido a certos contextos sociais, por outro lado, algumas ocupações mantêm uma estrutura organizacional mais hierárquica e despótica, como se pode verificar na fala que segue:

A organização tem sim uma hierarquia, porque a gente marca as nossas reuniões, a gente sempre comunica à Marcos. Tem reuniões que ele é necessário, mas também tem reuniões que ele não é necessário, porque ele dá todo o aval de confiança à mim e à Claudivânio. E a hierarquia que existe em nossa ocupação é que o coordenador, ele tem que ser respeitado. [...] A hierarquia que a gente faz é que eles tem um certo respeito pela gente porque somos nós que vamos para a prefeitura. Então tudo, tudo, toda reunião que a gente faz na prefeitura politicamente, nós fazemos nossa reunião também no acampamento de quinze em quinze dias. Não fica nada sem ser passado. A verdade acontece lá na prefeitura, a verdade também acontece na ocupação (Entrevista com coordenador local do MTST/PE em 10/01/2012, em Cabo de Santo Agostinho).

Nesse modelo híbrido de organização política desempenhado pelo MTST/PE, os líderes locais exercem a função de catalizadores do permanente processo de politização das famílias, rumo a construção de sua autonomia. Sua função é, na maioria dos casos, mediar conflitos e convocar todos à participação, organizando as reuniões e os atos políticos. Eles ainda exercem um papel educativo, procurando manter a coesão dentro da ocupação, no sentido de salvaguardar sua autonomia em relação aos dítames da sociedade que a cerca.

Não há um só sujeito no processo de territorialização do MTST/PE, pois todos formam um único corpo coletivo que, em meio a relações de poder, apropriam-se de alguns recortes do espaço urbano. Mas as lideranças exercem um papel mais importante neste sentido, pois é por meio de sua atuação que o processo de ocupação ultrapassa seu objetivo imediato. Devido ao alto grau de precarização, as famílias sempre estão mais interessadas nos ganhos materiais de curto prazo, como a posse da terra ou da moradia. De maneira diferente, a ação das

lideranças sempre se direcionam à superação desse sentido imediato da ocupação, consolidando seu caráter mais político e transformador, o de construção da autonomia das famílias pobres. Isso está muito claro na seguinte fala:

(Quando interpelado sobre o papel do movimento para as famílias...)

Acho que é a reflexão né?! A reflexão política da ausência de um projeto habitacional. Eu acho que a gente traz uma luz lá no fim do túnel para a elevação da auto-estima, porque as famílias com que o MTST trabalha... são famílias que os partidos políticos não querem, as igrejas não querem, porque só dão trabalho, pois são pessoas que tem as vezes sua identidade perdida, sua auto-estima lá em baixo e que a sociedade rejeita. Então, nós temos uma responsabilidade danada de trabalhar esse itens com essas famílias. Isso é muito trabalhoso. Não é fácil! Então o MTST consegue, com esta bandeira, fazer com que as famílias olhem nelas a luz que está no fim do túnel. E através dessa bandeira, ressuscitar nela a auto-estima, o sonho, o desejo de conseguir essa moradia. A vontade de se conseguir esse direito. Evidentemente que a gente incuti na cabeça das pessoas, no debate político, de que agente não quer apenas a moradia, agente quer a moradia, a gente quer a diversão, a gente quer o lazer, a gente quer a comida boa, o trabalho [...] (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifos nosso).

Portanto, embora uma ocupação signifique, a priori, uma ação que visa simplesmente obter ganhos materiais, como uma moradia, trata-se também de uma prática política, fundamentada em relações de poder, direcionada pelos coordenadores, e que visa estabelecer um novo modelo de organização social e política que, muitas vezes, consegue fazer frente ao modelo capitalista, até porque geralmente se sobrepõem ao regime hegemônico de propriedade, instaurando outros tipos de direito de propriedade e, conseqüentemente, construindo a liberdade e a autonomia das famílias sem-teto.

Cabe ainda registrar as especificidades das ocupações frente a forma espacial apropriada. Como se pode perceber, os sem-teto territorializam tanto terrenos urbanos baldios, como edificações abandonadas. Para cada um desses tipos de espaço apropriado há diferentes conformações políticas, diferentes desafios à conquista da moradia e diferentes processos educativos e de luta. As ocupações que se dão em edifícios abandonados, por exemplo, geralmente intentam para a construção de moradias no próprio edifício, já as ocupações em terrenos urbanos geralmente ocorrem como forma de regatear moradias, independente do local.

Ocupações como a “segunda de Campo Grande” (Figura 06), ou as de “Rua da Linha” buscaram explicitamente a conquista de moradias em outro lugar. Já a do “Trianon” tinha o objetivo de construir as moradias na própria edificação. Entretanto, ocupações de prédios como a do “Posto 11” (Figura 07) não buscavam moradias na mesma edificação, mas em outro lugar. Outras exceções são os casos das ocupações de “Lagoa da Conquista (Figura 08)”

e a “Luís Inácio” (Figura 09) que mesmo sendo em terrenos, elas buscam a construção de moradia no local onde as famílias se encontram.



Figura 06: **Entrada da segunda Ocupação Campo Grande, mais conhecida como “Favela de Plástico”**
Foto: Otávio Santos, 2013



Figura 07: **Ocupação “Posto 11”, na zona norte do Recife**
Foto: Otávio Santos, 2010



Figura 08: Esgoto à céu aberto na ocupação Lagoa da Conquista, zona sul do Recife
Foto: Otávio Santos, 2010



Figura 09: Ocupação Luís Inácio, no município do Cabo de Santo Agostinho
Foto: Otávio Santos, 2013

Cada ocupação, portanto, possui suas especificidades, não seguindo rigidamente certos objetivo ou regras de funcionamento. O que elas mais possuem em comum é a diversidade. Nas falas que seguem, onde se pode constatar o processo de formação e consolidação de

algumas das principais ocupações, é possível verificar as semelhanças e diferenças entre os processos de formação, a estrutura e a dinâmica de cada ocupação:

(Sobre a primeira ocupação de Campo Grande...)

[...] A ocupação mesmo de Campo Grande foi um trabalho básico assim né entre as famílias que não tem renda, muitas moram em áreas de risco né, como barreira, alagamento, porque aqui na área de Recife nem todo mundo sabe, mas temos áreas de risco, área de alagamento, e a gente fomos buscar e fizemos a ocupação de Fundão e a de Campo Grande né?! E ali, eu digo assim as vezes quando estou em reunião, agente diz assim foi como uma brincadeira né, como uma brincadeira de criança, vamos fazer, vamos ver se dá certo e graças a Deus estamos aqui hoje né?! Tivemos tristeza, tivemos conquista né?! Mas a ocupação aconteceu. Foi um pouco difícil na noite da ocupação né, no dia 22 de Junho de 2002, a de Campo Grande né, e a gente saímos de Fundão, que já tinha a ocupação de Fundão, agente saímos de Fundão pra Campo Grande. E ali quando a gente chegamos juntos do Arruda, a gente topamos com a polícia, e a polícia parou nosso caminhão, porque a gente ia com o caminhão cheio de madeira, aquelas coisas, que as famílias ansiosas pra ter seu lugar ai juntava aquelas madeiras e o caminhão ia muito cheio. E eu como sempre muito afoita, eu sempre ia em cima do caminhão. E a polícia parou né, e disse ‘ó vocês vão pra onde’, e a gente ‘não a gente vai brincar de fogueira’. E ali a gente brincando com o policial, a gente fomos pra Campo Grande, ocupamos o terreno e no dia seguinte tivemos repressão né. O dono do terreno mandou pistoleiros pra oprimir a gente e ali a gente passou uns três meses mais ou menos sendo perseguidos por aqueles pistoleiros, oferecendo dinheiro e não foi pouco, foi dinheiro pra que a gente desocupasse o terreno né?! E o terreno ainda hoje, até hoje ele está desocupado. Hoje é moradia pra boi, pra porco né, hoje ainda se encontra desocupado [...] Quando a gente ocupamos, ele estava com seis anos e seis meses de pendencia com a prefeitura, mas é como diz aquele ditado, por debaixo dos panos o dono foi e regularizou tudinho. Foi quando João Paulo chegou, ele assinou o contrato né, com a gente que dentro de um ano e três meses ele daria nossas casas né, e até hoje a gente esperamos né?! Não foi cumprido, e a gente esperamos. Mas, graças a Deus, o movimento com a força que, graças a Deus, ele tem, muita gente de Água Fria e de Fundão hoje vai ter a sua casa, esse ano que vem agora eles vão pra suas casinhas não (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

(Sobre a ocupação de Água Fria...)

A de Água Fria é... a gente tinha aquele pátio, o pátio da feira, o João Paulo foi e botou os feirante pra lá. Tirou os feirantes de onde eles eram ali no centro de Água Fria e se você passa e fizer uma entrevista com cada feirante daquele ele vai dizer a você. Tirou os feirantes da área que era e jogou dentro do pátio, quando chegou lá não dava cliente, não dava ninguém pra comprar nada. E o povo voltou pra feira de novo, hoje eles se encontram na feira de novo, no mesmo local que eram, não totalmente no mesmo local, mas ocupou um bom espaço né, e a gente viu aquilo ali abandonado né, jogado à sorte. E ali o finado colega da gente, ele chegou e disse ‘olha tem um espaço pra ocupar, é da prefeitura e nós vamos ocupar’. E a gente ocupamos, fizemos aquela ocupação, aonde veio a conquista do Zeferino Agra né, com parece se eu não me engano é 265 apartamentos. Mas aí já veio a traição novamente da prefeitura com João da Costa. Porque assim, a gente trabalha com a sociedade, todo o tipo a gente temos né, temos gente de bem, temos noiado, todo tipo de gente entra. E ali a gente fizemos aquela seleção né, fulano não tem condição de habitar naquele local porque é um local de mais ou menos uma sociedade mais ou menos, e assim mesmo a prefeitura foi por debaixo dos panos, de madrugada, saiu pegando o povo que tinha cadastramento e botou dentro do prédio. E mais uma vez tem gente que ainda hoje vive doente por causa disso, uma parceira nossa faleceu de desgosto né, por causa dessa perda, Dona Rosa. Dona Rosa ela faleceu por causa do desgosto, porque ela já tinha comprado a grade e tudo pra botar no seu apartamento, cerâmica, tinha se empenhado né, porque tinha recebido até a chave simbólica né,

que nem a filha dela que hoje tem foto, tudo isso, tinha recebido a chave simbólica pra ir para o apartamento. Quando foi no dia da entrega do seu apartamento, João da Costa usou seu povo e foi buscar o povo em casa, hoje vive lá muita gente, muita gente já vendeu o apartamento, porque é um transtorno, muita gente que não deveria estar lá, está lá, fez um inferno, um tráfico de droga lá, e está lá a confusão hoje, né?! Pronto (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

(Sobre a ocupação Luís Inácio...)

A ocupação surgiu na necessidade por moradia. O Cabo tem crescido bastante. Nós do movimento estamos analisando o Cabo em questão há oito anos atrás. A gente já estava sabendo como o Cabo iria crescer tanto. Tanto do desenvolvimento econômico, como a contrapartida do Porto de Suape. Então a gente já estava imaginando a demanda de pessoas vindas de fora para o Cabo [...] O déficit habitacional do Cabo, que ele ia crescer, sem ter moradia e sem ter onde colocar tantas pessoas do município, como as pessoas que viessem de fora. Então como a gente viu que, quando o crescimento econômico apareceu aqui no Cabo de Santo Agostinho, a gente viu que os aluguéis começaram a crescer desordenadamente. O aluguel começou a crescer e várias pessoas começaram a ter a necessidade de ter moradia, porque a gente luta por moradia para as pessoas de zero à três salários mínimos [...] o Cabo está praticamente estufado, sem ter a abrangência de pra onde o pessoal que vem de fora e os que residem aqui [...] Então, quando a gente fez essa ocupação, a gente pensou em tudo isso, né?! No déficit habitacional, no crescimento econômico do Cabo, no crescimento por habitação. Então, o que é que a gente fez? A gente começou a mapear alguns terrenos, tanto da União, como do município. Para a gente ocupar esse terreno aí, foi um pouco difícil, porque é uma área verde, é uma área que pertence a prefeitura, e a gente não poderia ter ocupado [...] Primeiro, fizemos uma estratégia de "pré-ocupação" ao qual a gente entrou de madrugada, colocamos a bandeira. Mas quando foi sete horas da manhã o pessoal do meio ambiente, o pessoal da prefeitura vieram, tiveram que me levar à delegacia para eu prestar depoimento [...] Com essa pré-ocupação que a gente fez, com umas dez pessoas, a gente ficou sabendo que o terreno era da prefeitura [...]Então, foi quando a gente começou novamente a montar uma estratégia para a gente fazer essa grande ocupação [...] O que é que a gente fez? Fizemos reunião com o nosso pessoal, porque nós temos dois mil cento e trinta e oito filiados ao nosso movimento [...] Então a gente montou uma estratégia com esse pessoal, como dois mil e poucas pessoas, pra gente fazer uma reocupação. E o que foi que aconteceu? Quando foi no dia três de maio, a gente montou um pessoal nosso e viemos ocupar o terreno. No momento que a gente veio ocupar o terreno, ocupamos o terreno com cinquenta pessoas, porque a gente marcou uma estratégia de ocupar de madrugada com plástico e madeira. Então a gente deu um tempo, porque menos de uma hora eles deveriam fazer o barraco e ficarem dentro [...] Depois que a gente fez a ocupação, veio novamente o pessoal da tropa de choque, veio o pessoal do meio ambiente, veio também o comando [...] Então, quando o comando veio, eles olharam para mim e disseram: "Você de novo? Tem quinze dias que você estava aqui. Você está aqui de novo? E quantas pessoas têm aí"? Eu disse: "Olhe, deve ter umas cem pessoas"! Porque a gente ocupou com cinquenta, mas foi crescendo devido a madrugada, vieram pessoas da "Linha", da Charneca, de Ponte dos Carvalhos, de Pontezinha, pessoas que moram em beira de maré, pessoas que tem a desapropriação por causa do VLT, o pessoal da CSU, porque a gente tem também um acampamento por trás da CSU. Então, todo esse pessoal a gente pegou pra fazer essa ocupação. A ocupação foi crescendo, foi crescendo... E tem mais duzentos e três famílias ocupando isso aí, no qual a gente sempre faz nossas reuniões, informamos que não pode cortar árvores. Quando a gente fez a ocupação, tinha muitas árvores. Então, uma das primeiras coisas que a gente fez na ocupação foi ensinar o pessoal a respeitar o meio ambiente (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 10/01/2012, em Cabo de Santo Agostinho).

Por fim, é importante também destacar o conflito terminológico que há entre as palavras ocupação e invasão. Estes termos, como observou Souza (2011), buscam designar a mesma prática espacial, porém o primeiro é mais utilizado entre os defensores da agenda da reforma urbana que, por sua vez, reconhecem a legitimidade da apropriação de certos espaços, por parte dos excluídos urbanos, como forma de conquistar o direito à cidade. O termo invasão, por seu turno, possui uma conotação muito mais conservadora, pois geralmente tende a associar o processo de territorialização do espaço urbano com a violenta atitude de um invasor, que se apropria do que é de propriedade alheia.

3.2.2. *Passeatas e protestos*

Outra importante prática espacial desempenhada pelo MTST/PE são as passeatas e protestos que vez ou outra atraem a atenção da opinião pública. As passeatas são caminhadas coletivas coordenadas que ocorrem pelos espaços públicos no intuito de chamar a atenção da sociedade para a bandeira e para os princípios que fundamentam o movimento, bem como para os problemas os quais o movimento procura combater. Já os protestos podem ser caminhadas ou a simples aglomeração de pessoas em espaços públicos, onde se entoam palavras de ordem que visam se opor a alguma situação socioeconômica e política desfavorável.

Embora as duas práticas se confundam, muitas vezes adquirindo o mesmo significado, as passeatas geralmente são mais “pacíficas” e possuem uma certa periodicidade. Os protestos ocorrem apenas diante de um contexto socioeconômico desfavorável e costumam ser mais contundentes. O que ambas possuem em comum é o fato de se tratarem de territorializações fluidas, apropriações do espaço urbano que se fazem, desfazem e refazem continuamente durante um dado período de tempo.

Em uma passeata ou em um protesto, os sem-teto apropriam-se de certos espaços, desterritorializam e reterritorializam esses espaços de maneira dinâmica. Esse território fluido e muitas vezes caminhante se fundamenta, como toda prática territorial, em relações de poder. O espaço ocupado por uma passeata ou por um protesto se estabelece a partir de um conflito em relação ao resto da cidade, conflito esse que envolve o papel dos espaços públicos e a necessidade de manifestar o descontentamento frente aos desmandos do poder econômico e do político. Esse tipo de territorialização, conseqüentemente, envolve também questões imateriais, pois na medida em que realça o caráter político dos espaços públicos, tal prática também promove sua ressignificação frente ao sentido atribuído pelo modelo capitalista de

produção do espaço. Contudo, não iremos progredir nessa última discussão, pois versaremos sobre ela de maneira mais detida no subitem 3.2.1.

Por ora, o que nos interessa é perceber que os sem-teto do MTST/PE lançam mão desse tipo de prática espacial em sua atuação no espaço metropolitano. A importância e as características dessas práticas podem ser constatadas a partir das seguintes falas:

(A respeito dos protestos...)

[..] acontece dependendo da resposta do ministério, da justiça, da prefeitura, dependendo da resposta deles. Se a gente vamos as vezes em coordenações para a prefeitura buscar uma resposta para o nosso povo que está dentro de uma ocupação e não temos, as vezes vamos para o ministério e não temos, vamos para o governo e não temos de maneira nenhuma. Então a gente chega para o nosso povo, a gente deixa disponível para o nosso povo para o que eles querem fazer. Se eles chegarem e disserem: "Ó, agente vai parar a BR"! Eles correm atrás de pneu, eles trabalham coletivamente com o movimento. A gente não obriga ninguém à fazer nada, é tudo no coletivamente, né?! Como a gente teve a parada na Conde da Boa Vista, antes da gente ocupar na frente da prefeitura, a gente chegou para o povo e disse: "Ó, não tem resposta do prefeito João da Costa, o que é que vamos fazer?". "Não, a gente vamos para a Conde da Boa Vista"! "Mas a gente vai para a Conde da Boa Vista como e com o quê"? Quando a gente diz assim, "como e com o quê", de repente chega uma carreta cheia de pneu enquanto a gente ainda estava na reunião... Já tinha saído outro pra agir. Então, tudo é no coletivamente (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

3.2.3. *Os territórios individuais*

Outro tipo de territorialização realizada pelo MTST/PE e pelos sem-teto em geral são as territorialidades individuais que são constituídas cotidianamente. A esse respeito é bom desde já esclarecer que a espacialização da vida cotidiana dos sem-teto reflete, antes de tudo, sua condição social. Portanto, com exceção dos momentos de luta, quando os indivíduos se somam ao corpo coletivo e promovem práticas comuns, os sem-teto são iguais a quaisquer outros indivíduos socioeconomicamente pobres em seu dia-dia no espaço urbano. Ou seja, eles também constroem, habitam, trabalham, solidarizam, hostilizam e anseiam o consumo.

A condição de sem-teto não é diferente da de qualquer outra pessoa embebida no mundo contemporâneo. Mesmo sem o profundo conhecimento da atual realidade histórica, esses indivíduos também sofrem com o fim das utopias, com o atual estágio de mundialização do modo de produção capitalista, com a fluidificação das relações humanas, com a precarização das relações de trabalho, com o vertiginoso aumento do consumo etc. Na verdade, são filhos desse momento histórico, pois, como vimos, eles são um produto contraditório do desenvolvimento econômico no âmbito do processo de modernização capitalista periférica.

Entretanto, quando estão ocupando um espaço, cada sem-teto do MTST/PE tem seu território de vida entremeado ao território da ocupação. Em seu dia-dia, os sem-teto estabelecem relações de autonomia ou dependência com o resto da cidade e com os demais integrantes do território da ocupação, formando seus territórios individuais. Assim, cada ocupação se dispõe em um acordo mútuo entre os sem-teto e a cúpula maior do movimento, sendo que cada ocupante possui seu próprio espaço, o barraco (quando se trata de ocupações de terrenos urbanos) ou cômodo (quando o espaço ocupado é um edifício). Esse território individual no interior da ocupação é onde eles executam suas atividades mais íntimas e onde as regras e normas de convivência são determinadas no âmbito familiar. Fora desses espaços, as regras e normas de coabitação são definidas pelo conjunto da ocupação e do movimento. As ocupações se constituem, conseqüentemente, em um arranjo de territórios individuais que se estabelecem em uma relação de dependência entre si e de autonomia frente ao espaço urbano.

Os coordenadores locais que, em sua grande maioria, possuem um papel catalizador no processo de politização dos ocupantes, encontra o limite de sua atuação nos territórios individuais, pois as regras e normas de convivência familiar geralmente são respeitadas. Poucas são as vezes em que os coordenadores locais e o movimento intervêm na vida familiar, o que nos leva a crer que o território da ocupação possui uma estrutura interna muito determinada, onde os espaços coletivos e os espaços privados são bem definidos. Isso está bastante evidente na seguinte fala:

Eu trabalho junto com os coordenadores lá dentro. Eu sou pau pra toda obra. Eu sei como fazer, como trazer, como administrar uma ocupação [...] Você não pode mandar na porta dos outros pra dentro. Você só manda na porta dos outros pra fora. E eu sempre digo aos coordenadores que trabalham comigo, ‘ó, esse é o quadrado da ocupação, nós temos quatrocentos barracos, a gente manda na via, mas da porta pra dentro quem manda são eles’ [...] Pra eu entrar, eu só entro se você me permitir. Eu não posso chegar e ‘emburacar’ não (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (grifos nossos).

Nitidamente delimitados, os territórios individuais fazem limite com os espaços coletivos que são, em sua maioria, de usufruto de todos para os momentos de reunião ou mesmo para atividades educativas e lúdicas, como se pode ver na fala que segue:

(A respeito da existência de espaços para convívio coletivo nas ocupações...)

Temos né! Temos os espaços que ele é coberto. No caso assim, você chega como um voluntário, você chega e diz: Olha Cláudia, nós estamos aqui com dois caldeirões de sopa, temos pão, queremos distribuir, não de porta em porta. E a gente temos aqui local, chega voluntário pra querer dar aula, porque tem muita gente dentro que é analfabeto. E a gente temos a área coberta, sempre a gente deixamos o espaço, não tão grande, mas temos pra fazer nossas reuniões, dar aulas, tem aula de bordado, aula de crochê. Então, sempre a gente temos que ocupar as nossas famílias, nesse convívio assim, no local, né?! Em junho agora eu estava no Cabo e a gente

fizemos lá o dia dos namorados, né?! Porque é raro você ver comemorar no local se não for você e seu namorado ou você e sua namorada, né?! E a gente fizemos o dia dos namorados né, e foi muito gostoso naquela areazinha assim fechado. Tivemos político lá, porque era eleição. Tivemos político, tivemos ajuda. Mas nós sempre temos. A única ocupação que a gente não temos e se você chegar lá agora e for procurar é a ocupação de Campo Grande, porque como são três movimentos, o espaço ficou pequeno, né?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife) (grifos nossos).

A organização territorial de uma ocupação, por fim, é causa de conflitos entre os ocupantes. Desde o momento inicial da ocupação é instaurado um conflito permanente pela definição dos limites para a construção dos barracos (quando se tratam de ocupações de terrenos urbanos) ou pela definição dos cômodos a serem ocupados pelas famílias (quando o espaço ocupado é um edifício). Esse conflito é continuamente refreado pelos coordenadores locais e pelo movimento que procuram sempre a negociação. Contudo, vez ou outra, esses conflitos se sobrepõem a capacidade de regulação do movimento e evoluem para disputas individuais generalizadas, onde a coesão do território da ocupação é posta em risco. Nesses casos, ou o movimento intervém de maneira mais rígida, ou alguns moradores se retiram da ocupação por conta própria, muitas vezes vendendo suas moradias provisórias.

3.3. Sobre as demais práticas espaciais

Como já antecipamos no início desta parte, além das territorializações, outras importantes práticas espaciais fazem parte da realidade do MTST/PE, as ressignificações dos espaços e construção de redes socioespaciais. A primeira se dá concomitante ao processo de territorialização, funcionando como uma espécie de complemento desta última prática. Já a segunda se dá pela constituição da extensa rede de solidariedade que o movimento tece em sua própria atuação. Veremos detalhadamente cada uma.

3.3.1. *Ressignificações dos espaços*

Depois das territorializações, a ressignificação do espaço é a mais importante prática desempenhada pelo MTST/PE em sua atuação na RMR. Trata-se, em outras palavras, do processo através do qual os sem-teto conseguem atribuir novos significados, novos valores e novos usos a certos espaços da cidade.

Tal prática ocorre, muitas vezes, como justificativa para a prática da ocupação. Era comum, no início da atuação do movimento, seus integrantes justificarem as ocupações sob o

argumento de que por meio daquilo se estaria pondo fim a lugares que antes só serviam para a prostituição e para o tráfico de drogas. Na verdade, as ocupações sempre se justificaram mediante esse processo de ressignificação, onde os sem-teto exerciam o papel de civilizadores dos território ingovernáveis da cidade, substituindo os terreis incultos por eventuais bairros populares. Entretanto, nunca foi essa a imagem que os meios de comunicação de massa passaram para o conjunto da sociedade. De maneira diferente, as ocupações sempre foram tidas como atos de vandalismo e os sem-teto como invasores da propriedade alheia.

Vale lembrar que os principais veículos de comunicação da RMR são de propriedade de grandes empresários do campo da construção civil e também grandes proprietários de terra. Por isso, nunca esteve entre seus interesses produzir uma imagem fidedigna da realidade dos sem-teto. Pretensamente, esses agentes do espaço urbano sempre propagaram seus interesses como os melhores para o conjunto da cidade³⁰, criminalizando os excluídos e legitimando seus projetos para a cidade.

Na prática da ressignificação dos espaços é que se percebe mais nitidamente o caráter de classe da luta dos sem-teto. Sempre houve uma luta ideológica muito forte entre a visão burguesa das ocupações e da cidade e a visão dos excluídos. Nas ocupações e nos protestos, os sem-teto também ressignificam o papel de muitos outros espaços da cidade. O principal espaço ressignificado talvez seja o dos terrenos urbanos ou da propriedade privada. Ao ocupar, os sem-teto realçam a necessária função social desses terrenos, demonstrando que não basta ter o título de posse para dispor como quiser, pois é necessário usa-los para fins socioeconômicos:

Outro espaço fortemente ressignificado são os logradouros públicos, como as ruas e praças públicas. Nas ocupações e nos protestos, os sem-teto resgatam o sentido principal desses lugares, que é o de reunir os cidadãos para a atividade política. Note-se que, como destacamos em itens anteriores, os excluídos urbanos possuem a capacidade de reaver o sentido de polis das cidades, indo de frente a noção de espaço apenas à acumulação do capital imposta pelo modo de produção capitalista. Assim, portanto, os sem-teto também conseguem repolitizar os espaços públicos, na medida em que os territorializam.

Neste mesmo sentido, eles não ressignificam apenas os espaços públicos, mas também a própria cidade, uma vez que possuem representações bastante diferentes daquelas sustentadas pelos demais agentes do espaço urbano:

³⁰ Aqui cabe enfatizar mais uma vez a atualidade do pensamento de Marx, pois desde o século XIX esse pensador já conseguia perceber a capacidade que as classes dirigentes possuíam em gerar consensos e impor sua visão de mundo para o conjunto da sociedade. Gramsci, mais tarde, trouxe mais uma importante reflexão neste sentido com a ideia de hegemonia.

(Quando interpelada sobre o que é uma cidade...)

A cidade pra mim é... Ela precisa mais de atenção! Voltada mais para o povo, né?! Porque a cidade hoje é mais voltada para político, empresário. Pronto, se você sair hoje à noite você vai ver muita gente drogada no centro da cidade. A cidade vira um cemitério vivo. Muita gente não tem onde morar, não tem como sobreviver [...] É um cemitério vivo. E as vezes quando passo à noite, eu digo que a cidade é um cemitério vivo (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

Na verdade, os sem-teto não ressignificam apenas os espaços, mas também tudo o que entremeiam sua atuação. Assim, as relações de poder são ressignificadas, a política é ressignificada, a ação coletiva etc. Do mesmo modo, o papel do Estado é reformulado. Ao exigir o direito de morar, os sem-teto buscam resgatar o sentido de provedor do bem-estar social que havia sido obliterado das funções do Estado, em função da vigente hegemonia da agenda neoliberal.

O papel e a idealização das políticas públicas são igualmente reformuladas, pois os sem-teto estão continuamente buscando sua participação na formulação das políticas públicas, bem como sua participação na implementação e fiscalização dessas políticas. Por fim, quase tudo que envolve a atuação dos sem-teto e do MTST/PE é constantemente ressignificado, o que prova o caráter transformador desse segmento e desse movimento sociais.

3.3.2. *Redes socioespaciais e processos educativos*

As ocupações e o próprio movimento não atuam sozinhos, ou de maneira isolada. Eles tecem frequentemente uma vasta rede de cooperação entre as próprias ocupações, o movimento e muito outros coletivos organizados situados na mesma ou em outras escalas. Essa rede de cooperação, que chamaremos aqui de redes socioespaciais, efetiva-se com vistas a aumentar a eficácia das práticas do movimento, bem como as possibilidades de conquista das moradias para as famílias.

Há, assim, um primeiro nível dessas redes, que é aquele estabelecido entre as ocupações. Nenhuma ocupação está isolada, pois cada uma sempre mantém uma relação de ajuda mútua com as outras, envolvendo, sobretudo, um trabalho educativo para as lideranças locais, conforme a fala abaixo:

Nós temos a coordenação estadual que trabalha pra fazer o levantamento das famílias né, isso nós já temos o terreno né. E temos também a coordenação local, que trabalha diariamente, vinte e quatro horas no ar. E a gente exige que nosso coordenador more dentro da ocupação, pra estar por dentro de todo o trabalho, dentro da ocupação. Por que eu vivo na minha casa né, eu como coordenadora estadual, eu vou lá e passo lá dois a três meses, ajudo o coordenador local, quando eu vejo que está adequado pra trabalhar com aquelas famílias, eu saí, volto pra minha casa e vou pra outra ocupação. Então, que nem mesmo na ocupação de Campo Grande, nós temos Cristiane e o esposo dela que trabalha com nosso

movimento lá, né?! Passei lá três meses e quinze dias trabalhando com ela, dizendo à ela como poderia ser o processo, tudinho, como trabalhar tudinho, como trabalhar com as famílias. Não querer se envolver demais, porque tem gente que acha que ser coordenador é ser uma autoridade né, e não é isso, ser coordenador é ser parceiro, é ser amigo, é ser companheiro da família e dividir os problemas, tanto pessoal como problemas de toda maneira. E eu passei três meses lá, e quando eu saí de lá, eu fui pro Cabo, porque a gente tinha feito uma ocupação no Cabo recente, vai fazer um ano, e eu passei no Cabo, dois meses lá no Cabo, trabalhei com Claudivânio e com a Ana e depois eu saí de lá e estou indo pra Petrolina (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 29/12/2012, em Recife).

Outro nível desse permanente processo de construção de redes socioespaciais se dá entre as ocupações e o movimento. Os encontros bianuais, assim como os projetos educativos do movimento são sempre construídos com vistas a solidificar a coesão de todo o movimento, bem como propiciar um ambiente de permanente formação e amadurecimento político das lideranças, das famílias e de toda a rede socioespacial.

(Sobre os encontros estaduais...)

As nossas reuniões são pra fazer, primeiro, uma avaliação pra saber como é que foi todas as nossas atividades, nossos atos, né?! É mais pra isso, e avaliar, né?! Olhar um para o outro, olhar para a nossas ocupações, olhar para os empreendimentos, dizer: "avancamos onde? Erramos onde? Vamos começar de novo ou vamos dar continuidade?". Então é nos avaliar! Depois é para montar nossos próximos passos. Nos organizar para daqui a dois anos, como é que a gente vai agir? Então é montar o nosso cronograma realmente de atividades, de cursos, de palestras. E, por fim, é a nossa eleição de coordenação estadual, né?! A gente elege a cada dois anos a nova coordenação estadual. E dentro desse momento, dessa avaliação, desse planejamento e da eleição, a gente trabalha com políticos, a gente trabalha com a questão de gênero etc. A gente tenta fazer desse encontro estadual um encontro de formação, até porque são pessoas novas que estão entrando no movimento [...] A gente faz também uma análise de conjuntura, para ficar sabendo com é que está a política o Brasil. Nosso encontro é realmente para a gente se avaliar, nos formar, nos preparar para o futuro e a nossa eleição de coordenação (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE em 09/01/2013, em Recife).

Ainda há um outro nível dessas redes que é aquele estabelecido entre o movimento, as ONGs e as demais organizações apoiadoras do movimento. Como dito em capítulos anteriores, há uma série de organizações ligadas à luta pelo direito à cidade e ao Fórum de Reforma Urbana que prestam um serviço de assessoria ao MTST/PE, seja no trabalho técnico relativo ao desenvolvimento de projetos habitacionais ou no que diz respeito ao trabalho de formação.

Neste sentido, vale destacar o papel de ONGs como a “Habitat para Humanidade” que presta assessoria técnica em projetos habitacionais alternativos e tem auxiliado o movimento na construção do conjunto habitacional no município de Paulista. De maneira diferente, ONGs como a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), assim como o instituto de pesquisa Observatório Pernambuco, ligado à rede Observatório das Metrópoles, procuram

prestar um serviço educativo de formação para que as lideranças possam realizar uma participação mais efetiva nos inúmeros espaços institucionais existentes (Figura 10).

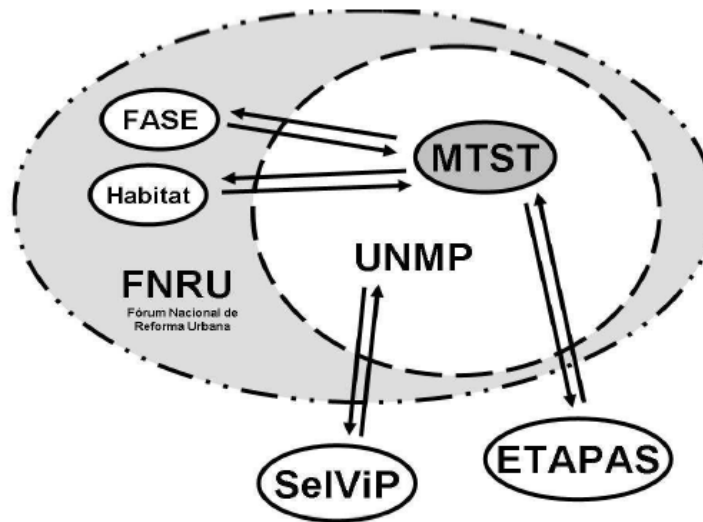


Figura 10: Esquema com as atuais articulações políticas/técnicas do MTST/PE
Elaboração: Otávio Santos, 2010

Por fim, há uma série de outros vínculos pontuais estabelecidos que não chegam a constituir uma rede, mas q-ue são também importantes porque auxiliam o movimento em sua atuação. A relação com certos setores do Estado é um exemplo neste sentido. Em algumas ocupações, as lideranças locais chegaram até a construir parcerias com a polícia militar, na tentativa de atenuar as ocorrências criminosas dentro das ocupações e permitir que o trabalho de resistência e luta não seja associado à violência.

Desde o dia que a gente fez a ocupação, não são todas as pessoas que entram na ocupação, porque a gente tem a maior preocupação de saber quem a gente está colocando. Se for do município, se são pessoas que fizeram coisas erradas. Então a gente tem essa preocupação, porque a maioria são famílias. E a gente também trabalha com o pessoal que é ligado com o GATI, que é ligado também com a Civil, porque eu e Claudivânio, a gente já tinha amigos. Então a gente fez uma aliança com eles [...] Porque você sabe que numa ocupação entra todo o tipo de pessoas, e você não sabe como definir e quem é essas pessoas. A gente faz assim. A gente faz a entrevista com a pessoa, pergunta onde ela mora, pergunta de onde vem, qual é o lugar, a gente também procura saber se tem algum problema com a polícia. Então, é um caso mais de respeito mesmo que a gente tem, tanto pelo movimento, como pelo ser humano. Porque a maioria das pessoas a gente coloca famílias, famílias que precisam, que está em beira de maré, que está em barreira [...](Entrevista com coordenadora local do MTST/PE em 10/01/2012, em Cabo de Santo Agostinho).

3.4. Onde reside a transformação na luta do MTST/PE?

Tendo conhecido as práticas do MTST/PE, interessa-nos agora é refletir em que sentido elas contribuem para a efetiva transformação do espaço urbano. Note-se que no primeiro momento procuramos apenas identificar as práticas espaciais desse movimento, tentando atender ao primeiro objetivo deste trabalho. Entretanto, como delimitamos nos primeiros itens, nossas pretensões não são apenas essas, pois não nos satisfaz apenas identificar as diversas práticas e lutas sociais engendradas pelos movimentos sociais, mas também descobrir o que há de transversal entre elas, buscando, num esforço efetivamente dialético, entender o lugar delas na luta de classes.

3.4.1. *A Cidade não é uma mercadoria!*

Neste sentido, nossa reflexão deve partir da seguinte indagação: em que sentido as práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE são transformadoras? Começemos pelas práticas da territorialização, tanto as ocupações como as passeatas e os protestos. Em que sentido elas são transformadoras? A resposta não vem de imediato, mas se retornarmos aos subitens 2.1.1 e 2.1.2, buscando refletir o significado dessas territorializações frente ao modelo capitalista de produção do espaço urbano, rapidamente nos surgem algumas constatações.

A primeira delas diz respeito ao fato de que as territorializações, especificamente a ocupação, possui a capacidade de fazer frente ao regime de propriedade privada burguesa, uma vez que sempre visa se apropriar de terrenos baldios e edificações abandonadas, a revelia do estatuto de posse formal. Isso significa dizer que a principal prática espacial desempenhada pelos sem-teto realiza um combate explícito contra o direito e o regime burgueses e, conseqüentemente, ao modo de produção capitalista, inaugurando um novo direito de propriedade onde as necessidades populares possuem primazia. Isso está implícito em todos os discursos dos sem-teto e mostra o caráter de classe de sua atuação:

(A respeito dos critérios utilizados para escolha dos terrenos a serem ocupados...)

O critério hoje é que o terreno seja público, porque no terreno público, a probabilidade de você conseguir é maior, porque está incutido no subconsciente da sociedade, digamos assim, que aquilo que é público é nosso, pertence ao povo, pertence a todos nós, não é?! Mas ao mesmo tempo também, nós fazemos uma reflexão de que quando ocupamos um terreno privado, nós estamos colocando na ordem do dia a questão do acúmulo de riquezas, a especulação imobiliária... Então tem também esse discurso de denunciar essa pouca vergonha, não é isso?! Isso tanto vale para terrenos, como para edificações subutilizadas na cidade, né?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifo nosso).

Outra importante constatação que nos surge é o cunho politizador das passeatas e protestos frente ao forte processo de mercadificação da cidade. Como mostramos no subitem 2.1.1, a ação dos proprietários fundiários, assim como o dos promotores imobiliários possuem a capacidade de “mercadificar” a cidade, na medida em que impõem um valor-de-troca em todos os territórios citadinos, inclusive naqueles de uso público que, muitas vezes, são repassados do poder público para a iniciativa privada de maneira excusa. Nas passeatas e nos protestos, porém, esse processo é vigorosamente questionado, na medida em que há uma reafirmação do papel social, político e não mercadológico dos espaços públicos.

Junto a essa questão se soma a prática da ressignificação dos espaços em que os sem-teto combatem certos valores, inaugurando novos significados em diferentes territórios citadinos. Os espaços públicos são mais uma vez reafirmados como lócus da atividade política. Dessa forma, os sem-teto reiteram sua visão de cidade enquanto lugar da cidadania, da pólis, sentido que sempre foi usurpado pelo próprio processo de produção capitalista do espaço urbano.

Cabe ainda registrar o caráter revolucionário existente no estabelecimento de redes socioespaciais. A luta em rede torna capaz a submissão de demandas populares em esferas mais abrangentes do poder público, bem como possibilita atribuir maior notoriedade a realidade local dos sem-teto. A genialidade e o cunho revolucionário da luta interestelar já foram diversas vezes destacados pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza em diversos escritos seus. O presente autor em Santos (2011) também já destacou a importância desse tipo de luta social enquanto uma possibilidade de ultrapassar o agir tático rumo à um agir estratégico.

Por ora, interessa-nos é saber que as práticas espaciais do MTST/PE servem, grosso modo, para dizer que a cidade não é uma mercadoria, e que ela não tem dono, uma vez que é do povo. A cidade, na visão dos sem-teto, deve ser o lugar do bem-estar e do exercício da cidadania, e não da acumulação do capital e da reprodução das desigualdades. No nosso entender, é nesse sentido que os sem-teto e o MTST/PE fazem luta de classe. A fala que segue, por exemplo, não nos deixa mentir:

(Quando interpelado sobre a forma com a qual o MTST/PE transforma a cidade...)

Acho que a transformação da cidade primeiro passa pela transformação da consciência das pessoas. Não se transforma a cidade se não transformar as pessoas do ponto de vista da concepção que ela tem em relação à cidade em que ela está inserida. Quer dizer, nos anos 70, os sem-teto viviam no sentimento de degeneração tão grande que para eles, para elas, o que restava para ocupar com dignidade, na sua velha concepção, era ocupar área de risco e beira de rio e mangue. Porque ela tinha uma consciência ingrata e um espírito de inferioridade tão grande que... No início dos anos 1980, quando a gente dizia que era para as famílias ocuparem lugares descentes, lugares bons, muitos deles diziam que isso não lhes cabiam... Por que o

seu espírito e sua auto-estima estava tão baixa que a gente dizia assim: vamos ocupar na área central? E eles diziam: Sem-teto mora no centro?... Nos anos 90 nós conseguimos avançar, os sem-teto ficaram mais exigentes. Então eu acho que a contribuição que damos hoje, o movimento organizado, para a construção de cidades novas e cidade inclusas, ela se dá apartir dessa tomada de consciência das pessoas. E depois, fazer com que elas percebam que a cidade é para elas um espaço democrático e que não cabe a nessacidade apenas de demarcar territórios privilegiados. Então como integrante do movimento... nós enxergamos o nosso papel como o elemento que coloca na agenda do dia a questão da democratização da cidade. E uma cidade democrática implica em construir moradia digna para as pessoas em todo o seu espaço, não é?! (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife)

3.4.2. O Teto como meio de proletarização

Essa luta por moradia feita a partir das supracitadas práticas espaciais possui resultados ainda mais profundos. Além da reafirmação da cidade enquanto lugar da política, uma outra consequencia da luta dos sem-tetos é, a nosso ver, a explícita instauração do conflito capital x trabalho sobre o espaço urbano.

Isso significa dizer que um dos resultados das práticas espaciais desempenhadas pelos sem-teto do MTST/PE é o estabelecimento mais contundente de uma luta de classes no interior do espaço metropolitano recifense. E esse resultado se sucede por dois motivos interdependentes: primeiro por causa da permanencia das desigualdades relativas ao padrão de habitabilidade no espaço urbano; e, segundo, devido ao que chamaremos aqui de “efeito de proletarização” ocasionado pela posse da moradia. Vamos por partes.

O primeiro motivo deriva do fato de que as oportunidades habitacionais destinadas aos sem-teto pelos governos são, geralmente, extremamente parcas, destituídas de muitas amenidades e, muitas vezes, completamente desprovidas de serviços básicos, tais como água encanada e iluminação. Isso faz com que o padrão de habitabilidade usufruído pelos moradores nos conjuntos habitacionais pouco se diferenciem daquele que era desfrutado nas ocupações, o que, por sua vez, provoca a permanencia da disparidade socioespacial em relação ao restante da cidade, sobretudo em relação aos bairros mais infraestruturados.

Se antes as diferenças socioespaciais entre o território da ocupação e todo o espaço da cidade procuravam explicitar politicamente as desigualdades sociais urbanas. Desta vez elas indicam a inclusão precária que os sem-teto dispõem nos conjuntos habitacionais. Há, inclusive, ocasiões em que já se pode constatar uma espécie de segregação socioespacial, onde os conjuntos estão em vias de se tornar verdadeiros guetos encravados no espaço metropolitano (Figuras 12 e 13).



Figura 11: **Conjunto habitacional Zeferino Agra**
Foto: Kauê Gomes, 2010



Figura 12: **Conjunto habitacional do Cordeiro**
Fonte: autoria de Guga Matos, publicada no portal *JC Online* em 27/07/2009

Essa permanência dos baixos padrões de habitabilidade, como se sabe, é decorrente de políticas públicas de provimento da habitação popular muito mais preocupadas com a relação custo-rentabilidade política do que com a relação anseios populares-inclusão social. Ao invés

de promover a cidadania, elas produzem espaços precários e, muitas vezes, segregados. Contudo, elas também servem para intensificar a luta de classes imanente ao espaço urbano, na medida em que realçam ainda mais a diferença entre os espaços dos ricos e os espaços dos pobres, das classes hegemônicas e das subalternas. Essa maior distinção entre esses diferentes espaços, por sua vez, gera tensões, revela desigualdades e, conseqüentemente, propicia o desenvolvimento de um conflito permanente entre os distintos segmentos sociais.

O segundo motivo que destacamos como propiciador de certa intensificação da luta de classes no espaço metropolitano se trata do efeito de proletarização ocasionado pela posse da moradia. Quando os sem-teto são assistidos por um programa de assistência ou quando eles conquistam suas próprias moradias por meio da atuação de algum programa habitacional, suas lutas geralmente passam a transcender esse tema específico e começam a complementar outras temas. Esses outros temas são, primeiramente, diretamente ligados ao problema habitacional, tal como a habitabilidade, os serviços urbanos, equipamentos públicos etc. Depois, eles evoluem para temas de maior complexidade e que envolvem a condição social das famílias sem-teto, como as condições de trabalho, os níveis de renda e a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação. Temas como expropriação são cada vez mais abordados entre os sem-teto moradores de conjuntos habitacionais, e isso sempre vem atrelado aos inúmeros tipos de opressão existentes ou intensificados pelo regime capitalista. Assim, depois que a moradia é conquistada, os sem-tetos passam a lutar por temas cada vez mais transversais, muitos dos quais manifestamente relacionados à luta de classes.

Em outras palavras, depois que o teto é conquistado, a luta dos sem-teto vai deixando de objetivar apenas as condições de reprodução do excluído urbano e vai se aproximando, cada vez mais, da luta mais tradicional realizada pelo trabalhador frente aos dítames do modo de produção capitalista que além de expropriar os frutos de seu trabalho, impossibilita o gozo de uma vida autônoma em exercício pleno da cidadania.

3.5. Limites e contradições

Como Souza (2009b, 2010a) já afirmou e nós também já corroboramos em Santos (2010b), “o melhor amigo não é aquele que sempre concorda, mas aquele que alerta os desvios e as incoerências de seu companheiro!” É importante, assim, no que diz respeito aos

estudos sobre os movimetos sociais, não apenas apoiar as práticas dos movimentos, mas também criticá-las construtivamente, sempre no intuito de contribuir para o seu crescimento.

Mesmo com o inegável caráter de classe e a grande capacidade de transformação, a luta do MTST/PE encontra muitos percalços e a postura de alguns dos sem-teto, vez ou outra, contradiz aos seus discursos. Neste item, elencaremos quais são esses limites e essas contradições presentes na atuação do MTST/PE, mas, como dito, sempre na perspectiva de contribuir para o fortalecimento desse movimento.

3.5.1. *O imaginário bestializado*

O primeiro e, talvez, o mais importante percalço à plena realização da luta do MTST/PE na RMR corresponde, sem sombra de dúvidas, ao baixo nível educacional e ao forte grau de alienação³¹ ao qual se encontra uma parte considerável das famílias.

Embora aparente ser bastante polêmica esta afirmação, não há dúvidas de que essa alienação atrapalha, quando não engessa totalmente, a luta do movimento. Para a plena realização de suas práticas e para o combate sistemático ao modelo hegemônico de produção do espaço, o MTST/PE necessita de uma eficiente atuação das famílias coordenadas. Entretanto, muitas delas não conseguem compreender inteiramente alguns valores e algumas ideias-força da luta, mesmo com os cursos de formação oferecidos pelo movimento e com os constantes processos educativos inerentes à própria luta.

Nas entrevistas, quando interpelados sobre algumas questões cruciais à luta do movimento, muitas famílias foram incapazes de oferecer uma resposta satisfatória. Muitas simplesmente não sabiam o que responder a respeito de ideias basilares como Reforma Urbana e o papel social da propriedade, demonstrando um completo desconhecimento sobre esses assuntos.

Não estamos tentando atribuir às famílias a culpa pelo surgimento e permanência desse imaginário bestializado, pois sabemos que ele é decorrente, antes de tudo, do alto nível de precarização social ao qual se encontra as famílias. Muitos sem-teto possuem uma história de vida bastante penosa, voltada apenas para a garantia do sustento. Por isso, muitos deles não possuem nenhum grau de escolarização ou são simplesmente analfabetos. A pouca ou nenhuma educação, aliada à um cotidiano violento e sem perspectivas de ascensão social,

³¹ A noção de alienação que nos referimos aqui não diz respeito àquela costumeiramente utilizada pelo senso comum, ou seja, aquela atrelada a um sujeito estúpido, incapaz de tomar consciência de sua situação concreta no mundo. Quando falamos de alienação, portanto, estamos nos referimos ao processo de construção de um certo torpor político, de um imaginário embrutecido e inerte frente às investidas do modo de produção dominante.

mesmo que submetidos às mesmas perspectivas de consumo das classes médias, resulta num comportamento aturdido e, frequentemente, numa postura tola diante de questões importantes da vida social, como a atividade política.

Um imaginário ingênuo, por sua vez, é presa fácil para as igrejas neopentecostais que, em troca de dinheiro e da completa alienação, prometem uma fórmula redentora para se livrar dos pecados, dos vícios e para superar a precária condição de vida. Assim, mesmo presentes na ocupação, atuantes junto ao corpo coletivo do movimento, muitos sem-teto não compreendem bem alguns aspectos da luta e alguns valores presentes na própria bandeira do MTST/PE.

3.5.2. *O mercado informal hiperprecário*

Grosso modo, o comércio de moradias e de solo urbano no Brasil sempre foi realizado por duas diferentes vias: uma que chamamos de formal e outra informal. A primeira ocorre em conformidade com as leis e com a ordem jurídica hegemônica, já a segunda se realiza às margens das leis, engendrando uma ordem jurídica subalterna. A separação entre esses dois modelos não é muito rígida, pois há frequentes intersecções entre eles. Mas, ainda assim, tratam-se de dois diferentes modelos. Cabe ainda registrar que a grande maioria dos excluídos urbanos promovem o desenvolvimento do segundo tipo de comércio de solo urbano. Por isso, sempre foi comum esse segundo modelo na realidade urbana brasileira.

Ademais, outro importante percalço que embarga a plena atuação do MTST/PE é o comércio de barracos no interior das ocupações aos moldes do modelo informal. Esse comércio faz com que haja uma enorme rotatividade de moradores nas ocupações, dificultando a consolidação da coesão social necessária à própria permanência do território.

Como afirmamos, o cotidiano dos sem-teto, com exceção dos momentos de luta, é semelhante ao de todo indivíduo imerso na realidade urbana capitalista. Assim, eles também trabalham, estudam, aspiram riqueza e anseiam possuir e negociar bens de todo tipo. Por isso, quando detém a posse de um barraco no interior de uma ocupação, mesmo que isso seja de maneira provisória, alguns sem-teto buscam comercializar esses espaços no intuito de auferir algum lucro.

Ao vender essas moradias, portanto, esses sem-teto engendram o desenvolvimento de um comércio de moradias informal extremamente precário, onde não há garantias de pagamento, nem compromissos formais perante a lei, pois tudo é definido de maneira tácita. Este mercado informal, entretanto, mostra-se muito mais precário que o tradicional mercado informal de moradias e de solo urbano, pois geralmente envolve terrenos inóspitos ou

barracos de madeira inabitáveis, lugares inteiramente impróprios para a sobrevivência humana (Figuras 14 e 15). Além disso, o não cumprimento dos acordos de negociação pode ocasionar em perdas irremediáveis, pois as formas de exigibilidade geralmente envolvem investidas violentas contra os inadimplentes.



Figura 13: **Aspectos da segunda Ocupação Campo Grande (Favela de Plástico)**; Foto: Otávio Santos, 2013;
Nota: Vuelas extremamente estreitas e intransitáveis, muitas vezes, são os únicos espaços disponíveis para a circulação de pessoas.



Figura 14: **Aspectos da segunda Ocupação Campo Grande (Favela de Plástico)**; Foto: Otávio Santos, 2012;
Nota: Na fotografia, note-se a grande quantidade de lixo e dejetos em local onde já se localizou uma moradia.

3.5.3. *A relação com o Estado*

Conforme já destacamos em Santos (2012b), mesmo defendendo os bordões da auto-gestão e da autonomia frente aos ditames do poder econômico e político-institucional, o MTST/PE ainda sustenta uma relação de forte dependência com alguns governos de cunho progressista, como o petista. Essa dependência é decorrente, como dissemos no item 2.3, devido ao fato de o MTST ter nascido de uma conjuntura política formada a partir de duas importantes organizações, o MST e o PT. Assim, depois que o PT conquistou a prefeitura do Recife e a presidência da república, o MTST/PE desfrutou de um período de muito bom relacionamento com os governos, o que possibilitou algumas conquistas. Mas com o fim do segundo mandato de João Paulo (2004-2008) na prefeitura do Recife e com a instauração, no plano político e econômico, de um período de poucos avanços relativos à política urbana, o MTST/PE passou a conhecer um período de poucas conquistas e, em alguns casos, muitos retrocessos. Ainda assim, o movimento não procurou fazer frente a essa conjuntura, preferindo permanecer no momento de refluxo em que se encontrava.

Mesmo diante dos desavindos que ocorreram entre o movimento e o governo de João da Costa (PT) a partir de 2010, a relação entre o MTST/PE e o PT permaneceu estreita e condescendente. O MTST chegou a romper com o PT em Recife em 2012, apoiando a candidatura de Geraldo Júlio (PSB) nas eleições, mas ainda assim continuou apoiando o partido no plano estadual e nacional. Assim, sempre houve uma relação muito complacente entre o MTST/PE e os governos, de modo que quase inexistiu uma crítica mais profunda e uma luta mais sistemática contra os quadros de opressão desencadeados pela associação Capital-Estado hoje tão atual graças ao período de forte desenvolvimento econômico que o país atravessa.

Como já havíamos apontado em Santos (2012b), há uma série de percalços na atuação do MTST/PE que são desencadeados pela maneira com que esse movimento se relaciona com o Estado e com os governos. Um desses entraves se trata da forma através da qual é concedida a moradia para os sem-teto. A respeito disso afirmamos:

A forma pela qual é concedida a própria moradia pelos governos, por intermédio dos programas habitacionais, não leva em consideração que a casa deve ser o reflexo da individualidade de quem a possui, atendendo às suas necessidades materiais e espirituais mais íntimas. Quase nunca os sem-teto são ouvidos no processo de assistência por algum programa habitacional, como se eles não fossem capazes de saber e externalizar do que eles mesmos necessitam (SANTOS, 2012b, p. 52).

E ainda acrescentamos que esse pouco protagonismo era ocasionado:

[...] pela própria postura do movimento e das lideranças que, por "debaixo dos panos", compactuam indevidamente com secretários e/ou articuladores sociais dos

governos para que as famílias desocupem áreas e recebam em troca uma habitação qualquer (SANTOS, 2012a, p. 52).

Portanto, esse apoio a qualquer custo prestado pelo MTST/PE a certas posturas governamentais tende a limitar sua atuação, pois geralmente ocasiona uma incoerência entre as demandas populares e os posicionamentos gerais do movimento.

3.6. Potencialidades da luta do MTST/PE

Neste último item, procuraremos elencar uma série de aspectos positivos presentes na luta do MTST/PE, mas que ainda se encontram em estado de latência, podendo ser explorados caso as práticas desempenhadas por esse movimento procurem se dirigir à superação dos limites citados em item anterior e queiram transformar efetivamente a cidade. Esses aspectos positivos, portanto, fazem-nos refletir sobre a capacidade transformadora das práticas do movimento, bem como nos permite perceber de maneira ainda mais satisfatória os objetivos de sua luta e seu caráter revolucionário.

3.6.1. Articulação entre particularidades e universalidades

A primeira e mais importante potência imanente à luta do MTST/PE, podendo ser cultivada caso esse movimento objetive, cada vez mais, a transformação estrutural da cidade, trata-se de sua capacidade em se realizar de maneira interescalar. Como vimos, graças a prática da construção de redes socioespaciais, o MTST/PE consegue transpor sua luta específica, bem como o quadro socioespacial local, dando visibilidade à sua luta e atrelando-a a lutas sociais mais globais.

Assim, por exemplo, a articulação nacional com a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a articulação internacional com a *Secretaria de La Vivienda Popular* (SELVIP) atribuem um caráter mais universal à luta do movimento, fazendo-o transcender de sua realidade particular. Conforme o movimento vai se articulando com outras organizações em outras escalas, sua luta se torna parte integrante de uma outra luta cada vez mais universal, que agrega uma quantidade maior de temas e realidades particulares. Essa articulação, por sua vez, influi na estrutura e dinâmica do movimento, fazendo-o atinar para questões que antes não eram levadas em consideração como, por exemplo, o papel da mulher na luta por moradia, o papel da juventude, a questão étnica, religiosa etc.

Essa relação dialética entre o particular e o universal está bastante nítida no discurso abaixo, onde um coordenador estadual fala sobre os objetivos do MTST/PE:

O MTST é um movimento social, organizado, com famílias que sonham e que lutam por este direito, pelo direito de ter um teto para morar. Mas uma casa pra morar num sentido amplo da palavra. Hoje nós não temos uma visão de querer lutar por uma casinha, naquela visão medíocre de que o pobre não tem nada e agora tem uma casinha qualquer e tá bom demais! Nossa concepção está mais ampliada. Então hoje a gente luta por casas dignas para nossas famílias. Então o movimento sem-teto é esse movimento social que está inserido, dentro de outros movimentos espalhados no Brasil, na América Latina e no mundo, né?! Nós nos consideramos essa peça dessa engrenagem maior aí espalhada pelo Brasil a fora (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife) (grifos nossos).

A visão dialética promove ainda a instauração de intensos processos educativos, onde os membros do movimento são levados a refletir sobre os nexos que podem ser estabelecidos entre os diferentes modos de pensar e os modos de fazer a transformação social. Isso pode, em longo prazo, engendrar a construção de lutas onde as diferentes questões particulares podem adquirir ordem de direção e, conseqüentemente, maiores possibilidades de transformação efetiva da realidade.

No nosso entender, esse processo está em curso em uma grande fatia dos ativismos sociais contemporâneos e, como não poderia deixar de ser, numa parcela considerável dos movimentos de luta por moradia do Brasil. Em entrevista concedida ao autor deste trabalho em dezembro de 2010, um dos principais coordenadores estaduais do MTST e coordenador da UNMP afirmou que uma das maiores preocupações destas duas organizações atualmente é o debate sobre a habitabilidade ou pelo “direito ao entorno”, uma vez que, segundo ele, nenhum trabalhador necessita apenas de uma moradia para viver com dignidade, mas também de serviços públicos eficientes, trabalho, educação e saúde. Recentemente, quando interpelado sobre os objetivos do movimento e sobre o significado atual da luta pela Reforma Urbana, o mesmo integrante nos trouxe uma visão bastante totalizante, Para ele:

O conceito de Reforma Urbana é um troço muito ampliado. Ela vai desde o direito de você querer assistir um jogo de futebol num bom campo, vai a questão da acessibilidade, vai a da mobilidade, vai a questão da luta pela moradia, água, direitos dos animais etc. Então você tem uma porrada de coisas. Então nós que fazemos a luta urbana não encontramos a palavra-chave. Evidentemente que dentro desse mundo complexo, hoje, o movimento que mais se destaca hoje, no Brasil, na América latina e no mundo é o da luta pela moradia. Mas nós não podemos dizer que a Reforma Urbana seja apenas a luta pela moradia. Isso seria estreitar muito a visão do que é a Reforma Urbana. Hoje, nem um estudioso da Reforma Urbana, nem o Observatório e tal definiu com classe. Tem "n" definições, conceitos, que a sociedade não consegue assimilar, como assimila a Reforma Agrária (Entrevista com membro da coordenação estadual do MTST/PE e coordenador nacional da UNMP em 29/01/2013, em Recife).

Note-se que a ideia de Reforma Urbana sustentada pelo integrante é extremamente abrangente, ultrapassando aquela defendida pelos intelectuais e pelos tecnocratas de esquerda que, muitas vezes, limitam esse conceito a apenas três questões-chave: o direito à cidade (em sua acepção reformista), a gestão democrática das cidades e a função social da propriedade. Para o integrante, a Reforma Urbana designa um conjunto de lutas sociais que buscam a construção de uma sociedade efetivamente democrática e sustentável, e do qual a questão da moradia é apenas uma parte do todo.

Portanto a partir das falas e das formas através das quais o movimento promove a transformação social, é possível compreender como se dá esse processo de expansão do sentido da luta do MTST/PE. Em sua atuação, esse movimento não apenas engendra suas lutas específicas, mas na medida em que se articula com outros coletivos, ele se engaja em outras lutas mais universais, reformulando seus próprios valores, suas concepções e estratégias de ação política. Esse movimento dialético entre particularidades e universalidades é, no nosso entender, uma potencialidade a ser cultivada pelo movimento em sua atuação contínua rumo a construção de uma outra cidade.

3.6.2. *Em busca por Territórios Autônomos*

Outro aspecto que, no nosso entender, deveria ser cultivado cada vez mais na luta do MTST/PE é a constante busca, por parte dos ocupantes e demais integrantes do movimento, pela construção de um ambiente democrático e garantidor da autonomia das famílias. A necessidade de autodeterminação está presente em todos os discursos dos sem-teto, desde os ocupantes mais singelos até os coordenadores locais e estaduais. A busca da autonomia sintetiza toda a luta do movimento, justifica todas as suas práticas e impulsiona a constituição da supracitada luta interescalar.

É da necessidade de se autodeterminar, de por sua vida às rédeas e não ficar mais apenas a mercê das inacessíveis oportunidades habitacionais e da cidadania limitada existente graças ao modo de produção hegemônico, que as famílias se integram ao movimento, ocupam e resistem. Como dito, a construção da autonomia é o que está em jogo no próprio processo de territorialização, uma vez que essa prática espacial corresponde a um processo de autodeterminação, uma busca por distinção no âmbito de todo o espaço social, rumo a construção de um estado de liberdade.

Essa busca pela autonomia, entretanto, não implica em um isolamento, pois ela se dá no âmbito da relação entre os indivíduos. Autonomia e dependência formam um par dialógico e interdependente. Os outros indivíduos desempenham um importante papel na construção da

autonomia e é por isso que esse estado de coisas não se constitui mediante a anulação do outro, mas respeitando sua alteridade. Assim, cada sem-teto estabelece relações de poder que envolvem autonomia em relação ao resto da cidade e dependência para com os demais integrantes do território da ocupação.

A partir do território da ocupação, portanto, os sem-teto passam a desempenhar uma luta por melhores condições de vida, pela ampliação das liberdades individuais e coletivas, por sua afirmação enquanto agente na produção do espaço urbano e, conseqüentemente, pela transformação estrutural da cidade. A busca pela autonomia, por parte dos sem-teto, tem como resultado inevitável uma afronta ao modo hegemônico de produção do espaço urbano e um processo de transformação profunda, embora pouco sistemática, da cidade e da sociedade.

Além de se constituir em uma característica presente em todas as suas práticas, a autonomia é também um projeto dos sem-teto e do MTST/PE. Mesmo diante da estreita relação que esse movimento mantém com o Estado e, muitas vezes, com o poder econômico, há uma necessidade explícita de consolidar um processo de empoderamento das famílias, para que elas possam viver com dignidade e em exercício pleno da cidadania. E esse projeto de autonomia dos sem-teto muito se assemelha aquele idealizado por Castoriadis (1983; GRANDI, 2010; SOUZA, 2010b), pois visa contestar as heteronomias da sociedade e as instituições herdadas, num esforço de resgate da liberdade dos indivíduos, privilegiando uma sociedade constantemente instituinte, aberta para a livre participação de todos os cidadãos.

A prova da existência desse projeto no imaginário, nos discursos e na práxis do movimento está no seu recente interesse em contruir territórios autônomos. A recusa em simplesmente aceitar os conjuntos habitacionais viabilizados pelos programas da prefeitura e a busca em desenvolver projetos habitacionais auto-gestionados sob o conceito de “produção social do habitat”, é um exemplo neste sentido. O conjunto que está sendo construído hoje a partir desses princípios no município de Paulista, com a assessoria técnica da ONG Habitat para Humanidade, já é uma realidade. Nessa experiência, especificamente, o movimento protagonizou boa parte do processo de construção do projeto e a Caixa Econômica, financiadora de todo o projeto, tem influído muito pouco nele.

Sabemos que as experiências até então vividas pelo movimento não nos permite afirmar que há processos concretos de construção de territórios autônomos, mas é nítida a necessidade, por parte de todos os integrantes, em ensaiar processos onde a liberdade das famílias sem-teto seja resguardada e a autonomia, individual e coletiva, seja consolidada. Essa busca por territórios autônomos se constitui, no nosso entender, numa outra potencialidade presente nas práticas do MTST/PE, devendo ser cultivada pelos seus integrantes.

Considerações finais

Vimos que, no âmbito dos estudos sobre os movimentos sociais, existem duas grandes correntes que se distinguem quanto aos pressupostos filosóficos e aos métodos de apreensão da realidade. Uma corresponde a corrente marxista e outra a dos novos movimentos sociais (ou culturalista). A primeira busca enfatizar o embate ‘reforma x revolução’, bem como o papel determinante da base econômica (a infraestrutura) sobre as demais esferas da realidade social (superestrutura) e atrela a ideia de movimento social à de luta de classes, entendendo o operariado enquanto sujeito histórico privilegiado no processo de transformação. A segunda corrente busca compreender a diversidade das ações sociais, dando maior ênfase às lutas que operam na esfera da reprodução e postulando que o processo de transformação poderia se originar a partir de qualquer sujeito social, não apenas da classe trabalhadora.

A partir da apresentação dos pontos positivos e negativos de cada uma dessas duas correntes, demarcamos nossa própria abordagem que procurou dar ênfase às idéias de classe e de totalidade, retomando uma perspectiva dialética. Objetivamos atestar a atualidade da abordagem dialética materialista na interpretação dos movimentos sociais contemporâneos. A partir disso, procuramos demonstrar que toda luta social específica ou movimento social particular só pode ser efetivamente compreendido no âmbito do conflito entre o conjunto de forças conservadoras e transformadoras da realidade social. Ou seja, tentamos mostrar que todo movimento social só pode ser compreendido no horizonte da luta de classes. E que quando se objetiva compreender as práticas de um movimento social urbano, por exemplo, é importante não ficar apenas em sua constatação, mas também saber quais são ou podem ser suas repercussões concretas no processo de transformação da realidade citadino-urbana.

O nosso objeto de pesquisa – o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), por conseguinte, surgiu entre os anos 1999 e 2000 e desde então tem realizado uma luta incessante pela democratização da cidade. Mesmo com os momentos de refluxo, quando o movimento perpassou por inegáveis períodos de apatia política e total apoio aos governos, ainda assim os seus integrantes não se abstiveram das lutas, buscando sempre as melhores condições de reprodução para as famílias sem-teto.

As práticas espaciais desempenhadas pelo MTST/PE sempre buscaram, primeiramente, conquistar melhores condições de vida para as famílias sem-teto mediante a construção de sua autonomia. Mas nesse mesmo percurso, essas práticas sempre transcenderam a esfera da reprodução, engendrando uma luta mais radical contra o modo

hegemônico de produção do espaço. Dessa forma, o MTST/PE não apenas territorializou certos espaços, nem apenas ressignificou outros espaços, muito menos se limitou a construir redes socioespaciais, mas também promoveu um questionamento profundo da propriedade privada capitalista, dos discursos, regras, normas e instituições burguesas.

Mesmo com sérios problemas relativos ao forte estado de alienação ao qual se encontra uma grande quantidade de ocupantes sem-teto, ou ao mercado hiperprecário de moradias no interior das ocupações, ou mesmo a sujeição em relação ao Estado, o MTST/PE nunca se eximiu da tarefa de se reinventar, visando tão somente a melhoria das condições de vida das famílias sem-teto e a transformação da cidade.

Muito mais do que moradia, ou do que Reforma Urbana (em sua acepção tecnocrata), nossas entrevistas provaram que os sem-teto anseiam por autonomia. E essa autonomia não corresponde apenas aquela desencadeada por processos auto-gestionários de construção de moradias, mas se trata de uma autonomia de cunho essencialmente político. Com vimos, a grande maioria dos sem-teto buscam, em sua luta, tomar as rédeas de suas próprias vidas, agindo coletivamente em prol da construção e consolidação das liberdades individuais e coletivas.

Neste sentido, a conquista do teto ou da moradia significa o primeiro passo. Ter acesso à uma moradia, seja qual for, é um pré-requisito para levantar a auto-estima, para construir o auto apreço, bem como a capacidade de sonhar. O acesso à moradia, por outro lado, também é o marco inicial para a construção de lutas mais abrangentes, lutas essas que vão se aproximando cada vez mais da esfera da produção. O sem-teto que dispõe de uma moradia passa a ser um trabalhador e, enquanto tal, tende a perceber que suas condições de vida são determinadas, antes de tudo, pelo regime de trabalho ao qual está submetido, seja formal ou informal. Em outras palavras, depois que a moradia é conquistada, as lutas dos sem-teto vão deixando de objetivar apenas suas condições de reprodução e se transformam, gradativamente, em lutas mais transversais, lutas essas que buscam questionar as condições de trabalho, o provimento dos serviços públicos, as estratégias governamentais, fazendo frente às investidas do modo de produção capitalista.

Assim, é a partir da necessidade de se autodeterminar que as famílias sem-teto juntam-se ao corpo coletivo do movimento, integrando-se a ele, ocupando, protestando, resistindo. É a partir dessa mesma necessidade que os sem-teto perseveram na luta, não arrefecendo depois de conquistada as suas moradias. É a busca pela autonomia que impulsiona os trabalhadores à irem além de suas necessidades mais imediatas, produzindo lutas sociais mais abrangentes.

Essa busca pela autonomia, por fim, é o que marca toda a atuação do MTST/PE, justificando suas práticas espaciais. No nosso entender, os sem-teto ligados ao MTST/PE lutam por essas condições de existência de maneira implícita, sem demonstrar claramente nos seus discursos, no seu imaginário coletivo e na sua práxis. O MTST/PE, assim como muitos dos demais movimentos sociais urbanos contemporâneos são portadores de uma estratégia de ação política que, pelo menos no nosso entender, constitui-se em um novo caminho para o processo contínuo de construção de territórios autônomos, pois eles estão constantemente desenvolvendo práticas emancipatórias, com pouca ou nenhuma tutela político-partidária e apontando para a transformação estrutural da cidade e da sociedade capitalista, de um modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. G; GRANDI, M. S; MOREIRA, M. F. **Oïkos, Ágora e Ekklesia**: uma introdução às fronteiras, pontes e “áreas de sombra” de um espaço ocupado por sem-teto (ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Revista Cidades, Presidente Prudente*, Nº 9, V. 6, 67-92, 2009.
- BARBOSA, J. L. **O Ordenamento Territorial Urbano na Era da Acumulação Globalizada**. In: SANTOS, M; BECKER, B. (Orgs). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 125-144.
- BITOUN, Jan. **Movimentos Sociais e a Cidade**: questões relevantes para a Geografia Urbana. In: Tânia Fischer. (Org.). *Poder Local: Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1993.
- _____. **Impactos socioambientais e desigualdade social**: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infraestrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: MENDONÇA, Francisco. *Impactos socioambientais urbanos*. Editora da UFPR. Curitiba, 2004.
- _____. **Movimentos Sociais Urbanos e Trajetória do Urbanismo**. *Revista Cidades, Presidente Prudente*, Nº 11, V. 7, 67-77, 2010.
- BORJA, Jordi. **Movimientos Sociales Urbanos**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.
- CARNEIRO, H. S. **Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011**. In: CARNEIRO, H. S. *et al*. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- CASANOVA, P. G. **As Novas Ciências e as Humanidades**: da academia à política. Editora Boitempo, São Paulo. 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1972].
- CASTILHO, Cláudio J. M. **Movimentos Sociais Urbanos e Construção do Espaço Cidadão em Lugares Pobres do Recife/PE**: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de Geografia, Recife: UFPE-DCG/NAPA*, Nº 2, V. 19, 29-61, jul/dez, 2002.
- _____. **Possibilidades de Garantia do Direito à Moradia**: a experiência da Ocupação Josué de Castro – entre as dificuldades e a esperança da construção de um novo território! *Revista de Geografia, Recife*, Nº 1, V. 27, 58-81, 2010.
- _____. **Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano**: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”! *Revista ACTA Geográfica, Boa Vista*, Nº 10, V. 5, 95-113, 2011.
- CASTORIADIS, Cornélius. **Socialismo ou Barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- _____. **As Encruzilhadas do Labirinto I**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 3.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

- CÉSAR, Maria do Céu. **As organizações Populares do Recife: trajetórias e articulação política.** Caderno de estudos sociais, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez. 1985
- CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia.** In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (Orgs). *Geografia: conceitos e temas.* 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 15-47.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO (várias edições 1999-2010).
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999
- EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- EDER, Klaus. **A Classe Social tem Importância no Estudo dos Movimentos Sociais?** Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, V. 12, N. 46, 5-27, 2001.
- EVERS, T; MULDER-PLANTENBERG, C; SPESSART, S. **Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina.** In: Moises, J.A. (et all) *Cidade, Povo e poder.* São Paulo: CEDEC/Ed. Paz e Terra, 1985.
- FALCÃO NETO, J. A; SOUZA, M. A. A. **Mocambos do Recife: o direito de morar.** *Ciência Hoje*, Recife, Nº 18, V. 3, 74-80, 1985.
- FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA (FNUR). *Sem teto ou sem documento, todos têm Direito à Cidade.* FNUR, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Apêndice: **O Sujeito e o Poder.** In: DREYFUS, H. L. (org) Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão .** 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **“Outros Espaços”.** In: MOTTA, M. B. (org.). Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1986].
- _____. **Microfísica do Poder.** 27.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1979].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GALVÃO, A. **Marxismo e Movimentos Sociais.** In: GALVÃO, A. *et al.* *Capitalismo: crises e resistências.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GOHN, M. G. **Os Sem-terra, ONGs e Cidadania.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003
- _____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.
- GRANDI, M. S. **Práticas Espaciais Insurgentes e Processos de Comunicação:** espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. 2010. 476p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2010.
- HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A Nova Des-ordem Mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- _____. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização.** In: SANTOS, M; BECKER, B. (Orgs). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- HAESBAERT, R; RODRIGUES, G. B. **A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 7, 2002.

- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2006a.
- _____. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- HELLER, A; FEHÉR, F. **A Condição Política Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 240p.
- INGLEHART, R. **The silent revolution**: changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- JORNAL DO COMMÉRCIO (várias edições 1999-2010).
- KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LACLAU, Ernesto. **Sujeito da Política, Política do Sujeito**. Revista Política Hoje, Nº 07, V. 04, 09-28, Recife: UFPE, 1997.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia y Estrategia Socialista**. Argentina: Fondo de Cultura Economica, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **La Revolution Urbaine**. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. **Espacio y Política**: el derecho a la ciudad . Barcelona: Península, 1976.
- _____. **De Lo Rural a Lo Urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.
- _____. **O Direito a Cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].
- LESSA, S. **Lukács e a Ontologia: uma introdução**. Revista Outubro, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.
- LIMA, Ivaldo. **Território Autônomo como Sistema**. Revista Geográfica de América Central, Heredia/Costa Rica, Nº 02/2011, 1-15 2011.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOSURDO, Domenico. **O Significado Histórico da Revolução de Outubro (I)**. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 04, 1997a.
- _____. **O Significado Histórico da Revolução de Outubro (II)**. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 05, 1997b.
- _____. **O Significado Histórico da Revolução de Outubro (III)**. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 06, 1998.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Escorpião, 1974
- LUKÁCS, G. **Marx, Ontologia Del Ser Social**. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2007.
- MAHMOOD, S. B; SANTOS, O. A. A. **Des-ordem Urbana e Comportamento da Pobreza na Região Metropolitana do Recife**: uma análise por e a partir do Sistema de Informação Georreferenciadas dos Assentamentos Populares (SIGAP/RMR). In: Anais do I Colóquio o Espaço do Habitat na Obra de Henri Lefebvre: do rural ao urbano, Natal/UFRN, 2011, 01-21.
- MAIA, A. C. **Sobre a Analítica do Poder de Foucault**. Revista Tempo Social, São Paulo, V. 07, Nº 01-02, 83-103, 1995.

- MONTE-MÓR, R. L. **O que é o Urbano no Mundo Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.
- MORAES, A. C. R. **Ratzel**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- MOREIRA, Ruy. **As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades**. Revista GEOgraphia, Niteroi, Nº 3, V. 5, 59-69, 2001
- _____. **O Espaço e o Contra-espço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M; BECKER, B. (Orgs). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 72-108.
- _____. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia, e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **Para Onde Vai o Pensamento Geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 16.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- NICHOLLS, W. J. **The Geographies of Social Movements**. Geography Compass, Blackwell, v. 1, n. 3, p. 607-622, 2007.
- _____. **The Urban Question Revisited**: the importance of cities for social movements. International Journal of Urban and Regional Research, Blackwell, v. 32, n. 4, p. 841-859, 2008.
- OBSERVATÓRIO/PE. Relatório de Pesquisa: *Os Espaços de Pobreza da Região Metropolitana do Recife: Atualização do Sistema de Informações Geográficas e Análise da Desigualdade/Segregação Socioespacial*, Recife/PE, 2012.
- PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais no Brasil**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 239p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente/SP, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 (1980).
- RAMOS, T. T. **Heterotopias Urbanas**: espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro. Revista Pólis, V. 9, 293-313, 2001.
- RIBEIRO, A. C. T. **Movimentos Sociais Urbanos**: algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy (org.). *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Um diálogo interdisciplinar: espaço e movimentos sociais**. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* *O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.353-366.
- RODRIGUES, A. M. **Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia**. Boletim de Geografia Teorético, Nº 21, V. 22, 173-6, Rio Claro: Unesp, 1992.
- RODRIGUES, C. M. L. **“Daqui Não Saio, Daqui Ninguém me Tira”**: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. 2002. 144p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2002.

- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7.ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, Boaventura S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, O. A. A. **Movimento dos Trabalhadores Sem-teto em Recife/PE: trajetórias e desafios no processo de construção de uma cidadania plena**. 2010. 74p. Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2010.
- _____; CASTILHO, C. J. M. **Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em Recife: trajetória e desafios na construção de um território de cidadania plena**. In: Anais do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis/UFSC, 2010, 1600-1616.
- SANTOS, O. A. A. **Des-ordem Urbana e Movimentos Sociais: o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto e suas Táticas em Recife/PE**. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro/UFRJ, 2011, 01-20.
- _____. **Cidade, Urbano e Movimentos: sobre a formação do urbano e a ação dos grupos socioespaciais “excluídos” – um olhar sobre o Recife/PE**. Revista Geotemas, Pau dos Ferros, Nº 3, V. 2, 2012a
- _____. **Movimentos Sociais Urbanos e Geografia: algumas notas à compreensão da realidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST/PE)**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 01, N. 01, 32-61, 2012b
- SANTOS JÚNIOR, O. R. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: FASE, 2009
- SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, E. R. **O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade de São Carlos. São Carlos/SP, 2003.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, Exclusão Social e Modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **A Expulsão do Paraíso. O paradigma da complexidade e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 43-87.
- _____. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Ed.UNESP, 2004
- _____. **A Prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Ativismos Sociais e Espaço Urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira**. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon *et al.* O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas. Vol. II. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, pp.367-384.

- _____. **O Território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (Orgs). Geografia: conceitos e temas. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a. 77-116.
- _____. **Introdução:** A “Nova Geração” de Movimentos Sociais Urbanos - e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 9, V. 6, 09-26, 2009b.
- _____. **Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado:** da “revolução molecular” à política de escalas. Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico. Curitiba: Ademadam, 2009c.
- _____.; TEIXEIRA, E. T. **Fincando Bandeiras, Ressignificando o Espaço:** territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 9, V. 6, 29-66, 2009.
- _____. **Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado:** os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, Presidente Prudente, Nº 11, V. 7, 13-47, 2010a.
- _____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.
- _____. **A Cidade, a Palavra e o Poder:** práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, 147-166.
- SOUZA, M. A. A; CLEMENTINO, M. L. M. **Como andam Natal e Recife.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.
- SOUZA SANTOS, B. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- TEIXEIRA, E. T. **O Léxico Espacial do Movimento dos Sem-teto:** um estudo da ocupação Quilombo das Guerreiras (RJ) e João Cândido (SP). 2009. 144p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue:** política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- _____. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1994
- _____. **Poderemos Viver Juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa** vol. I: a árvore da liberdade. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ZIZEK, S. **O Violento Silêncio de um Novo Começo.** In: CARNEIRO, H. S. *et al.* Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- WOOD, E. M. **Em Defesa da História:** o marxismo e a agenda pós-moderna. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 3, p. 118-127, 1996.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO: *EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE*

QUESTIONÁRIO/ROTEIRO DE ENTREVISTA

TIPO 02: ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DAS OCUPAÇÕES

Tipo 2
Nº _____

NOME*: _____

RG/CPF/TEL **: _____ IDADE: _____

1. CARACTERÍSTICAS DA LIDERANÇA

1.1. Reside na ocupação?

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Já residiu.

1.2. Poderia contar como surgiu essa ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

1.3. Poderia explicar sucintamente como veio a se tornar uma liderança nesta ocupação? [Gravador]

- ☐ Espontaneamente, atribuído pelos demais ocupantes;
- ☐ Indicado/chamado pelo MTST; ☐ Indicado/chamado por partidos;
- ☐ Indicado/chamado por outras lideranças;
- ☐ Outro: _____

1.4. O que fazia antes de ser líder?

- ☐ Apenas trabalhava, sem atividades políticas;
- ☐ Estava desempregado, sem participar de atividades políticas;
- ☐ Trabalhava e já militava em movimentos/partidos/organizações;
- ☐ Estava desempregado, mas militava em .movimentos/partidos/organizações;
- ☐ Outro: _____

1.5. Você poderia falar qual o seu papel dentro da ocupação? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Resolve todos os problemas;
- ☐ Chama todos à participação;
- ☐ Negocia conflitos dentro e fora da ocupação;
- ☐ Apenas representa a ocupação junto ao MTST;
- ☐ Organiza reuniões, atos e ação coletivas.
- ☐ Outro: _____

2. SOBRE A OCUPAÇÃO E O MOVIMENTO

* O entrevistado não precisa divulgar o nome completo, caso não queira.

** O entrevistado não precisa divulgar nenhuma dessas informações adicionais, caso não queira.

2.1. Quantas pessoas/famílias residem na ocupação? Conhece todas elas?

- ☐ Possui conhecimento;
☐ Não possui conhecimento;
☐ Possui conhecimento parcial.

2.2. Conhece os coordenadores do movimento? Quais?

- ☐ Sim;
☐ Não;
☐ Parcialmente.

2.3. Como a ocupação se organiza politicamente? [Gravador]

Hierarquias: ☐ Há hierarquias; ☐ Não há hierarquias declaradas;

Participação: ☐ Há participação de todos nas decisões a cerca dos rumos da ocupação; ☐ Não há participação;

2.4. Como ocorre a relação entre a ocupação e o movimento?

- ☐ Assimétrica/Hierárquica;
☐ Simétrica/Horizontal.

2.5. O que o movimento MTST significa para a ocupação? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Ponte entre as famílias e os governos;
☐ Único meio através do qual é possível obter ganhos.
☐ Facilitador de algumas conquistas;
☐ Cerceador do próprio desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
☐ Único meio através do qual é possível o desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
☐ Outro: _____

3. SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA OCUPAÇÃO

3.1. Há lugares(s) de convívio coletivo na ocupação? Como eles são? [Gravador]

- ☐ Sim; ☐ Não.

3.2. Há regras de convívio entre os moradores? Como foram criadas?

Existência de regras de convívio: ☐ Sim; ☐ Não;

Forma a qual foram criadas: ☐ Coletivamente; ☐ Ditadas pelas lideranças; ☐ Ditadas pelo movimento;

☐ Outro: _____

3.3. Como se deu a divisão dos espaços particulares? Quais critérios eram levados em consideração na divisão e no tamanho dos espaços? Houve/Há conflitos entre os moradores nesse sentido? [Gravador]

Critérios para aquisição: ☐ Ordem de chegada; ☐ Indicação do MTST; ☐ Maior necessidade; ☐ Outro: _____

Critério para o tamanho: ☐ Tamanho da família; ☐ Indicação do MTST; ☐ Outro: _____

Conflitos: ☐ Por mais espaço; ☐ Indefinição de limites; ☐ Outro: _____

3.4. Como se dá a circulação de pessoas na ocupação? Há “lugares impermeáveis”? [Gravador]

Existência de “lugares impermeáveis”: ☐ Sim; ☐ Não.

3.5. Como e onde ocorrem as reuniões? Pode descrever como são? [Gravador] [Questão sem opções]

4. SOBRE A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO

4.1. O que é o MTST/PE? [Gravador] [Questão sem opções]

4.2. O que o MTST/PE traz de bom para as famílias sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

4.3. O MTST/PE contribui para transformar a cidade? Como? [Gravador]

- ☐ Sim; ☐ Não.

4.4. Quais os critérios que o movimento se utiliza para a escolha dos terrenos ou edificações a serem ocupados? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Localização na cidade;
- ☐ Situação jurídica;
- ☐ Possibilidade de ganhos;
- ☐ Existência de infraestrutura urbana;
- ☐ Outro: _____

4.5. Quais os motivos que impulsionam o movimento a promover ocupações? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Demanda popular;
- ☐ Contexto político;
- ☐ Conflitos político-partidários;
- ☐ Obtenção de recursos
- ☐ Outro: _____

5. SOBRE A LUTA DOS SEM-TETO

5.1. O que é Sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.2. O que é ter acesso a um teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.3. O que é Movimento Social? [Gravador] [Questão sem opções]

5.4. O que é Reforma Urbana? [Gravador] [Questão sem opções]

5.5. O que é a Cidade? [Gravador] [Questão sem opções]

6. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS SEM-TETO

6.1. O que faz um sem-teto?/ O que faz de específico? [Gravador] [Questão sem opções]

6.2. O que é e como ocorre uma ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

6.3. O que são e como ocorrem as passeatas? [Gravador] [Questão sem opções]

6.4. Como surgem os nomes das ocupações?/Como surgiu o nome da sua? [Gravador] [Questão sem opções]

6.5. Há geração de renda no âmbito da ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

OBSERVAÇÕES:

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO: *EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE*

QUESTIONÁRIO/ROTEIRO DE ENTREVISTA
TIPO 01: ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DO MOVIMENTO

Tipo 1
Nº _____

NOME*: _____

RG/CPF/TEL **: _____ **IDADE:** _____

1. CARACTERÍSTICAS DA LIDERANÇA

1.1. É sem-teto?

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Já foi.

1.2. Poderia me contar como surgiu o movimento? [Gravador] [Questão sem opções]

1.3. Poderia explicar sucintamente como veio a se tornar uma liderança do movimento?

- ☐ Espontaneamente, atribuído por sem-teto de uma ocupação;
- ☐ Indicado/chamado por pessoas já integrantes;
- ☐ Indicado/chamado por partidos;
- ☐ Indicado/chamado por outras lideranças.
- ☐ Outro: _____

1.4. O que fazia antes de ser líder? [Gravador]

- ☐ Apenas trabalhava, sem atividades políticas;
- ☐ Estava desempregado, sem participar de atividades políticas;
- ☐ Trabalhava e já militava em movimentos/partidos/organizações;
- ☐ Estava desempregado, mas militava em movimentos/partidos/organizações;
- ☐ Outro: _____

1.5. Você poderia me falar qual o seu papel no movimento? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Resolve todos os problemas;
- ☐ Chama todos à participação;
- ☐ Negocia conflitos dentro e fora junto aos governos;
- ☐ Resolve problemas nas ocupações;
- ☐ Organiza reuniões, atos e ação coletivas;
- ☐ Outro: _____

2. SOBRE O MOVIMENTO E AS OCUPAÇÕES

* O entrevistado não precisa divulgar o nome completo, caso não queira.

** O entrevistado não precisa divulgar nenhuma dessas informações adicionais, caso não queira.

2.1. Quantas ocupações o movimento coordena? Você conhece todas elas?

- ☐ Possui conhecimento;
- ☐ Não possui conhecimento;
- ☐ Possui conhecimento parcial.

2.2. Conhece os demais coordenadores do movimento? Quais são?

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Parcialmente.

2.3. Como a ocupação se organiza politicamente? [Gravador]

Hierarquias: ☐ Há hierarquias; ☐ Não há hierarquias declaradas.

Participação: ☐ Há participação de todos nas decisões a cerca dos rumos da ocupação; ☐ Não há participação;

2.4. Como ocorre a relação entre a ocupação e o movimento?

- ☐ Assimétrica/Hierárquica;
- ☐ Simétrica/Horizontal.

2.5. O que o movimento MTST significa para a ocupação? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Ponte entre as famílias e os governos;
- ☐ Único meio através do qual é possível obter ganhos.
- ☐ Facilitador de algumas conquistas;
- ☐ Cerceador do próprio desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
- ☐ Único meio através do qual é possível o desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
- ☐ Outro: _____

3. SOBRE A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO

3.1. O que é o MTST/PE? [Gravador] [Questão sem opções]

3.2. O que o MTST/PE traz de bom para as famílias sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

3.3. O MTST/PE contribui para transformar a cidade? Como? [Gravador]

- ☐ Sim;
- ☐ Não.

3.4. Quais os critérios que o movimento se utiliza para a escolha dos terrenos ou edificações a serem ocupados? [Gravador] [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Localização na cidade;
- ☐ Situação jurídica;
- ☐ Possibilidade de ganhos;
- ☐ Existência de infraestrutura urbana;
- ☐ Outro: _____

3.5. Quais os motivos que impulsionam o movimento a promover ocupações? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Demanda popular;
- ☐ Contexto político;
- ☐ Conflitos político-partidários;
- ☐ Obtenção de recursos
- ☐ Outro: _____

3.6. Como e onde ocorrem as reuniões dos coordenadores? Pode descrever como são? [Gravador] [Questão sem opções]

3.7. Como são as reuniões bianuais do movimento? Quais são seus objetivos? [Gravador] [Questão sem opções]

5. SOBRE A LUTA DOS SEM-TETO

5.1. O que é Sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.2. O que é ter acesso a um teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.3. O que é Movimento Social? [Gravador] [Questão sem opções]

5.4. O que é Reforma Urbana? [Gravador] [Questão sem opções]

5.5. O que é a Cidade? [Gravador] [Questão sem opções]

6. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS SEM-TETO

6.1. O que faz um sem-teto?/ O que faz de específico? [Gravador] [Questão sem opções]

6.2. O que é e como ocorre uma ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

6.3. O que são e como ocorrem as passeatas? [Gravador] [Questão sem opções]

6.4. Como surgem os nomes das ocupações? [Gravador] [Questão sem opções]

6.5. Há geração de renda no âmbito das ocupações? [Gravador] [Questão sem opções]

OBSERVAÇÕES:

ANEXOS



MDU/UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO: *EM BUSCA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE*

QUESTIONÁRIO/ROTEIRO DE ENTREVISTA
TIPO 03: ENTREVISTA COM OCUPANTES

Tipo 3
Nº _____

NOME*: _____

RG/CPF/TEL **: _____ IDADE: _____

1. CARACTERÍSTICAS DO OCUPANTE

1.1. A quanto tempo reside na ocupação?

- ☐ Até seis meses;
- ☐ Até um anos;
- ☐ Mais de um ano;
- ☐ Mais de cinco anos.

1.2. Poderia me contar como surgiu essa ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

1.3. Poderia me explicar sucintamente como chegou a essa ocupação?

- ☐ Foi um dos primeiros ocupantes;
- ☐ Comprou/Trocou um barraco;
- ☐ Chegou mais tarde com o intermédio do movimento;
- ☐ Outro: _____

1.4. O que fazia antes de ser ocupante?

- ☐ Apenas trabalhava, sem atividades políticas;
- ☐ Estava desempregado, sem participar de atividades políticas;
- ☐ Trabalhava e já militava em movimentos/partidos/organizações;
- ☐ Estava desempregado, mas militava em movimentos/partidos/organizações.
- ☐ Outro: _____

1.5. Poderia me falar qual o papel dos líderes dentro da ocupação? [Gravador] [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Resolve todos os problemas;
- ☐ Chama todos à participação;
- ☐ Negocia conflitos dentro e fora da ocupação;
- ☐ Apenas representa a ocupação junto ao MTST;
- ☐ Organiza reuniões, atos e ação coletivas;
- ☐ Outro: _____

2. SOBRE A OCUPAÇÃO E O MOVIMENTO

* O entrevistado não precisa divulgar o nome completo, caso não queira.

** O entrevistado não precisa divulgar nenhuma dessas informações adicionais, caso não queira.

2.1. Quantas pessoas/famílias reside na ocupação? Você conhece todas elas? [Gravador]

- ☐ Possui conhecimento;
- ☐ Não possui conhecimento;
- ☐ Possui conhecimento parcial.
- ☐ Outro: _____

2.2. Conhece os coordenadores da ocupação e do movimento? Quem são?

- ☐ Sim;
- ☐ Não;
- ☐ Parcialmente.

2.3. Como a ocupação se organiza politicamente? [Gravador]

Hierarquias: ☐ Há hierarquias; ☐ Não há hierarquias declaradas;

Participação: ☐ Há participação de todos nas decisões a cerca dos rumos da ocupação; ☐ Não há participação;

2.4. Como ocorre a relação entre a ocupação e o movimento?

- ☐ Assimétrica/Hierárquica;
- ☐ Simétrica/Horizontal.

2.5. O que o movimento MTST significa para a ocupação? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Ponte entre as famílias e os governos;
- ☐ Único meio através do qual é possível obter ganhos.
- ☐ Facilitador de algumas conquistas;
- ☐ Cerceador do próprio desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
- ☐ Único meio através do qual é possível o desenvolvimento da ocupação em termos de politização.
- ☐ Outro: _____

3. SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA OCUPAÇÃO

3.1. Há lugares(s) de convívio coletivo na ocupação? Como são? [Gravador]

- ☐ Sim; ☐ Não.

3.2. Há regras de convívio entre os moradores? Como foram criadas?

Existência de regras de convívio: ☐ Sim; ☐ Não;

Forma a qual foram criadas: ☐ Coletivamente; ☐ Ditadas pelas lideranças; ☐ Ditadas pelo movimento;

☐ Outro: _____

3.3. Como se deu a divisão dos espaços particulares? Quais critérios eram levados em consideração na divisão e no tamanho dos espaços? Houve/Há conflitos entre os moradores nesse sentido? [Gravador]

Critérios para aquisição: ☐ Ordem de chegada; ☐ Indicação do MTST; ☐ Maior necessidade; ☐

Outro: _____

Critério para o tamanho: ☐ Tamanho da família; ☐ Indicação do MTST; ☐ Outro: _____

Conflitos: ☐ Por espaço mais espaço; ☐ Indefinição de limites; ☐ Outro: _____

3.4. Como se dá a circulação de pessoas na ocupação? Há “lugares impermeáveis”? [Gravador]

Existência de “lugares impermeáveis”: ☐ Sim; ☐ Não.

3.5. Como e onde ocorrem as reuniões? Pode descrever como são? [Gravador] [Questão sem opções]

4. SOBRE A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPAÇÃO

4.1. O que é o MTST/PE? [Gravador] [Questão sem opções]

4.2. O que o MTST/PE traz de bom para as famílias sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

4.3. O MTST/PE contribui para transformar a cidade? Como? [Gravador]

4.4. Quais os critérios que o movimento se utiliza para a escolha dos terrenos ou edificações a serem ocupados? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Localização na cidade;
- ☐ Situação jurídica;
- ☐ Possibilidade de ganhos;
- ☐ Existência de infraestrutura urbana;
- ☐ Outro: _____

4.5. Quais os motivos que impulsionam o movimento a promover ocupações? [pode ser mais de uma resposta]

- ☐ Demanda popular;
- ☐ Contexto político;
- ☐ Conflitos político-partidários;
- ☐ Obtenção de recursos
- ☐ Outro: _____

5. SOBRE A LUTA DOS SEM-TETO

5.1. O que é Sem-teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.2. O que é o teto? [Gravador] [Questão sem opções]

5.3. O que é Movimento Social? [Gravador] [Questão sem opções]

5.4. O que é Reforma Urbana? [Gravador] [Questão sem opções]

5.5. O que é a Cidade? [Gravador] [Questão sem opções]

6. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS SEM-TETO

5.1. O que faz um sem-teto?/ O que faz de específico? [Gravador] [Questão sem opções]

5.2. O que é e como ocorre uma ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]

5.3. O que são e como ocorrem as passeatas? [Gravador] [Questão sem opções]

5.4. Como surgem os nomes das ocupações?/Como surgiu o nome da sua? [Gravador] [Questão sem opções]

5.5. Há geração de renda no âmbito da ocupação? [Gravador] [Questão sem opções]